RELATÓRIO DE GESTÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA

2018

MINISTÉRIO DA
DEFESA

RELATÓRIO DE GESTÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA

2018

SUMÁRIO

Mensagem do Ministro da Defesa 12

Governança do Ministério da Defesa 14

Visão geral do Ministro da Defesa 15

Identificação 15

Estrutura organizacional 15

O MD e seus macroprocessos 17

O ambiente externo 18

Planejamento estratégico 19

Identidade estratégica 20

Principais objetivos estratégicos 21

Estruturas de governança do MD 22

Dirigentes (Alta Administração) 23

Órgãos colegiados 24

Instâncias de apoio à governança 25

Instâncias de apoio à gestão de integridade 25

Relacionamento com a sociedade 26

Principais canais de comunicação com a sociedade e as partes interessadas 26

SIC e Resultados 26

Ouvidoria e Resultados 27

Ações de comunicação social 27

Principais resultados de Comunicação Social 27

Participação cidadã em processos decisórios 27

Acessibilidade .... .27

Riscos e controles internos 28

Correição e apuração de ilícitos administraticos 29

ACMD 29

ESG 31

Censipam 31

HFA.......... 31

Atuação da unidade de auditoria interna 32

Principais resultados 34

Eixos estratégicos 35

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Relação entre os eixos e os objetivos 35

Principais resultados alcançados em 2018 38

Resultados vinculados ao Eixo 1 – Capacidades de Defesa 38

Resultados vinculados ao Eixo 2 – Diplomacia de Defesa 51

Resultados vinculados ao Eixo 3 – Suporte Operacional 52

Resultados vinculados ao Eixo 4 – Industria de Defesa, Ciência, Tecnologia e Inovação 53

Resultados vinculados ao Eixo 5 – Apoio a Políticas Públicas 54

Conscientização sobre defesa no país 55

Aprimoramento da capacidade de gerar informações em prol das ações de governo na Amazônia legal brasileira 55

Ampliar a presença do poder público na área de atuação do programa calha norte 57

Participação da defesa no desenvolvimento social 58

Gestão de Recursos 62

Gestão orçamentária e financeira 63

Perfil do Gasto de 2015 a 2018,por Unidade Orçamentária (U.O.) 63

Perfil do gasto – Visão do orçamento por grupo de natureza de despesa 64

Comparativo da execução das despesas em 2017 e 2018 65

Explicação das variações do resultado sobre o desempenho financeiro 66

Gestão de pessoa... 67

Conformidade legal 67

Planejamento Institucional da Gestão de Pessoas 67

Indicadores de Conformidade 67

Avaliação da Força de Trabalho 68

Evolução da Força de Trabalho 69

Carreiras 69

Composição do quadro de Pessoal por faixa etária 70

Composição do quadro de Pessoal por faixa salarial 70

Composição do quadro de Pessoal por gênero 70

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas 70

Detalhamento da Despesa de Pessoal 71

SUMÁRIO

Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia 71

Estágio probatório 71

Capacitação: estratégia e números 71

Papel da Escola Superior de Guerra na Capacitação do Profissional de Defesa 72

Principais desafios 72

Gestão de licitações e contratos 72

Conformidade Legal 72

Processos Licitatórios e contratações realizadas 72

Eficiência nas Licitações 73

Gestão patrimonial e infraestrutura 76

Conformidade legal 76

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos) 76

Desfazimento de ativos 76

Gestão datecnologia da informação 77

Conformidade legal 77

Modelo de Governança de TI 77

Montante de recursos aplicados em TI 78

Contratações mais relevantes de recursos de TIC 78

Principais Iniciativas (Sistemas e Projetos) e resultados de TIC, por Objetivo Estratégico 79

Gestão de custos 81

Gestão de sustentabilidade ambiental 82

Conformidade legal 82

Ações para Redução do Consumo de Recursos naturais 82

Demonstrações Contábeis 86

Declaração do contador, Renato Pontes Dias 87

Declaração 87

Demonstrações contábeis 89

Balanço patrimonial 89

Demonstração das variações patrimoniais 91

Balanço orçamentário 93

Balanço financeiro......... 94

Notas explicativas às demonstrações contábeis 95

Base de elaboração das demonstrações e das práticas contábeis 95

Resumo dos principais critérios e políticas contábeis 95

Balanço patrimonial 98

Demonstração das variações patrimoniais 104

Balanço orçamentário 106

Outras Informações Relevantes.. 110

Determinação da materialidade das informações 111

Tratamento de determinações e recomendações do TCU pela SG...........113

Tratamento de determinações e recomendações do TCU pelo EMCFA........117

Tratamento de determinações e recomendações do TCU pelo CENSIPAM.........120

Tratamento de determinações e recomendações do TCU pela ESG............120

Tratamento de determinações e recomendações do TCU pelo HFA.............121

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 Principais macroprocessos do Ministério da Defesa (Fonte: AGE/MD).......... 17

Tabela 2 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário na ACMD (Fonte: Deadi/MD) 30

Tabela 3 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário no Censipam (Fonte: Censipam) 31

Tabela 4 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário no HFA (Fonte: HFA) 32

Tabela 5 Projetos Estratégicos de Defesa (Fonte: Ministério da Defesa) 38

Tabela 6 Projetos Estratégicos da Administração Central do MD (Fonte: Ministério da Defesa).. 39

Tabela 7 Projetos Estratégicos da Marinha do Brasil (Fonte: Ministério da Defesa)....... 42

Tabela 8 Projetos Estratégicos da Exército Brasileiro (Fonte: Ministério da Defesa)....... 45

Tabela 9 Projetos Estratégicos da Força Aérea Brasileira (Fonte: Ministério da Defesa)... 47

Tabela 10 Resultados do Programa de Atletas de Alto Rendimento (Fonte: DDM/MD)..... 55

Tabela 11 Obras e equipamentos entregues pelo Programa Calha Norte (Fonte: DPCN/MD)..58

Tabela 12 Comparativo da execução das despesas em 2017 e 2018 (Fonte: SIAFI).. 65

Tabela 13 % Contingenciamento Orçamentário e Financeiro (Fonte: SIAFI)............. 66

Tabela 14 Indicadores de Conformidade (Fonte: Dados da Administração Central, Censipam, ESG e HFA, dez-18).. 68

SUMÁRIO

Tabela 15 Quantidade de pessoal demandada (Fonte: Avisos MD nº 119,157 e 168/2016; nº 113, 115 e 134/2017; nº 130 e 140/2018)............................ 70

Tabela 16 Ocupação dos cargos comissionados no MD (Fonte: Informações encaminhadas pelo DEADI, Censipam, ESG e HFA, posição dez-18) 70

Tabela 17 Estágio probatório (Fonte: Informações encaminhadas pelo DEADI, Censipam, ESG e HFA, posição dez-18) 71

Tabela 18 Ações de capacitação (Fonte: Informações da Administração Central, Censipam e HFA) 72

Tabela 19 Licitações HFA (Fonte: HFA) 73

Tabela 20 Licitações - Administração Central (Fonte: Ministério da Defesa)............74

Tabela 21 Montante de Recursos Aplicados em TI (Fonte: SIAFI Gerencial)..........78

Tabela 22 Contratações mais relevantes de recursos de TIC (Fonte: ACMD, Censipam, HFA e ESG) 78

Tabela 23 Principais iniciativas e resultados na área de TIC – ACMD (Fonte: ACMD) 79

Tabela 24 Principais iniciativas e resultados na área de TIC – Censipam (Fonte: Diretoria Técnica/Censipam)... 79

Tabela 25 Principais iniciativas e resultados na área de TIC – HFA (Fonte: HFA) 80

Tabela 26 Principais iniciativas e resultados na área de TIC – ESG (Fonte: ESG) 80

Tabela 27 Custos por tipo de atividade (Fonte: SIC) 82

Tabela 28 Unidades Administrativas e respectivas UG Executoras do Ministério da Defesa 87

Tabela 29 Normas aplicáveis do Conselho Federal de Contabilidade 95

Tabela 30 Caixa e Equivalente de Caixa (Fonte: SIAFI) 98

Tabela 31 Caixa e Equivalente de Caixa - Composição (Fonte: SIAFI) 98

Tabela 32 Clientes – HFA (Fonte SIAFI) 99

Tabela 33 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo – Composição (Fonte: SIAFI) 99

Tabela 34 Estoques - Almoxarifado – Composição (Fonte: SIAFI)..................... 100

Tabela 35 Imobilizado – Composição (Fonte: SIAFI) 100

Tabela 36 Bens Móveis por Unidade Gestora (Fonte: SIAFI) 100

Tabela 37 Bens Móveis - Composição (Fonte: SIAFI) 101

Tabela 38 Bens Imóveis por UG (Fonte: SIAFI) 101

Tabela 39 Bens Imóveis - Composição (Fonte: SIAFI)......................................101

Tabela 40 Bens Imóveis de Uso Especial - Composição (Fonte: SIAFI)....................101

Tabela 41 Intangível - Composição (Fonte: SIAFI)...102

Tabela 42 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar por UG (Fonte: SIAFI) 102

Tabela 43 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar CP (Fonte: SIAFI) 102

Tabela 44 Demais Obrigações a Curto Prazo (Fonte: SIAFI) 103

Tabela 45 Patrimônio Líquido - Composição (Fonte: SIAFI) 103

Tabela 46 Ajustes de Exercícios Anteriores por UG (Fonte: SIAFI) 103

Tabela 47 Demonstração das Variações Patrimoniais (Fonte: Tesouro Gerencial)... 104

Tabela 48 Variações Patrimoniais Aumentativas – Por UG (Fonte: SIAFI)..................104

Tabela 49 Variações Patrimoniais Diminutivas – Por UG (Fonte: SIAFI) 104

Tabela 50 Execução da Receita Orçamentária (Fonte: SIAFI) 106

Tabela 51 Despesa Orçamentária por UG (Fonte: SIAFI) 106

Tabela 52 Despesa Orçamentária – Grupo da Despesa (Fonte: SIAFI) 107

Tabela 53 Inscrição e Reinscrição de Restos a Pagar Não Processados (Fonte: SIAFI) 108

Tabela 54 Execução de Restos a Pagar Não Processados Insc/Reinsc - Exercício de 2018 (Fonte: SIAFI) 108

Gráfico 1 Execução Orçamentária da Administração Central (Fonte: SIAFI)................63

Gráfico 2 Execução Orçamentária do Fundo do Hospital das Forças Armadas (Fonte: SIAFI) 63

Gráfico 3 Principais Projetos/ Programas - Evolução Orçamentária Adm. Central (Fonte: SIAFI) 64

Gráfico 4 Despesa com pessoal (Fonte: SIAFI) 64

Gráfico 5 Investimento (Fonte: SIAFI)... 65

Gráfico 6 Despesas correntes (Fonte: SIAFI)... 65

Gráfico 7 Adm. Central - Evolução da Dotação, LME e LP ao longo do exercício (Fonte: SIAFI) 65

Gráfico 8 Registros do TCU (Fonte: Dados da Administração Central, Censipam, ESG e HFA, dez-18) 67

Gráfico 9 Composição da força de trabalho (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-18) 68

Gráfico 10 Distribuição da força de trabalho (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-18)... 68

SUMÁRIO

Gráfico 11 Evolução da força de trabalho (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-18) 69

Gráfico 12 Quantidade de servidores estatutários (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, dez-18) 69

Gráfico 13 Distribuição dos estatutários por Carreira / plano (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, dez-18) 69

Gráfico 14 Remuneração por cargo/plano (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, dez-18) 69

Gráfico 15 Composição do quadro de Pessoal por faixa etária (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-18).. 70

Gráfico 16 Composição do quadro de Pessoal por faixa salarial (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-18)...70

Gráfico 17 Evolução da Despesa de Ativos, Inativos e Pensionistas (Fonte: SIOP BI, extraído em 15/02/2019) 71

Gráfico 18 Evolução dos Pagamentos de Pessoal Ativo, Inativos e Pensionistas (Fonte: SIOP BI, extraído em 15/02/2019) 71

Gráfico 19 Certames homologados - Administação Central (Fonte: Ministério da Defesa) 72

Gráfico 20 Certames homologados - HFA (Fonte: HFA)..................................... 73

Gráfico 21 Contratos 2018 - ACMD (Fonte: Ministério da Defesa)...................... 75

Gráfico 22 Contratos 2018 HFA (Fonte: HFA).. 75

Gráfico 23 Contratações diretas - ACMD (Fonte: Ministério da Defesa)............... 75

Gráfico 24 Contratações diretas - HFA (Fonte: HFA)... 75

Gráfico 25 Gastos de TIC mais relevantes por ND (Fonte: SIAFI Gerencial)..........78

Gráfico 26 Custos por tipo de atividade (Fonte: SIC).. 82

Gráfico 27 Consumo de Energia Elétrica (KWh) (Fonte: Ministério da Defesa).... 83

Gráfico 28 Água e Esgoto (Fonte: Ministério da Defesa)...................................83

Gráfico 29 Resíduos Poluentes (Fonte: Ministério da Defesa).............................84

Gráfico 30 Consumo de Cópias e Papel (Fonte: Ministério da Defesa).....................84

Gráfico 31 Déficit Financeiro (Fonte SIAFI)..89

Gráfico 32 Evidenciação do Ativo Real Líquido (Fonte SIAFI)..............................90

Gráfico 33 Transferências e Delegações (Fonte SIAFI)......................................92

Gráfico 34 Caixa e Equivalente de Caixa (Fonte SIAFI).....................................98

Gráfico 35 HFA Clientes (Fonte SIAFI)...99

Gráfico 36 Almoxarifado - Unidades Gestoras do MD (Fonte: SIAFI)...................99

Gráfico 37 Composição Material de Consumo - HFA (Fonte: SIAFI)........................100

Gráfico 38 Imóveis Residenciais e Comerciais (Fonte: SIAFI)................................100

Gráfico 39 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar (Fonte: SIAFI) 103

Gráfico 40 VPA - DEORF (Fonte: SIAFI) 105

Gráfico 41 VPD - DEORF (Fonte: SIAFI) 105

Gráfico 42 Previsão da Receita x Receita Realizada (Fonte: SIAFI) 106

Gráfico 43 Grupos de Despesas Empenhadas (Fonte: SIAFI)............................... 107

Gráfico 44 Despesas Empenhadas – Dotação MD (Fonte: SIAFI)........................... 107

Figura 1 Organograma detalhado do Ministério da Defesa (Fonte: MD) 16

Figura 2 Influência do ambiente externo em 2018 (Fonte: AGE/MD) 18

Figura 3 Método para o processo de planejamento estratégico no MD vigente em 2018 (Fonte: Asplan/MD).. 19

Figura 4 Novo método do Planejamento Estratégico Setorial (Fonte: Asplan/MD) 20

Figura 5 Identidade estratégica do MD (Fonte: AGE/MD) 20

Figura 6 Principais objetivos estratégicos (Fonte: AGE/MD) 21

Figura 7 Sistemática de governança do MD (Fonte: MD)..................................... 22

Figura 8 Procedimentos Correcionais na ACMD (Fonte: Deadi/MD)....................... 29

Figura 9 Visão do orçamento por grupo de natureza de despesa (Fonte: SIAFI) 64

Figura 10 Composição do quadro de Pessoal por gênero (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, dez-18) 70

Figura 11 Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos)...........76

Figura 12 Modelo de Governança de TIC no MD 77

MENSAGEM DO MINISTRO DA DEFESA

O Ministério da Defesa - MD exerce competências sobre uma diversificada gama de assuntos, alguns de grande sensibilidade e complexidade para a Nação Brasileira.

A missão principal do MD consiste em preparar as Forças Armadas, mantendo-as em permanente estado de prontidão para serem empregadas na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais, da lei, da ordem e no cumprimento das demais atribuições, com racionalização dos meios, aperfeiçoamento da interoperabilidade e da atuação conjunta.

Podemos destacar dentre as atribuições previstas, a implementação das prioridades estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa (END), documento que orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser efetivadas para que os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) sejam alcançados.

Também fazem parte do escopo de atuação do MD temas como: o Serviço Militar; orçamento de defesa; estudos de defesa; ciência, tecnologia e inovação de defesa; mobilização nacional; logística; cooperação internacional, dentre outros assuntos relacionados a área de defesa.

No âmbito do Setor de Defesa, que é constituído pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas, foi implementado o Sistema Integrado de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED), com a finalidade de viabilizar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico Setorial. O SISPED institui como visão de futuro que o Setor de Defesa seja efetivo participante do esforço nacional de defesa, dispondo de Forças Armadas modernas e compatíveis com a estatura político-estratégica

do País. A Política Setorial de Defesa, um dos documentos resultantes do método de planejamento, estabelece objetivos estratégicos a serem atingidos pela Defesa para o período 2020-2031.

O Planejamento Estratégico Setorial possui como características básicas a adequação, simplicidade e foco no resultado. Busca, sempre que possível, adequar-se ao ciclo de elaboração dos programas plurianuais (PPA) do Governo Federal, a fim de possibilitar a adequada orçamentação dos planos estratégicos ou de gestão decorrentes, focado na efetividade no cumprimento da missão, com eficiência, eficácia e economicidade.

Devido a busca pelo aperfeiçoamento da governança e da gestão estratégica, aprimoram-se os processos decisórios; de coordenação e de gerenciamento do conjunto de estruturas, de recursos e competências; do desempenho organizacional; e da otimização do uso dos recursos disponíveis. Ainda, busca-se, a desburocratização e simplificação administrativa, por meio de otimização e melhoria dos processos organizacionais.

Contudo, o grande desafio consiste em garantir recursos para que haja a continuidade do processo de transformação das Forças Armadas, e assim, criar-se ou manter-se condições para o desenvolvimento de programas ou projetos que permitam aumentar a capacidade operacional das Forças, tais como: o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), o Sistema de Mísseis e Foguetes ASTROS 2020, e o Projeto FX-2, para aquisição de aeronaves de caça GRIPEN. Também há um esforço constante para que seja compatibilizado o orçamento com as demandas do Setor de Defesa, buscando dessa forma, uma regularidade e uma previsibilidade orçamentária.

No ano de 2018, em função de restrições orçamentárias, tivemos que superar vários desafios para possibilitar a execução de ações previstas em nosso planejamento que objetivaram o aprestamento dos comandos operacionais, o aperfeiçoamento da interoperabilidade entre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, o aprimoramento da cooperação no entorno estratégico, o fortalecimento da base industrial de defesa e da Área de Ciência e Tecnologia de Defesa, apenas para citar alguns exemplos.

Há de ser destacado, em 2018, o emprego das Forças Armadas em situações críticas, vivenciadas pela sociedade brasileira, como a prestação do apoio às forças de segurança pública, que possibilitaram a desobstruções de vias públicas federais, durante as paralisações de caminhoneiros ocorridas em todo o país.

O Setor de Defesa constitui-se em um sistema complexo e de elevada relevância para o esforço nacional de defesa, mas que também contribui, de forma impactante, para o desenvolvimento nacional e o bem-estar da população brasileira, devendo, para isso, aperfeiçoar não só o preparo dos seus órgãos logísticos e operacionais, mas também a governança e a gestão estratégica de todos os seus órgãos, independente dos desafios que se apresentem.

Por fim, cabe destacar que o comprometimento de todos os integrantes do Setor de Defesa com o dever, os valores e, principalmente, a efetividade no cumprimento da missão, constituem fatores essenciais para a preservação da soberania nacional e para a defesa dos interesses fundamentais da nação brasileira.

GOVERNANÇA DO MINISTÉRIO DA DEFESA

CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA

IDENTIFICAÇÃO

O Ministério da Defesa (MD) é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, atuando no preparo e emprego conjunto e singular das Forças Armadas e na coordenação das operações militares.

Criado em 1999, para reforçar a articulação das Forças Armadas e dar mais fluidez à sua relação com outras áreas do Estado, o MD tem sob sua responsabilidade uma vasta e diversificada gama de assuntos.

Fazem parte de seu escopo de atuação temas de grande alcance

- Política de defesa nacional, estratégia nacional de defesa e políticas e estratégias setoriais de defesa e militares
- Atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais
- Serviço Militar Obrigatório e orçamento de defesa
- Investimento, financiamento, fomento e promoção da base industrial de defesa e compra, contratação, desenvolvimento, importação e exportação de produtos de defesa
- Política marítima nacional, segurança do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar
- Política militar aeronáutica, atuação na política aeroespacial nacional, segurança da navegação aérea e infraestrutura aeroespacial e aeronáutica
- Operacionalização do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam)

Afim de atender ao prescrito na Decisão Normativa-TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018, a estrutura deste relatório consolida informações relevantes sobre a gestão dos órgãos que integram o Ministério da Defesa, excetuando as Forças Armadas que apresentam relatórios específicos.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do Ministério da Defesa é bastante peculiar e diferente dos demais ministérios:

- O Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas, conforme estabelecido no art. 142 da Constituição Federal;
- O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas;
- As Forças Armadas possuem autonomia administrativa, orçamentária e financeira, nos termos da Lei Complementar nº 97, de junho de 1999;
- Os comandantes das Forças Armadas exercem, no âmbito de suas atribuições, a direção e a gestão da respectiva Força;
- As Forças dispõem de estruturas próprias, de efetivos de pessoal militar e civil, fixados em lei, e de autonomia para fazer a gestão, de forma individualizada, dos recursos orçamentários que lhes forem destinados no orçamento do Ministério da Defesa;
- As Forças Armadas, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e a Secretaria-Geral são órgãos de alto nível, diretamente subordinados ao Ministro de Estado da Defesa.

ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DA DEFESA

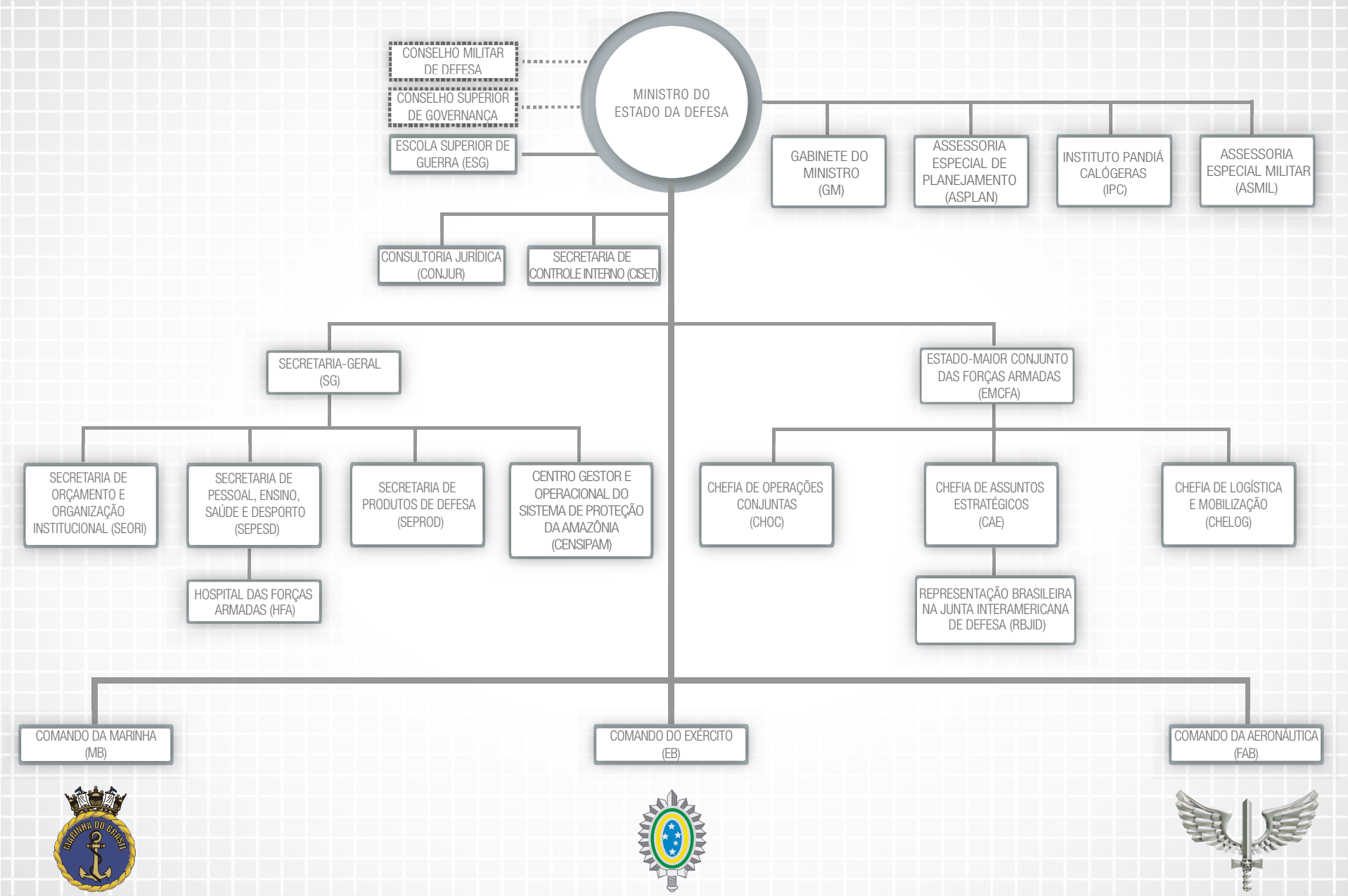



Figura 01 Organograma Detalhado do Ministério da Defesa (Fonte: Ministério da Defesa)

A estrutura organizacional do MD contempla três grandes segmentos:

Forças Armadas	São instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Cabem ainda às Forças Armadas, como atribuições subsidiárias, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, bem como atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais. De acordo com a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, o Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelos demais órgãos, conforme definido em lei.
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)	Órgão que tem a missão de “Assessorar o Ministro de Estado da Defesa na direção superior das Forças Armadas, objetivando a organização, o preparo e o emprego, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e de suas atribuições subsidiárias, tendo como metas o planejamento estratégico e o emprego conjunto das Forças Singulares”.
Secretaria-Geral (SG)	Órgão central de direção que coordena e supervisiona as atividades do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) e dos órgãos específicos singulares, que lhe são subordinados: o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), a Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI), a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) e a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD). A SG tem como missão “Prover, com oportunidade, os meios e o arcabouço legal para que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas cumpram suas missões; e contribuir para que a percepção de defesa do País transite com desenvoltura pela alma da Nação”.

Integram ainda a estrutura do MD, a Escola Superior de Guerra (ESG), voltada a estudos de alto nível sobre defesa nacional, o Hospital das Forças Armadas (HFA), que tem por objetivo prestar assistência médico-hospitalar aos militares das Forças Armadas e a determinados segmentos da sociedade, bem como desenvolver o ensino e a pesquisa, e o Instituto Pandiá Calógeras (IPC), centro de pesquisas cuja missão é contribuir para desenvolver o pensamento sobre segurança internacional e defesa nacional no Brasil.

O detalhamento da estrutura organizacional do MD, bem como as competências dos órgãos que o integram, constam do Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa.

O MD E SEUS MACROPROCESSOS

Os principais macroprocessos do Ministério da Defesa e respectivas entregas são apresentados a seguir:

MACROPROCESSO	PRINCIPAIS ENTREGAS
Políticas e estratégias de defesa e militares	Livro Branco, Política e Estratégia Nacionais de Defesa e Política e Estratégia Setoriais de Defesa
Preparo das Forças Armadas	Construção das capacidades necessárias nas Forças Armadas
Atuação das Forças nas competências subsidiárias	GLO, Socorro a vitimas de desastres, combate a delitos transfronteiriços, apoio a fiscalizações, realização de obras, garantia de eleições
Base industrial de defesa e produtos de defesa	Normatização, promoção da base industrial, credenciamento de empresas estratégicas e de produtos, compensações comerciais e tecnológicas
Gestão estratégica	Direção estratégica e planejamento e gestão dos recursos de toda ordem

Gestão do profissional de defesa	Carreiras civis e militares, remuneração, saúde e assistência e ensino de defesa
Coordenação do emprego conjunto das Forças	Doutrina, planejamento, coordenação e inteligência de defesa
Logística e mobilização nacional	Planejamento da mobilização, gestão da interoperabilidade logística, autorização para aerolevantamento
Assuntos internacionais de defesa	Operações e missões no exterior, representações militares, relacionamento internacional de defesa, autorização de voos oficiais, cooperação internacional
Apoio à Políticas Públicas	Ações cívico-sociais, ações humanitárias, ações de inclusão e de apoio ao desenvolvimento
Proteção e produção de informações sobre a Amazônia	Produção, integração e disponibilização de informações, estudos e pesquisas sobre a Amazônia
Conhecimento de defesa	Estudos, pesquisas e capacitações na área de defesa

Tabela 1 Principais macroprocessos do Ministério da Defesa (Fonte: AGE/MD)

Nota: não foram considerados os principais macroprocessos das Forças Armadas, os quais serão apresentados nos respectivos Relatórios de Gestão.

O AMBIENTE EXTERNO

O ambiente externo tem enorme influência sobre as atividades executadas pelo Ministério da Defesa, primeiramente no que se refere ao preparo das Forças Armadas, uma vez que os projetos executados para este fim normalmente são de grande vulto financeiro, complexos e de longa duração; além disso, acontecimentos nacionais e internacionais podem produzir significativo impacto na atuação do Ministério da Defesa, em especial no que diz respeito ao cumprimento de suas competências subsidiárias, como atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais. Cabe destacar que, para vários desses acontecimentos, não é possível planejar antecipadamente a atuação das Forças Armadas.

Figura 2 Influência do ambiente externo em 2018 (Fonte: AGE/MD)

Oportunidades

- Alinhamento do Brasil com EUA e países europeus e sul americanos
- Ações antiterroristas (maior segurança jurídica)
- Valorização da defesa em 2018
- Maior presença da defesa na Amazônia e nas fronteiras
- Imagem positiva da defesa perante a sociedade
- Ampliação da Base Industrial de Defesa
- Amplicação de investimentos em tecnologia

Ameaças

- Dependência externa – equipamentos e sistemas
- Defesa cibernética – ausência de legislação
- Aumento de delitos transfronteiriços
- Instabilidade econômica e social
- Cenário internacional conturbado
- Aumento da violência transfronteiriça
- Pressão sobre soberania e uso da Amazônia
- Crescente ameaça terrorista transnacional
- Instabilidade da Venezuela

Destaca-se, a seguir, alguns eventos ocorridos em 2018 que impactaram diretamente as ações do Ministério da Defesa, em especial das Forças Armadas: aumento da criminalidade em vários Estados, que resultou em intervenções federais (GLO); greve dos caminhoneiros, que paralisou o país e demandou atuação das Forças Armadas; realização das eleições, com ampla atuação das Forças Armadas; migração em massa de venezuelanos para o Brasil, entrando pela fronteira, em Roraima, que resultou na criação de Força-Tarefa Logística Humanitária para o Estado de Roraima, Operação Acolhida, na região de Pacaraima, com o objetivo de cooperar com as medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes, em situação de vulnerabilidade (pessoas desassistidas), decorrente desse fluxo migratório provocado pela crise humanitária naquele país; crise no sistema prisional brasileiro: ano de rebeliões, fugas e mortes em presídios, que demandou atuação das forças armadas; apoio a eventos comunitários, ações cívico-sociais, campanhas de saúde pública e socorro às vítimas de desastres naturais, com destaque para à realização de ações pelas Forças Armadas, para o suporte logístico-operacional em casos de calamidade, reduzindo o prazo de resposta das autoridades frente às contingências; aumento do número de casos suspeitos de ações de grupos terroristas no país; maior incidência de ataques cibernéticos; aumento dos casos de delitos transfronteiriços e ambientais; e dificuldade do país de se recuperar da crise econômica e elevação do dólar, com fluxo irregular e cortes de recursos no orçamento de Defesa.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED) vigente no exercício de referência, foi aprovado pela Portaria Normativa nº 3.962/MD, de 20 de dezembro de 2011, e atualizado por meio da Portaria Normativa nº 24/MD, de 8 de janeiro de 2015, estabelecendo um método para o processo de planejamento estratégico no MD. O processo de planejamento se desenvolve em quatro fases: 1ª. Análise; 2ª. Formulação da Política e Estratégia Nacionais de Defesa; 3ª. Formulação da Política e Estratégia Setoriais de Defesa; e 4ª. Formulação de Planos.

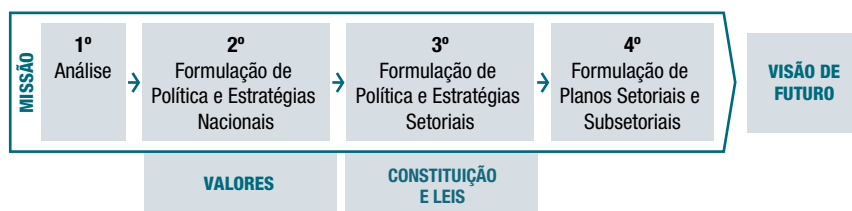



Figura 3 Método para o processo de planejamento estratégico no MD vigente em 2018 (Fonte: Asplan/MD)

A Política Nacional de Defesa (PND) expressa os objetivos a serem alcançados com vistas a assegurar a Defesa Nacional, conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. Portanto, a PND atua no sentido de contribuir para a percepção de um estado de Segurança Nacional, entendida como a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.

Coordenada pelo Ministério da Defesa, a PND articula-se com as demais políticas nacionais, com o propósito de integrar os esforços do Estado brasileiro para consolidar seu Poder Nacional, compreendido como a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), por sua vez, orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser implementadas para que esses objetivos sejam alcançados. É, portanto, o vínculo entre o posicionamento do País nas questões de defesa e as ações necessárias para efetivamente dotar o Estado da capacidade para preservar seus valores fundamentais.

Após a aprovação de sua primeira versão, em 2008, a END foi submetida, em 2012, ao primeiro processo de revisão. Em 2016, consoante o que prevê a Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, e suas alterações, foi feita uma nova atualização, para adaptação às circunstâncias dos ambientes nacional e internacional, a qual foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 179, de 2018.

A Política Setorial de Defesa (PSD), aprovada pela Portaria Normativa nº 2.624/MD, de 7 de dezembro de 2015, é o documento que estabelece, no âmbito do Ministério da Defesa, os objetivos setoriais a serem alcançados de forma a contribuir para a implementação das ações estratégicas previstas na Estratégia Nacional de Defesa.

A Estratégia Setorial de Defesa (ESD), aprovada pela Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 7 de dezembro de 2015, é o documento que estabelece, no âmbito do Ministério da Defesa (MD), as ações estratégicas setoriais a serem implementadas com o fito de atingir os objetivos estabelecidos na Política Setorial de Defesa (PSD).

No presente exercício foi promovida uma atualização do planejamento estratégico de defesa, sendo revistos os seus componentes principais: o Método de Planejamento Estratégico Setorial

2020/2031; a Identidade Estratégica do Setor de Defesa; a Política Setorial de Defesa e Mapa Estratégico; e a Estratégia Setorial de Defesa. Essa nova metodologia valerá para o planejamento que será realizado para o horizonte 2020/2023. O novo método permitirá o início da interação do Planejamento Estratégico Militar (PEM) com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI). O primeiro, voltado para o preparo e emprego das Forças e objetivando a construção das capacidades militares necessárias ao cumprimento da destinação constitucional das Forças Armadas e o Institucional visando a potencializar fatores críticos de sucesso e criar ou aperfeiçoar as condições de apoio necessário ao desenvolvimento dos processos finalísticos do setor de defesa.

O produto final do Planejamento Estratégico Setorial será um Plano Estratégico de Defesa (PED). Em verdade, o PED será um portfólio de planos, constituído por planejamentos estratégicos elaborados pelas Forças Armadas e por planos de gestão organizados pelos demais órgãos.

O novo método do Planejamento Estratégico Setorial percorre 07 (sete) fases, a saber: 1ª - Identidade Estratégica (Missão, visão de futuro e valores); 2ª - Análise Estratégica (Cenários de defesa e diagnósticos); 3ª - Política Setorial de Defesa; 4ª - Estratégia Setorial de Defesa; 5ª - Plano Estratégico de Defesa (PED); 6ª - Orçamentação; e 7ª - Acompanhamento, Avaliação e Revisão.

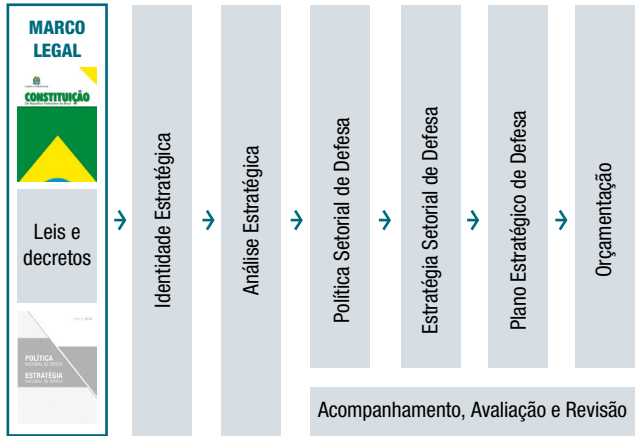



Figura 4 Novo método do Planejamento Estratégico Setorial (Fonte: Asplan/MD)

IDENTIDADE ESTRATÉGICA

Conforme consta da Portaria Normativa nº 1.797, de 25 de novembro de 2010, em 2018, a Missão, a Visão e os Valores do Ministério da Defesa eram:

MISSÃO	VISÃO	VALORES
Coordenar o esforço integrado de defesa, visando contribuir para a garantia da soberania dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional.	Ser reconhecido pela sociedade brasileira e pela comunidade Internacional como órgão de Estado efetivamente integrador da segurança e da defesa nacionais, dispondo de Forças Armadas modernas e compatíveis com a estatura político-estratégica do Brasil.	Ética Civismo Patriotismo Hierarquia Disciplina Liderança

Figura 5 Identidade estratégica do MD (Fonte: AGE/MD)

Além disso, alguns órgãos componentes do MD possuem missões próprias definidas:

Missão SG
Prover, com oportunidade, os meios e o arcabouço legal para que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas cumpram suas missões; e contribuir para que a percepção de defesa do País transite com desenvoltura pela alma da Nação

Missão EMCFA
Assessorar o Ministro de Estado da Defesa na direção superior das Forças Armadas, objetivando a organização, o preparo e o emprego, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e de suas atribuições subsidiárias, tendo como metas o planejamento estratégico e o emprego conjunto das Forças Singulares

Missão ESG
Desenvolver atividades acadêmicas nos campos da produção e da disseminação de conhecimento e preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento nos níveis político e estratégico relacionados à Defesa e às interações deste campo com aspectos atinentes à Segurança e ao Desenvolvimento Nacionais

Missão HFA
Desenvolver o ensino e fomentar a pesquisa no âmbito da saúde militar, prevenir, prover e promover assistência à saúde aos militares das Forças Armadas e seus dependentes, à Presidência da República, ao Ministério da Defesa, ao Corpo Diplomático e a segmentos conveniados.

Missão Censipam
Promover a proteção da Amazônia Legal por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento

PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Objetivos Setoriais de Defesa (OSD) **Política Setorial de Defesa**	Os objetivos setoriais de defesa (OSD) traduzem as principais metas do MD concernentes às suas diversas áreas de atuação, visando as cumprimento da Missão e ao alcance da Visão de Futuro da Instituição.
Ações Setoriais de Defesa (ASD) **Estratégia Setorial de Defesa**	As Ações Setoriais de Defesa (ASD) consolidam as linhas de ação a serem adotadas para a consecução dos Objetivos Setoriais de Defesa (OSD) estabelecidos na Política Setorial de Defesa (PSD).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS SUBSETORIAIS (FINALÍSTICOS OU DE GESTÃO)

Objetivos Estratégicos	Objetivos Estratégicos	Objetivos Estratégicos	Objetivos Estratégicos	Objetivos Estratégicos
SG	**EMCFA**	**CENSIPAM**	**HFA**	**ESG**

Metas e indicadores

Principais ações, projetos e programas → resultados relevantes

PPA 2016/2019

Figura 6 Principais objetivos estratégicos (Fonte: AGE/MD)

PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA SG

- Promover ações que fortaleçam a Base Industrial de Defesa, e contribuam para o desenvolvimento de produtos e tecnologias de interesse da Defesa Nacional
- Consolidar a percepção da necessidade de defesa do País pela sociedade
- Aprimorar a capacidade de gerar informações em prol das ações de governo na Amazônia Legal brasileira
- Ampliar a presença do Poder Público na área de atuação do Programa Calha Norte, contribuindo para a defesa nacional, fixando a população na região e prestando-lhe assistência
- Consolidar a participação da Defesa no desenvolvimento social
- Aprimorar a gestão, a interoperabilidade e a complementaridade dos sistemas de saúde e de assistência social do Ministério da Defesa

PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EMCFA

- Planejar e coordenar operações conjuntas visando defender o território nacional, as águas jurisdicionais brasileiras e o espaço aéreo sobrejacente
- Planejar e executar atividades de aperfeiçoamento da interoperabilidade no âmbito das Forças Armadas
- Planejar e executar atividades destinadas à utilização efetiva do espaço cibernético pelo Ministério da Defesa e a negação de tal uso contra os interesses da defesa e da segurança nacionais
- Coordenar atividades destinadas à utilização do espaço exterior, de forma eficiente e autônoma, em prol da defesa e segurança nacionais
- Planejar e coordenar as atividades necessárias para o pleno emprego do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) em prol da defesa e segurança nacionais
- Promover ações para aperfeiçoar o apoio logístico às Forças Armadas, visando torná-lo integrado, adequado e contínuo
- Planejar e coordenar atividades destinadas a sustentar capacidade de emprego das Forças Armadas em situação excepcional
- Prestar o apoio necessário a Políticas Públicas

PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA CENSIPAM

- Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa
- Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos
- Apoiar o Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada, Inovação e Formação de Competências Locais na Região Amazônica
- Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia

PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO HFA

- Aprimorar e otimizar continuamente a assistência à saúde prestada
- Ser um Hospital humanizado e promover ações voltadas à Sociedade e aos seus usuários

PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO ESG

- Consolidar a ESG como Instituição de Ensino em Altos Estudos nas áreas de Defesa, Segurança e Desenvolvimento

ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DO MD

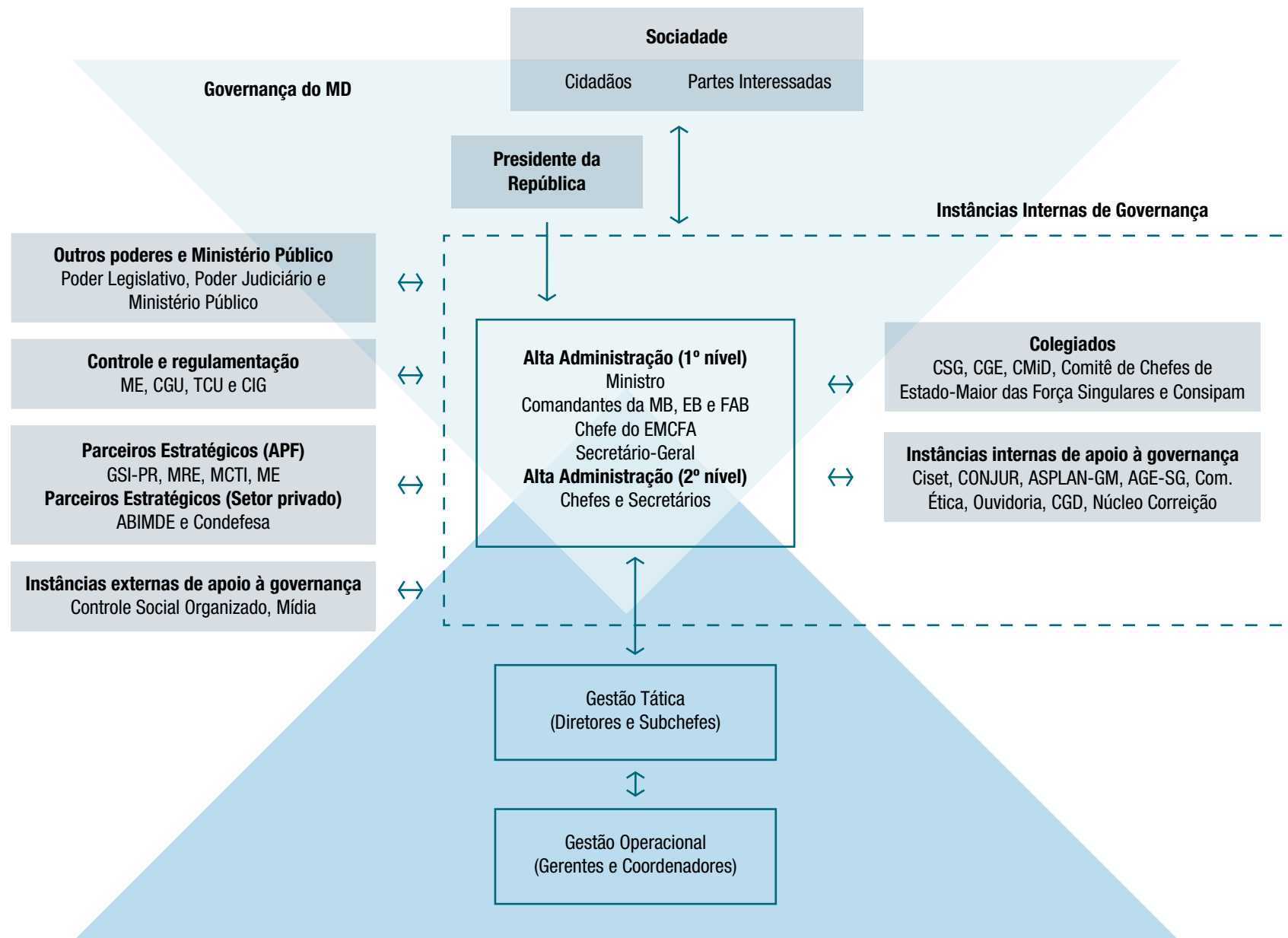



Figura 7 Sistemática de governança do MD (Fonte: MD)

DIRIGENTES (ALTA ADMINISTRAÇÃO)

Conforme preconiza o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a alta administração do Ministério da Defesa tem a seguinte composição:

Fernando Azevedo e Silva
Ministro da Defesa

Tenente-Brigadeiro do Ar
Raul Botelho
Chefe do EMCFA

Almirante de Esquadra
Almir Garnier Santos
Secretário-Geral

Tenente-Brigadeiro do Ar
Carlos de Almeida Baptista Junior
Chefe de Operações Conjuntas

Almirante de Esquadra
Cláudio Portugal de Viveiros
Chefe de Assuntos Estratégicos

General de Exército
Laerte de Souza Santos
Chefe de Logística e Mobilização

Franselmo Araújo Costa
Secretário de Orçamento e
Organização Institucional

Marcos Rosas Degaut Pontes
Secretário de Produtos
de Defesa

Gen Exército R/1
Paulo Humberto Cesar de Oliveira
Secretário de Pessoal, Ensino,
Saúde e Desporto

Major Brigadeiro do Ar R/1
José Hugo Volkmer
Diretor-Geral Substituto do Censipam

ÓRGÃOS COLEGIADOS

COLEGIADO		DETALHAMENTO
Conselho Superior de Governança (CSG)	Instrumento de criação:	Decreto nº 9.628, de 26 de dezembro de 2018
	Principais competências:	Definir diretrizes para a política de governança pública do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.
	Principais Integrantes:	Ministro de Estado da Defesa, que o presidirá; Comandante da Marinha; Comandante do Exército; Comandante da Aeronáutica; Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e Secretário-Geral do Ministério da Defesa.
Conselho Militar de Defesa (CMiD)	Instrumento de criação:	Lei Complementar nº 97/1999 e Decreto nº 7.276/2010
	Principais competências:	Assessorar o Presidente da República no que concerne ao emprego de meios militares; e assessorar o Ministro da Defesa: no assessoramento ao Presidente da República a decidir sobre o emprego das Forças Armadas; emitir diretrizes para o emprego das Forças Armadas, condução dos exercícios conjuntos e operações de paz; ativar os Comandos Operacionais em cumprimento à determinação do Presidente da República; designar e ativar os Comandos Operacionais para planejamento de emprego; aprovar os planejamentos estratégicos para atender às hipóteses de emprego; e adjudicar os meios aos Comandos Operacionais.
	Principais Integrantes:	Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelo Ministro de Estado da Defesa (apenas no que concerne ao emprego de meios militares).
Comitê de Gestão Estratégica (CGE)	Instrumento de criação:	Portaria Normativa nº 29/GM-MD/2018
	Principais competências:	Aprovar, direcionar e supervisionar a gestão estratégica em todas as suas dimensões, incluindo as ações e práticas de governança, integridade, gestão de riscos, controles internos da gestão, aperfeiçoamento da gestão, transparência, participação e defesa dos usuários dos serviços públicos e desburocratização
	Principais Integrantes:	Ministro de Estado da Defesa; Chefe do EMCFA; e Secretário-Geral
Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares	Instrumento de criação:	Portaria Normativa nº 22/MD, de 24 de março de 2016
	Principais competências:	Contribuir para o assessoramento ao Ministro de Estado da Defesa nos seguintes assuntos: na condução dos exercícios e operações conjuntas e quanto à atuação de Forças brasileiras em operação de paz e humanitárias; nas políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa, de inteligência e contrainteligência; nos assuntos e atos internacionais e participação em representações e organismos no país e no exterior; nos assuntos referentes à logística, mobilização e tecnologia militar e articulação e equipamento das Forças Armadas (FA); e nos assuntos referentes às operações em ambiente interagências. Ao Comitê cabe, ainda, contribuir para a atuação do EMCFA, em consonância com os Comandos Militares.
	Principais Integrantes:	Chefes de Estado-Maior dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e sob a coordenação do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (CEMCFA)
Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (Consipam)	Instrumento de criação:	Decreto de 18 de outubro de 1999
	Principais competências:	Estabelecer diretrizes para a coordenação e a implementação de ações de governo, no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM, observado o disposto na política nacional integrada para a Amazônia Legal
	Principais Integrantes:	Secretário-Geral do Ministério da Defesa, que o presidirá; Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República; Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores; Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional; Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente; Secretário-Executivo do Ministério da Justiça; Secretário-Executivo do Ministério da Segurança Pública; e Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID)	Instrumento de criação:	Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013
	Principais competências:	Assessorar o Ministro de Estado da Defesa em processos decisórios e em proposições de atos relacionados à indústria nacional de defesa
	Principais Integrantes:	Quatro representantes da Administração Central do Ministério da Defesa; um representante do Comando da Marinha; um representante do Comando do Exército; um representante do Comando da Aeronáutica; um representante do Ministério da Fazenda; um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; um representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; e um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA

Assessoria Especial de Planejamento (ASPLAN)	Órgão de assessoria do Ministro, que tem como principais competências: coordenar o processo do SISPED e acompanhar a execução e medir os resultados das ações e decisões do planejamento estratégico de defesa.
Assessoria de Gestão Estratégica (AGE)	órgão de assessoria do Secretário-Geral, que tem como principais competências: assistir o Secretário-Geral, na coordenação, na condução e no monitoramento da gestão estratégica da Secretaria-Geral, contemplando, dentre outras, as dimensões de planejamento estratégico, de governança, de integridade, de gestão de riscos, de controles internos da gestão, de desburocratização, de melhoria da gestão e de desempenho.
Secretaria de Controle Interno (CISET)	órgão de assistência direta e imediata ao Ministro, que tem como principais competências: assessorar o Ministro, como órgão de apoio à supervisão ministerial; acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia de seus resultados; realizar auditorias sobre a gestão de recursos públicos federais; exercer supervisão técnica, coordenação das ações integradas e orientação normativa das unidades de controle interno dos Comandos Militares; apurar, no exercício de suas funções, atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados na utilização de recursos públicos federais e comunicar as autoridades competentes para as providências cabíveis
Comitê de Governança Digital (CGD)	instituído pela Portaria Normativa nº 57/MD, de setembro de 2016 ("Dispõe sobre a implantação da Política de Governança Digital no âmbito da administração central do Ministério da Defesa"), com a finalidade de deliberar, conforme procedimentos a serem definidos em regimento interno, sobre os assuntos relativos à Governança Digital, nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.638, de 2016.

INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA

Ouvidoria	A Ouvidoria do MD, criada em 1º de abril de 2013, vinculada ao Gabinete do Ministro, é a instância que promove a participação, proteção e defesa do usuário (pessoa física ou jurídica) de serviços públicos, responsável pelo recebimento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de simplificação dos serviços prestados pelo Ministério da Defesa
Comissão de Ética	É um órgão que visa apurar denúncias e julgar desvios éticos dos agentes públicos, bem como orientar, informar e aconselhar sobre a conduta ética, no âmbito desta Pasta. Esta Comissão foi instituída pela Portaria nº 69/MD, de 14 de janeiro de 2002 e teve seu regimento interno aprovado pela Portaria n° 580/MD, de 10 de outubro de 2002. O órgão faz parte do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, previsto no Decreto 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, cujo órgão central é a Comissão de Ética Pública da Presidência da República.
Núcleo de Correição	Compete, ao Núcleo de Correição da ACMD, no âmbito de sua atuação, com exceção do Censipam, auxiliar o Diretor de Administração Interna no desempenho das competências de unidade seccional de correição (art. 27, do Anexo VIII, da Portaria Normativa no 12/MD/2019).
Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)	O SIC/MD é uma área específica para atendimento aos pedidos de acesso a informações apresentados pelos cidadãos com base na LAI e no Decreto nº 7.724, de 2012, encarregado, portanto, da transparência passiva.
Consultoria Jurídica (CONJUR)	órgão de assessoria do Ministro, que tem como principais competências: fixar a interpretação das leis, dos tratados e dos demais atos normativos na área de atuação do MD; realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos; assistir o Ministro da Defesa no controle interno da legalidade dos atos do MD e das suas entidades vinculadas; e exercer a supervisão dos órgãos jurídicos das Forças Armadas.
Assessoria de Gestão Estratégica (AGE)	órgão de assessoria do Secretário-Geral, que tem como principais competências: assistir o Secretário-Geral, na coordenação, na condução e no monitoramento da gestão estratégica da Secretaria-Geral, contemplando, dentre outras, as dimensões de planejamento estratégico, de governança, de integridade, de gestão de riscos, de controles internos da gestão, de desburocratização, de melhoria da gestão e de desempenho.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS

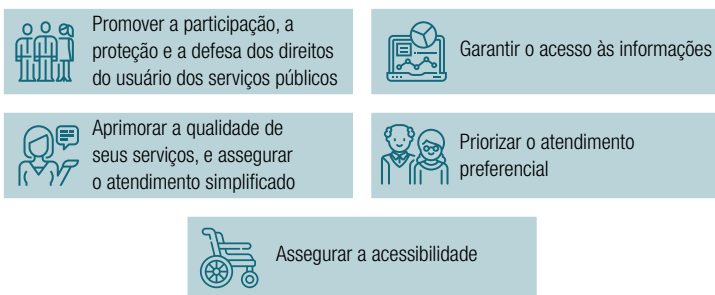
Atento à permanente necessidade de interagir com a sociedade e as partes interessadas, o Ministério da Defesa (MD) atua com o compromisso de:

Promover a participação, a proteção e a defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos

Garantir o acesso às informações

Aprimorar a qualidade de seus serviços, e assegurar o atendimento simplificado

Priorizar o atendimento preferencial

Assegurar a acessibilidade

A disponibilização de informações e o relacionamento do MD com a sociedade e as partes interessadas se dá principalmente por meio da Ouvidoria, do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, do sítio eletrônico na internet, da disponibilização de dados abertos, da Carta de Serviços e das ações de comunicação social (imprensa, promoção institucional, mídias sociais, vídeos e programas de rádio).

O MD, o Hospital das Forças Armadas (HFA) e a Escola Superior de Guerra (ESG) trabalham de forma autônoma no que se refere à atuação das ouvidorias; dos serviços de informações ao cidadão; das assessorias de comunicação; e da disponibilização dos sítios eletrônicos, das políticas de dados abertos e das cartas de serviços. O Censipam trabalha de forma autônoma apenas no que se refere às atividades da assessoria de comunicação e do sítio eletrônico no restante dos itens é atendido pelas instâncias da administração central do MD. Atualmente, a Assessoria de Comunicação da ESG (ACS-ESG) responde também pela ouvidoria e pelo SIC. A Assessoria de Comunicação do HFA responde também pelo SIC.

A intranet é um importante canal de comunicação com os públicos internos, sendo utilizada também para disponibilizar serviços, orientações, legislações, documentos, etc.

Comunicação do MD com a sociedade e partes interessadas	Ouvidoria	• Recebimento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações de simplificação dos serviços prestados pelo MD. • Ouvidorias: - Ouvidoria-MD; Ouvidoria-HFA; e ASCOM-ESG.
	Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)	• Atendimento aos pedidos de acesso a informações apresentados pelos cidadãos com base na LAI • Serviços de Informações: SIC-MD; ASCOM–HFA; e ASCOM-ESG
	Ações de Comunicação Social	• Divulgação de atividades e ações institucionais e de informação sobre temas relevantes – aproximação com a Sociedade e com público interno • Assessorias de Comunicação: MD – ASCOM-MD; ASCOM-HFA; ASCOM-ESG; e ASCOM-Censipam
	Sítio eletrônico na internet, dados abertos e cartas de serviços	• Informações gerais sobre o MD (organização e dirigentes; áreas de atuação; principais projetos e serviços; etc); • Divulgação de informações em meio digital, em formato sem restrições ou controles exclusivos, a fim de que possam ser reutilizadas por toda a sociedade; e • Informações sobre os serviços prestados, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. • Ações autônomas: administração central do MD; HFA; ESG e Censipam (apenas sítio eletrônico na internet).

SIC E RESULTADOS

RESULTADOS	SIC/MD	SIC/HFA	SIC/ESG
Total de pedidos recebidos	405 pedidos (1.660 perguntas)	40 pedidos (60 perguntas)	29 pedidos (66 perguntas)
Pedidos respondidos sem prorrogação (até 20 dias)	89%	95%	100%
Prazo médio de resposta	13 dias	11 dias	12 dias
Total de recursos ao Chefe Superior	73	6	0
Total de recursos à autoridade máxima do órgão	10	1	0
Total de recursos à CGU	5	0	0
Atendimento	www.esic.cgu.gov.br e-mail: sic@defesa.gov.br End.: Esplanada dos Ministérios, bloco "Q", portaria B, 1º andar, sala 151 Tel.: (61) 3312-8542 e 3312-8528	www.esic.cgu.gov.br www.hfa.mil.br/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic End.: Prédio da administração-ASCOM/HFA – Setor HFA - Sudoeste – Brasília/DF Tel.: (61) 3966-2383	www.esic.cgu.gov.br; www.esg.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-2013-sic
Relatórios estatísticos (geral)	Pedidos de acesso – link: esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx Recursos e reclamações - link: esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualRecursos.aspx		
Satisfação dos usuários	Relatório gerado pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), acessível no link: esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/PesquisaSatisfacao/ConsultarRelatorioPesquisaSatisfacao.aspx.		

OUVIDORIAS E RESULTADOS

	Ouvidoria-MD			Ouvidoria-HFA			Ouvidoria-ESG
Total de pedidos recebidos	3.027	E-OUV	2.485	73	E-OUV	73	Em 2018 não houve nenhum tipo de manifestação à Ouvidoria-ESG.
		E-mail	241		E-mail	-	
		Carta	227		Carta	-	
		Telefone	68		Telefone	-	
		Pessoalmente	6		Pessoalmente	-	
Tipo de manifestação	3.027	Elogio	1.296	73	Elogio	9	
		Solicitação	853		Solicitação	5	
		Reclamação	490		Reclamação	36	
		Denúncia	193		Denúncia	11	
		Sugestão	84		Sugestão	2	
		Comunicação	65		Comunicação	10	
		Simplifique	46		Simplifique	0	
Atendimento	Links: www.ouvidorias.gov.br www.defesa.gov.br/ouvidoria End.: Esplanada dos Ministérios-Bloco "Q", Portaria "B", 4º andar, Sala 458 Tel.: 61 2023-9400			Links: www.ouvidorias.gov.br www.hfa.mil.br/ouvidoria-menu e-mail: ouvidoria@hfa.mil.br; End.: Policlínica, no início da Ala B do HFA Tel.: (61) 3966-2314			Links: www.ouvidorias.gov.br www.esg.br/contatos
Relatórios estatísticos	Os relatórios estatísticos das Ouvidorias podem ser acessados por meio do link: http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm.						
Satisfação dos usuários	O grau de satisfação dos usuários é aferido por meio de pesquisa de avaliação que é disponibilizada pelo Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo federal (e-Ouv), automaticamente, por ocasião do envio da resposta conclusiva. O Sistema gera relatório acessível no link: http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm.						

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O MD interage com a sociedade de diversas formas, buscando dar transparência e publicidade às suas informações institucionais. Vale destacar as informações disponibilizadas por meio do sítio na internet e pelas redes sociais, canais de interação direta com o cidadão:

Sítio do MD na internet: www.defesa.gov.br
Email institucional: ascom@defesa.gov.br

Sítio da ESG na internet: www.esg.br
Email institucional: esg@esg.br

Sítio do Censipam na internet: www.sipam.gov.br
Email institucional:
comunicacaosocial@sipam.gov.br

Protocolo Integrado: https://protocolointegrado.gov.br/, um canal disponibilizado para facilitar o acompanhamento de processos e documentos em andamento no órgão.

Carta de Serviços:
MD: https://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/servico_de_informacao/csu_vs_2018.pdf
HFA: http://www.hfa.mil.br/acoes-e-programas

PRINCIPAIS RESULTADOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

MD: 329.814 seguidores
ESG: 2.488 seguidores
Censipam: 505 seguidores

MD: 767.000 seguidores
HFA: 6.610 seguidores
ESG: 7.059 seguidores
Censipam: 1.637 seguidores

MD: 135 seguidores (558 publicações)
HFA: 1.488 seguidores (59 publicações)
ESG: 28 seguidores
Censipam: 210 seguidores (85 publicações)

MD: 25.609 seguidores (2.618.994 visualizações)
HFA: 351 seguidores (34.996 visualizações)
ESG: 157 seguidores (3.432 visualizações)

IMPRENSA **MD:** 80 programas radiofônicos.

IMPRENSA **MD:** 220 (50 veículos e comunicação) e 143 produtos gráficos
Censipam: 71 produtos gráficos

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM PROCESSOS DECISÓRIOS

Consultas públicas: diversos documentos foram disponibilizados para consulta pública, merecendo destaque: Política de Dados Abertos do MD, Política Nacional de Defesa (PND); Estratégia Nacional de Defesa (END); e Livro Branco de Defesa.

Ouvidorias: disponibiliza acesso ao Simplifique (solicitações de simplificação ou aperfeiçoamento de serviços ou processos). As manifestações recebidas subsidiam aperfeiçoamentos dos processos e serviços do órgão.

HFA: Realiza pesquisas mensais de satisfação, aplicadas aos usuários desde 2015, como subsídio relevante para a realização de melhorias no Hospital.

ACESSIBILIDADE:

MD, HFA, ESG e Censipam: páginas eletrônicas na internet seguem as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico).

MD, HFA, ESG (SIC e Ouvidorias): Prestam informações e atendimento: pessoalmente, por correios, por telefone.

RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A gestão de riscos é um elemento essencial para a boa governança corporativa e, em razão disso, em 2017, o MD publicou a Portaria Normativa nº 40/MD, que aprovou a Política de Gestão de Riscos da administração central do Ministério da Defesa (ACMD), visando instituir uma gestão de riscos relacionados a processos e projetos decorrentes de planos estratégicos, táticos e operacionais, de forma progressiva e contínua.

A meta inicial foi promover a capacitação do pessoal diretamente envolvido na implantação da Política de Gestão de Riscos da Administração Central, cujas ações se iniciaram em 2017 e se estenderam para o exercício de 2018, tais como:

Capacitação nos cursos:	• "Gestão de Riscos", promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU); • "Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público", realizado na Escola Nacional de Administração Pública; • extensão em Gestão de Riscos em Organizações Públicas, realizado na Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília; • "Gestão Baseada em Riscos no Setor Público", realizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP); e • "Gestão Baseada em Riscos no Setor Público", realizado pela Assessoria Especial de Controle Interno do MP.
Seminários e palestras:	• Participação no Seminário na Escola Nacional de Administração Pública, com o tema "Gestão de riscos: Desafios para implementação da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1/2016"; • Promoção de palestra do MP, para o público interno do MD, com o tema Gestão de Riscos no Setor Público; • Promoção de palestra, para o público interno do MD, do Consultor Técnico da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S/A, com o tema Gestão de Riscos na Administração Pública; e • Promoção do curso "Gestão Baseada em Riscos no Setor Público", para o público interno do MD, proferido pelo Assessor Especial de Controle Interno do MP.

Em 2018, em razão da edição do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, o qual estabeleceu novas obrigações para os órgãos e as entidades, além de fortalecer as orientações da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, o MD publicou a Portaria Normativa n° 29/GM-MD, que "Institui as instâncias de supervisão da gestão da integridade, governança, riscos, controles internos da gestão e desburocratização e aprova a Política de Gestão de Riscos, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa (ACMD)". O normativo em questão possibilitou alguns avanços no campo da gestão, merecendo destaque:

- Aperfeiçoamento das condições para a condução da gestão estratégica da ACMD;
- Melhores condições para a integração da gestão de riscos com a gestão estratégica (objetivos estratégicos), a governança e os controles internos da gestão;
- Aperfeiçoamento da coordenação e da integração entre as diversas áreas;
- Visão global e integrada das unidades da ACMD;
- Favorecimento do amadurecimento da gestão de forma mais homogênea; e
- Otimização na alocação das pessoas dedicadas ao tema.

Em novembro de 2018, o MD institui o Programa de Integridade no âmbito da ACMD (Portaria Normativa nº 68-GM-MD/2018), com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção, em apoio à boa governança. O Programa de Integridade estabelece diretrizes, objetivos e procedimentos gerais para a sua operacionalização.

Ainda em novembro de 2018, foi aprovado o primeiro Plano de Integridade da ACMD (Portaria Normativa n° 78/GM-MD/2018), o qual foi construído de forma participativa, com envolvimento de todos órgãos que integram a ACMD, e observando as diretrizes e os objetivos estabelecidos para o Programa de Integridade (https://www.defesa.gov.br/arquivos/acesso_informacao/integridade/pl_integridade_v2.pdf).

Esse primeiro Plano de Integridade foi resultado de um conjunto de ações executadas no âmbito do MD, com orientações do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), merecendo destaque:

- Fluxo interno para verificação das situações de nepotismo;
- Fluxo Interno para análise de consultas sobre conflito de interesses;
- Fluxo interno para tratamento de denúncias;
- Designação da área responsável pela condução de processos disciplinares; e
- Levantamento dos principais riscos para a integridade e estabelecimento de medidas de tratamento.

Nessa ocasião, foram levantados os principais riscos de integridade da ACMD e priorizadas as medidas de tratamento relacionadas à falta de informação, ao desconhecimento e a fragilidades verificadas em processos correlatos, principalmente às funções de integridade. Há que se destacar que o plano prevê medidas de tratamento que foram iniciadas em 2018 e irão se estender ao longo de 2019.

Cabe ressaltar que o Ministério da Defesa ainda se encontra no estágio inicial de maturidade com relação ao tema gestão de riscos, ou seja, o tema começou a ser discutido, as pessoas começaram a ser preparadas e foram adotadas medidas iniciais com relação ao tema.

Destaca-se que a capacitação e o benchmarking com instituições reconhecidas pelo domínio sobre o tema foram fundamentais para a realização de ações iniciais de implantação da Política de Gestão de Riscos da Administração Central. Em 2019 pretende-se avançar na capacitação

do pessoal e no desenvolvimento e aprovação de metodologia.

Em que pese as ações já adotadas, cabe mencionar que, no exercício de 2018, houve significativas alterações normativas, regimentais e processuais, a saber: nova estrutura regimental do MD; implantação de processo decisório para projetos estratégicos de interesse do MD (Portaria Normativa nº 99/GM-MD); criação de nova instância de governança para projetos estratégicos (Decreto nº 9.628, de dezembro de 2018, que Dispõe sobre o Conselho Superior de Governança no âmbito do Ministério da Defesa); e criação de Unidades Prestadoras de Contas ministeriais (Decisão Normativa TCU nº 170). Com esse novo cenário, alguns desafios se fazem presentes para a continuidade da gestão de riscos e controles internos do Ministério: alteração da Portaria Normativa n° 29/GM-MD/2018, para atualização das instâncias de governança e de prazos de implementação; e integração de procedimentos e metodologias utilizadas por órgãos não integrantes da ACMD (ESG e HFA).

CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

ACMD

O Departamento de Administração Interna (DEADI) desempenha as funções de órgão de correição e condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares limitando-se às ocorrências da administração central do Ministério da Defesa (conforme dispõe o art. 35, inciso II, do Anexo I ao Decreto n° 9.570, de 20 de novembro de 2018, e o art. 25, do Anexo VIII da Portaria Normativa no 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019, que Aprova os Regimentos Internos de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa), excetuada a competência do Censipam.

No âmbito do DEADI compete, ao Núcleo de Correição, no âmbito de sua atuação, com exceção do Censipam, auxiliar o Diretor de Administração Interna no desempenho das competências de unidade seccional de correição (Portaria nº 1.522/DEADI/MD, de 24 de abril de 2018, e art. 27, do Anexo VIII, da Portaria Normativa no 12/MD/2019).

O Ministério da Defesa possui uma força de trabalho híbrida, composta por servidores, que são regidos pelos preceitos da Lei no 8.112, de 1990, e militares das três Forças Armadas, sujeitos a regulamento próprio (Lei no 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares), com regras específicas quanto à apuração e responsabilização disciplinar (legislações internas).

Caso a violação seja cometida por Militar, o fato é comunicado a autoridade militar que possui competência para apuração e aplicação de sanção disciplinar a luz do Regulamento Disciplinar da respectiva Força singular, conforme disposto no art. 1º, inciso II, da Portaria Normativa no 3.604/MD, de 22 de novembro de 2011 ("Dispõe sobre a aplicação de disciplinas, recompensas, medidas regulamentares e normativas aos militares lotados no âmbito da administração central do Ministério da Defesa").

Cabe ressaltar que os processos administrativos não correcionais ou disciplinares de natureza militar (voltados à gestão de recursos humanos), por suas características, não são objeto de análise da Controladoria-Geral da União, consequentemente, não são inseridos no sistema CGU-PAD. Desse modo, com exceção dos processos disciplinares que tratem de matérias exclusivamente militares, os processos instaurados no âmbito da administração central do MD atendem ao que estabelece a Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União, e da Portaria Normativa nº 899/MD, de 9 de junho de 2008, notadamente no que se refere ao cumprimento do prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam, para o devido registro no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD).

Em 2018, foram processados 42 (quarenta dois) procedimentos correcionais, conforme gráfico a seguir:

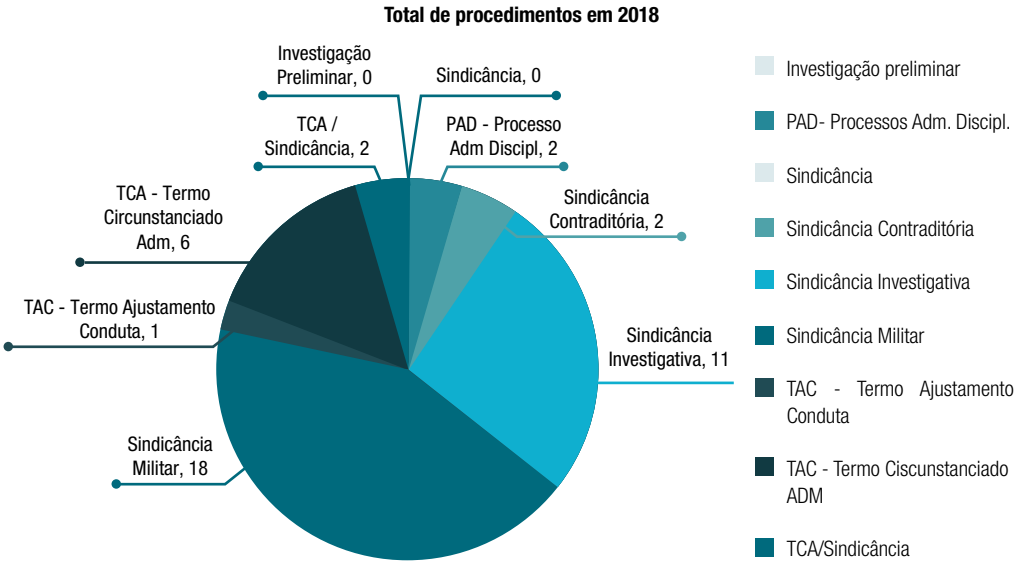



Figura 8: Procedimentos Correcionais na ACMD (Fonte: Deadi/MD)

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
				Arquivamento				
	Débito < R$ 100.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R$ 100.000	Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
7 TCA; 2 Sindicância Contraditória	27	0	6	0	0	0	0	18

PROCESSO	TCA - RESULTADO
60582.000030/2018-81	Ressarcimento realizado
60585.000444/2018-81	Decorreu de Uso regular – Ressarcimento pela União.
60631.000101/2018-13	Reposição de aparelho similar
60042.000193/2018-71	Instaurado Sindicância Contraditória n° 60580.000137/2018-40 – Absolvição e arquivamento
60043.000246/2018-44	Ressarcimento realizado
60584.000783/2017-96	Instaurado Sindicância Contraditória n° 60584.000783/2017-96 - Fase de cobrança administrativa
60311.000508/2018-63	Ressarcimento realizado

Outros Casos - Parcelamento de Débitos realizados:
Por meio da Portaria nº 44/MD de 2017, em alguns casos, mediante solicitação do Ente Convenente, é efetuado o parcelamento de débitos, conforme critérios internos estabelecidos na referida Portaria (Programa Calha Norte):

PROCESSO	TIPO	RESULTADO
60414.003336/2013-17	TCE	Parcelamento de Débito
60414.000822/2015-45	Dívida Ativa	Parcelamento de Débito
60414.003362/2013-45	Dívida Ativa	Parcelamento de Débito
60414.000964/2014-21	TCE	Parcelamento de Débito
60414.002351/2013-48	TCE	Parcelamento de Débito
60414.002351/2013-48	Dívida Ativa	Parcelamento de Débito

Tabela 2 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário na ACMD (Fonte: Deadi/MD)

ESG

As atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos são atribuições regimentais do Comandante da ESG, que, para tanto, conta com uma Assessoria Jurídica que orienta os trabalhos dos sindicantes e comissões designadas, bem como assessora na tomada de decisões.

A apuração de ilícitos cometidos por servidores da unidade e a condução dos processos administrativos disciplinares obedecem aos ditames da Lei 8.112/90 e da Lei n° 6.880/80, bem como aos regulamentos disciplinares aplicáveis aos militares de cada Força. No caso de servidores militares, os processos disciplinares são desenvolvidos no âmbito da ESG, porém, a aplicação de penalidades é subdelegada aos Assistentes Militares.

Em 2018, não houve apuração de ilícitos administrativos no âmbito da ESG, inexistindo a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD); de processo administrativo de responsabilização (PAR); de Tomada de Contas Especial (TCE); ou de processos administrativos de apuração de dano o Erário na ESG.

Destaca-se, ainda, que no exercício de 2018, foi encerrado o Processo de Tomada de Contas Especial nº 029.689/2014-7 (atual 027.116/2016-6), tendo havido o recolhimento da dívida e concedida quitação ao responsável (Acórdão 5593/2018- 1º Câmara, item 9.5). Processo Administrativo nº 60630.002622/2014-91, que teve a finalidade de apurar a ocorrência de irregularidades atinentes à prestação de serviços por empresa contratada, no tocante à hospedagem de atletas em estabelecimento localizado no município de Paty do Alferes-RJ, por ocasião dos V Jogos Mundiais Militares, ocorridos no período de 16 a 24 de julho de 2011.

CENSIPAM

O Censipam tem competências para exercer as atividades de administração de recursos humanos, conforme disposto no inciso XVI, do art. 48, do Anexo I ao Decreto nº 9.570, de 2018 (Estrutura Regimental do MD). O art. 16, do Anexo XI, da Portaria Normativa nº 564/MD, de 2014, estabelece que cabe ao Diretor-Geral "autorizar, no âmbito do Censipam a abertura de processos de sindicâncias e processos administrativos disciplinares". Assim, as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares são conduzidos por servidores designados pelo Diretor-Geral do Censipam.

Em 2018, não houve a instauração de procedimentos correcionais no Censipam. No que tange a medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao erário, no ano de 2018, foram elaborados dois Termos Circunstanciados Administrativos – TCA para apurar fatos em virtude de itens com valor inferior aos limites de uma dispensa de licitação, conforme Instrução Normativa CGU nº 4, de 17 de fevereiro de 2009. Ambos foram finalizados com pagamento de GRU, dado baixa dos bens no sistema SIADS e procedido o encerramento dos processos.

PROCESSO	TIPO	RESULTADO
60091.000507/2016-99	TCA	Ressarcimento realizado
60091.000191/2018-05	TCA	Ressarcimento realizado

Tabela 3 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário no Censipam (Fonte: Censipam)

HFA

As atividades de correição e apuração de irregularidades disciplinares relacionadas ao pessoal da unidade é desempenhada em conjunto pelas áreas da Assessoria Técnica e pela Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (CPSPAD), nos termos do Regimento Interno do HFA, aprovado pela Portaria Normativa nº 10/MD, de 07 de março de 2018 e da Orientação Normativa nº 07/CMT LOG-HFA, de 04 de abril de 2018. A estas instâncias cabe acompanhar, conforme determinação do Comando Logístico do Hospital, a instauração e demais fases relativas a processos administrativos disciplinares e sindicâncias investigativas e apuratórias.

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CPSPAD foi criada em 19 de abril de 2016, por intermédio da Portaria nº 18/SEÇ PES CIV HFA/S DIV GEST PES HFA/DCOI/CMT LOG – HFA/HFA/SEPESD/SG – MD, com a finalidade de compor, conduzir e orientar as comissões compostas para apurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares - PADs.

A CPSPAD conduziu, no exercício de 2018, 24 processos administrativos, sendo 03 investigações preliminares, 04 sindicâncias investigativas, 15 processos administrativos disciplinares; e 02 processos administrativos disciplinares sumários. Todas as fases dos referidos procedimentos constam devidamente registradas no sistema CGU-PAD, nos termos do disposto na Portaria CGU nº 1.043/2007.

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
				Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
	Débito < R$ 100.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R$ 100.000		
17 Processos Administrativos/PJ; 1 PAR	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 4 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário no HFA (Fonte: HFA)

ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

De acordo com o Decreto nº 9.570, de 2018 (Estrutura Regimental do MD), a Secretaria de Controle Interno (CISET/MD) é um órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa, com atuação nos órgãos do MD e nos órgãos e entidades a ele vinculados. A CISET é órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal (SCIPEF).

Nos termos do art. 7º do Anexo I ao Decreto nº 9.570, de 2018, as principais competências da CISET são: assessorar o Ministro, como órgão de apoio à supervisão ministerial; acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia de seus resultados; realizar auditorias sobre a gestão de recursos públicos federais sob responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados e sobre acordos e contratos firmados com organismos internacionais; exercer supervisão técnica, coordenação das ações integradas e orientação normativa das unidades de controle interno dos Comandos Militares, sem prejuízo de suas subordinações administrativas; e apurar, no exercício de suas funções, atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados na utilização de recursos públicos federais e comunicar as autoridades competentes para as providências cabíveis.

A ESG possui, em sua estrutura regimental, uma Assessoria de Controle Interno, com o seguinte papel: controlar, certificar, verificar, esclarecer e orientar, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de cunho administrativo e financeiro, constituindo-se no principal elo entre a ESG e a CISET/MD.

O HFA possui, em sua estrutura regimental, uma Assessoria de Controle Interno e Gestão de Riscos, que é um elo importante com a CISET/MD, com as seguintes competências principais: supervisionar os controles internos da gestão no HFA; propor e assessorar o Comitê de Governança, Riscos e Controles na adoção de medidas necessárias à excelência na gestão de riscos; acompanhar a observância dos princípios impostos pelo ordenamento jurídico; contribuir para a prestação de contas no HFA; e assessorar o Comandante Logístico quando da ocorrência de diligência, achado de auditoria ou informação sobre fato negativo ocorrido, para que as medidas saneadoras sejam tomadas no menor prazo possível.

O Censipam possui, em sua estrutura organizacional, um Núcleo de Assessoramento em Governança, subordinado ao Diretor-Geral, que é um elo importante com a CISET/MD, com as seguintes competências principais: coordenar a elaboração das respostas aos relatórios e solicitações de auditoria; supervisionar o atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle e dos compromissos assumidos nos planos de providências permanentes; mapear e elaborar relatórios em relação aos controles administrativos; apoiar as unidades organizacionais na gestão de riscos administrativos; avaliar os processos administrativos quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares, das políticas e das diretrizes estabelecidas; e propor regras e atividades de governança, bem como a criação de mecanismos de controle preventivo.

Cabe destacar que cada uma das Forças, Marinha, Exército e Aeronáutica, possui um Centro de Controle Interno, com a competência principal de assessorar o Comandante e planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de Controle Interno, no âmbito da Força respectiva.

PRINCIPAIS RESULTADOS

CAPÍTULO 2

EIXOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos finalísticos dos diversos órgãos que integram o MD, exceto as Forças Armadas, apresentados no Capítulo 1, podem ser agrupados por eixos temáticos, de forma a facilitar a apresentação dos respectivos resultados. Para isso, foram definidos 6 Eixos Temáticos, conforme a seguir exposto:

EIXO	DESCRITOR
1. Capacidades de defesa	Aperfeiçoar e construir capacidades militares de defesa e estado de prontidão que sejam suficientes para desestimular possível agressão militar e para manter as Forças Armadas em condições de serem empregadas, de forma conjunta e sinérgica, inclusive no que se refere ao desenvolvimento dos setores estratégicos de defesa (nuclear, cibernético e espacial), para defender a soberania, os interesses e a integridade do Estado brasileiro.
2. Diplomacia de defesa	Aprimorar o relacionamento internacional de defesa, em consonância com os interesses nacionais e a política externa, para promover a confiança mútua, a cooperação e o estreitamento de laços de amizade entre as nações, visando à solução pacífica de eventuais conflitos, além de contribuir para a paz e a segurança internacional.
3. Suporte Operacional	Assegurar o suporte operacional necessário para manter as Forças Armadas em condições de serem empregadas, de forma conjunta e sinérgica, propiciando: aumento rápido de recursos humanos e materiais disponíveis para a Defesa; apoio logístico integrado, adequado e contínuo às Forças Armadas; pleno emprego do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC) em prol da defesa e segurança nacionais; pleno emprego do espectro eletromagnético pelas Forças Armadas e negação, redução ou prevenção de seu uso contra os interesses nacionais; e pleno emprego do sensoriamento remoto, da cartografia militar e da meteorologia de defesa.
4. Indústria de defesa, ciência, tecnologia e inovação	Fortalecer o setor de ciência, tecnologia e inovação das Forças Armadas, a área de ciência e tecnologia de interesse da Defesa Nacional e contribuir para o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e o aperfeiçoamento da integração da tríade governo-indústria-academia para o domínio e o uso de tecnologias de interesse da defesa.
5. Apoio à políticas públicas	No exercício das competências subsidiárias, contribuir para o desenvolvimento nacional, a integração e a preservação da coesão e unidade nacionais, o controle e a proteção ambiental, e os controles marítimo, territorial e aeroespacial. Colaborar com a Defesa Civil, bem como cooperar com políticas públicas de promoção da cidadania e promover o desenvolvimento do desporto militar.
6. Governança, gestão e infraestrutura	Aperfeiçoar os processos decisórios de coordenação e de gerenciamento do conjunto de estruturas, recursos e competências, com o propósito de conduzir a execução de projetos, atividades e ações, a partir de uma visão global, observando os preceitos da transparência e da integridade e buscando a melhora do desempenho organizacional, a desburocratização dos processos e a otimização do uso dos recursos disponíveis, objetivando o alcance dos resultados desejados. Valorizar e capacitar sistemática e permanente os militares e civis do Ministério da Defesa e fortalecer sua coesão, integração e satisfação; desenvolver conhecimentos e uma "mentalidade" sobre o tema defesa no âmbito da sociedade brasileira; fortalecer a imagem do Ministério da Defesa; otimizar as assistências social e à saúde; e preservar as tradições, a história e a cultura institucional.

RELAÇÃO ENTRE OS EIXOS E OS OBJETIVOS

É relevante citar que os resultados do Eixo 6 Governança, Gestão e Infraestrutura da ACMD estão contemplados no Capítulo 3 que trata das áreas especiais da gestão.

EIXO	OBJETIVO SETORIAL DE DEFESA (OSD)	OBJETIVO ESTRATÉGICO DOS ÓRGÃOS
EIXO 1 CAPACIDADES DE DEFESA Aperfeiçoar e construir capacidades militares de defesa e estado de prontidão que sejam suficientes para desestimular possível agressão militar e que mantenham as Forças Armadas em condições de serem empregadas, de forma conjunta e sinérgica, inclusive no que se refere ao desenvolvimento dos setores estratégicos de defesa (nuclear, cibernético e espacial), para defender a soberania, os interesses e a integridade do Estado brasileiro	Defesa da soberania, da integridade e do patrimônio nacionais e das pessoas, bens e recursos brasileiros no exterior (OSD 1)	Forças Armadas (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira)
	Defesa do território nacional, das águas jurisdicionais brasileiras e do espaço aéreo sobrejacente (OSD 2)	Planejar e coordenar operações conjuntas visando defender o território nacional, as águas jurisdicionais brasileiras e o espaço aéreo sobrejacente (Objetivo EMCFA)
	Estímulo e aperfeiçoamento da interoperabilidade no âmbito das Forças Armadas (OSD 5)	Planejar e executar atividades de aperfeiçoamento da interoperabilidade no âmbito das Forças Armadas (Objetivo EMCFA)
	Desenvolvimento da capacidade de projetar, construir, operar e manter submarinos de propulsão nuclear (OSD 6)	Forças Armadas (Marinha do Brasil)
	Utilização efetiva do espaço cibernético pelo MD e a negação de tal uso contra os interesses da defesa e segurança nacionais (OSD 7)	Planejar e executar atividades destinadas à utilização efetiva do espaço cibernético pelo Ministério da Defesa e a negação de tal uso contra os interesses da defesa e da segurança nacionais (Objetivo EMCFA)
	Utilização do espaço exterior, de forma eficiente e autônoma, em prol da defesa e segurança nacionais (OSD 8)	Coordenar atividades destinadas à utilização do espaço exterior, de forma eficiente e autônoma, em prol da defesa e segurança nacionais (Objetivo EMCFA)

EIXO	OBJETIVO SETORIAL DE DEFESA (OSD)	OBJETIVO ESTRATÉGICO DOS ÓRGÃOS
EIXO 2 DIPLOMACIA DE DEFESA Aprimorar o relacionamento internacional de defesa, em consonância com os interesses nacionais e a política externa, para promover a confiança mútua, a cooperação e o estreitamento de laços de amizade entre as nações, visando à solução pacífica de eventuais conflitos, além de contribuir para a paz e a segurança internacional	Fortalecimento das relações com as Forças Armadas das nações amigas (OSD 3)	Promover ações que fortaleçam as relações com as Forças Armadas das nações amigas (Objetivo EMCFA)
	Incremento da capacidade de projeção de poder das Forças Armadas para participar de operações internacionais (OSD 4)	

EIXO	OBJETIVO SETORIAL DE DEFESA (OSD)	OBJETIVO ESTRATÉGICO DOS ÓRGÃOS
EIXO 3 SUPORTE OPERACIONAL Assegurar o suporte operacional necessário para manter as Forças Armadas em condições de serem empregadas, de forma conjunta e sinérgica, propiciando: aumento rápido de recursos humanos e materiais disponíveis para a Defesa; apoio logístico integrado, adequado e contínuo às Forças Armadas; pleno emprego do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC) em prol da defesa e segurança nacionais; pleno emprego do espectro eletromagnético pelas Forças Armadas e negação, redução ou prevenção de seu uso contra os interesses nacionais; e pleno emprego do sensoriamento remoto, da cartografia militar e da meteorologia de defesa	Pleno emprego da Inteligência no assessoramento aos processos decisórios no âmbito do Ministério da Defesa, em prol da defesa e segurança nacionais (OSD 9)	Forças Armadas (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira)
	Proteção dos conhecimentos de interesse da defesa e segurança nacionais (OSD 10)	Planejar e coordenar atividades destinadas a sustentar capacidade de emprego das Forças Armadas em situação excepcional (Objetivo EMCFA)
	Sustentação da capacidade de emprego das Forças Armadas em situação excepcional (OSD 14)	Planejar e coordenar as atividades necessárias para o pleno emprego do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) em prol da defesa e segurança nacionais (Objetivo EMCFA)
	Pleno emprego do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC) em prol da defesa e segurança nacionais (OSD 12)	Promover ações para aperfeiçoar o apoio logístico às Forças Armadas, visando torna-lo integrado, adequado e contínuo (Objetivo EMCFA)
	Apoio logístico integrado, adequado e contínuo às Forças Armadas (OSD 13)	
	Pleno emprego do espectro eletromagnético pelas Forças Armadas e negação, redução ou prevenção de seu uso contra os interesses nacionais (OSD 11)	Forças Armadas (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira)
	Pleno emprego do sensoriamento remoto em apoio à defesa e à segurança nacionais (OSD 26)	Planejar e executar atividades para ampliar o emprego do sensoriamento remoto em apoio à defesa e à segurança nacionais (Objetivo EMCFA)
	Pleno emprego da Cartografia Militar pelas Forças Armadas, em prol da defesa e da segurança nacionais (OSD 27)	Realizar atividades a fim de alcançar o pleno emprego da Cartografia Militar pelas Forças Armadas, em prol da defesa e da segurança nacionais (Objetivo EMCFA)
	Pleno emprego da meteorologia pelas Forças Armadas (OSD 28)	Planejar e coordenar atividades destinadas a atingir o pleno emprego da meteorologia pelas Forças Armadas (Objetivo EMCFA)

EIXO	OBJETIVO SETORIAL DE DEFESA (OSD)	OBJETIVO ESTRATÉGICO DOS ÓRGÃOS
EIXO 4 INDÚSTRIA DE DEFESA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO Fortalecer o setor de ciência, tecnologia e inovação das Forças Armadas, a área de ciência e tecnologia de interesse da Defesa Nacional e contribuir para o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e o aperfeiçoamento da integração da tríade governo-indústria-academia para o domínio e o uso de tecnologias de interesse da defesa.	Fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) (OSD 24)	Promover ações que fortaleçam a Base Industrial de Defesa e contribuam para o desenvolvimento de produtos e tecnologias de interesse da Defesa Nacional (Objetivo SG)
	Domínio de tecnologias de interesse da Defesa (OSD 25)	

EIXO	OBJETIVO SETORIAL DE DEFESA (OSD)	OBJETIVO ESTRATÉGICO DOS ÓRGÃOS
EIXO 5 APOIO A POLÍTICAS PÚBLICAS No exercício das competências subsidiárias, contribuir para o desenvolvimento nacional, a integração e a preservação da coesão e unidade nacionais, o controle e a proteção ambiental, e os controles marítimo, territorial e aeroespacial. Colaborar com a Defesa Civil, bem como cooperar com políticas públicas de promoção da cidadania e promover o desenvolvimento do desporto militar.	Apoio a Políticas Públicas (OSD 32)	Aprimorar a capacidade de gerar informações em prol das ações de governo na Amazônia legal brasileira (Objetivo SG)
		Ampliar a presença do Poder Público na área de atuação do Programa Calha Norte, contribuindo para a defesa nacional, fixando a população na região e prestando-lhe assistência (Objetivo SG)
		Consolidar a participação da Defesa no desenvolvimento social (Objetivo SG)
		Consolidar a percepção da necessidade de defesa do País pela sociedade (Objetivo SG)
		Prestar o apoio necessário a Políticas Públicas (Objetivo EMCFA)
	Desenvolvimento do desporto militar no âmbito do Ministério da Defesa (OSD 22)	Consolidar a percepção da necessidade de defesa do País pela sociedade (Objetivo SG)

EIXO	OBJETIVO SETORIAL DE DEFESA (OSD)	OBJETIVO ESTRATÉGICO DOS ÓRGÃOS
EIXO 6 GOVERNANÇA, GESTÃO E INFRAESTRUTURA Aperfeiçoar os processos decisórios de coordenação e de gerenciamento do conjunto de estruturas, recursos e competências, com o propósito de conduzir a execução de projetos, atividades e ações, a partir de uma visão global, observando os preceitos da transparência e da integridade e buscando a melhora do desempenho organizacional, a desburocratização dos processos e a otimização do uso dos recursos disponíveis, objetivando o alcance dos resultados desejados. Valorizar e capacitar sistemática e permanente os militares e civis do Ministério da Defesa e fortalecer sua coesão, integração e satisfação; desenvolver conhecimentos e uma “mentalidade” sobre o tema defesa no âmbito da sociedade brasileira; fortalecer a imagem do Ministério da Defesa; otimizar as assistências social e à saúde; e preservar as tradições, a história e a cultura institucional.	Valorização dos militares e civis do Ministério da Defesa (OSD 15)	Otimizar rotinas e procedimentos para agilizar a solução das demandas impostas, melhorando a produtividade e a qualidade dos serviços prestados (Objetivo SG)
		Desenvolver competências, valorizar pessoas e adequar a força de trabalho da administração central do Ministério da Defesa às necessidades institucionais (Objetivo SG)
	Capacitação sistemática e permanente do pessoal civil e militar das Forças Armadas (OSD 17))	Desenvolver competências, valorizar pessoas e adequar a força de trabalho da administração central do Ministério da Defesa às necessidades institucionais (Objetivo SG)
	Pleno emprego do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC) em prol da defesa e segurança nacionais (OSD 12)	Consolidar a percepção da necessidade de defesa do País pela sociedade (Objetivo SG)
	Cooperação na área do Ensino de Defesa com outros países (OSD 19)	Consolidar a ESG como Instituição de Ensino em Altos Estudos nas áreas de Defesa, Segurança e Desenvolvimento (Objetivo ESG)
	Incremento da “mentalidade de defesa” na sociedade brasileira (OSD 29)	Consolidar a percepção da necessidade de defesa do País pela sociedade (Objetivo SG)
	Fortalecimento da imagem do Ministério da Defesa no âmbito da sociedade brasileira (OSD 30)	
	Fortalecimento da coesão, da integração, da motivação e da satisfação do público interno, no âmbito do Ministério da Defesa (OSD 31)	
	Excelência na atuação das Áreas de Saúde do Ministério da Defesa (OSD 20)	Aprimorar a gestão, a interoperabilidade e a complementaridade dos sistemas de saúde e de assistência social do Ministério da Defesa (Objetivo SG)
		Atuar no aprimoramento do eixo operacional da área de saúde das Forças Armadas (Objetivo EMCFA)
		Aprimorar e otimizar continuamente a assistência à saúde prestada (Objetivo HFA)
		Ser um Hospital humanizado e promover ações voltadas a Sociedade e aos seus usuários (Objetivo HFA)
	Garantia do bem-estar e proteção social aos militares e servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas (OSD 21)	Aprimorar a gestão, a interoperabilidade e a complementaridade dos sistemas de saúde e de assistência social do Ministério da Defesa (Objetivo SG)
	Desenvolvimento da Cultura e preservação do patrimônio histórico e cultural no âmbito do Ministério da Defesa (OSD 23)	Consolidar a percepção da necessidade de defesa do País pela sociedade (Objetivo SG)
	Aperfeiçoar a governança, a gestão e a infraestrutura da administração central do MD (Objetivo SG)	Otimizar rotinas e procedimentos para agilizar a solução das demandas impostas, melhorando a produtividade e a qualidade dos serviços prestados (Objetivo SG)
		Consolidar e aprimorar a governança da Secretaria-Geral com foco em resultados (Objetivo SG)
		Aprimorar a difusão da informação e dos serviços afetos à atuação da Secretaria-Geral (Objetivo SG)
		Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicações, nas formas adequadas e nas quantidades necessárias para garantir a qualidade, a agilidade e a produtividade da administração central do Ministério da Defesa (Objetivo SG)
		Prover a administração central do Ministério da Defesa de infraestrutura física adequada às suas condições de trabalho (Objetivo SG)
		Fortalecer a gestão orçamentária (Objetivo SG)

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2018

RESULTADOS VINCULADOS AO EIXO 1 – CAPACIDADES DE DEFESA

Projetos estratégicos de Defesa

Os Projetos Estratégicos de Defesa estão diretamente relacionados à construção de capacidades de defesa e são aqueles contemplados no Programa AVANÇAR, instituído pela Portaria nº 442, de 13/12/2017, do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, destinados a orientar as ações governamentais e comunicar à sociedade os investimentos públicos de infraestrutura estratégicos e prioritários do Poder Executivo federal, além do Projeto "Navios Classe Tamandaré", de responsabilidade da Marinha do Brasil, em razão de sua dimensão estratégica para a Defesa Nacional e dos valores aportados no empreendimento.

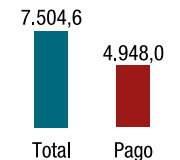
Os referidos projetos de defesa são gerenciados e conduzidos pelos Comandos das Forças Armadas; assim, este relatório apresentará apenas uma visão resumida e de natureza mais estratégica do andamento e dos principais resultados relacionados a esses projetos. Informações detalhadas sobre cada um dos projetos que integram o Programa Avançar serão apresentadas nos Relatórios de Gestão das respectivas Forças.

Unidade	Projetos Estratégicos de Defesa	Início / término
Administração Central	HX-BR	2008/2022
Marinha do Brasil	Submarinos Convencionais	2010/2023
	Submarino de Propulsão Nuclear	2009/2029
	Estaleiro e Base Naval	2009/2026
	Programa Nuclear da Marinha	2000/2030
	Navios Classe Tamandaré	2018/2026
Exército Brasileiro	Guarani	2012/2040
	Astros 2020	2011/2023
	Sisfron	2012/2035
Força Aérea Brasileira	FX-2	2014/2026
	KC-Desenvolvimento	2009/2019
	KC-Aquisição	2014/2026

Tabela 5 Projetos Estratégicos de Defesa (Fonte: Ministério da Defesa)

A seguir, são apresentados os Projetos Estratégicos, seus objetos, vigências, entregas e estágio da realização física (%), com a posição de dezembro/2018. Ressalta-se que cada Comando trará, em seu respectivo relatório, informações mais detalhadas acerca dos Projetos Estratégicos sob sua responsabilidade.

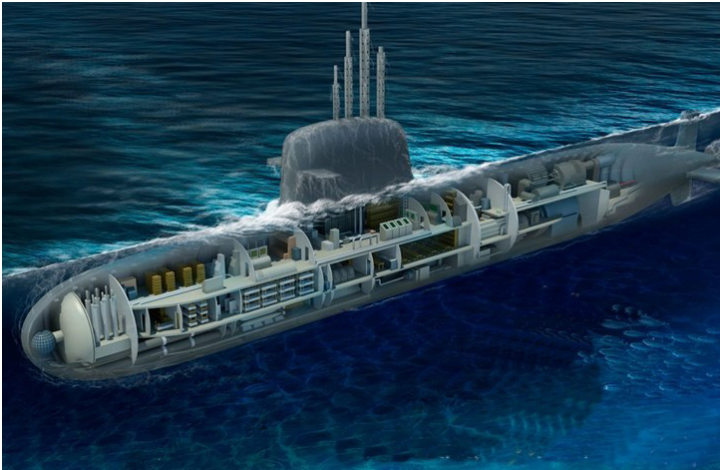
Administração Central

O Projeto H-XBR, sob a coordenação do EMCFA e executado pela Força Aérea, prevê a produção, desenvolvimento e aquisição de 50 helicópteros de médio porte, de emprego geral, para uso das Forças Armadas e da Presidência da República. O Projeto contempla a integração dos armamentos específicos, contratos de logística, suporte de serviços, formação e capacitação de recursos humanos e transferência de tecnologia na área de aeronaves de asas rotativas, o que capacita o Brasil a conceber, desenvolver e produzir aeronaves de asas rotativas e dotar as Forças Armadas Brasileiras de aeronaves modernas para emprego geral. Os principais resultados do projeto em 2018 são:

DENOMINAÇÃO	PARÂMETROS	
Projeto H-XBR	**OBJETO:** Produção, desenvolvimento e aquisição de 50 helicópteros de médio porte, de emprego geral, para uso das Forças Armadas e da Presidência da República	
	PRAZO INICIAL/FINAL:	2008/2023
	TOTAL ATUALIZADO DO PROJETO (R$ Milhão):	7.504,6
	DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA (R$ Milhão):	577,7
	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	601,8
	PAGO RELATIVO AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	589,2
	INSCRITO E PAGO A TÍTULO DE RESTOS A PAGAR (R$ Milhão):	12,6
	REALIZAÇÃO Física (%): Realizado 32; A Realizar 68. Financeiro (R$ MILHÃO): Total 7.504,6; Pago 4.948,0	
Sgt. Johnson / Força Aérea Brasileira	**RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2018:** Em 2018 foram recebidas 4 aeronaves, ampliando o número de recebimentos para 34, sendo: 10 para a Marinha do Brasil (MB), 11 para o Exército Brasileiro (EB), 11 para a Força Aérea Brasileira (FAB) e 2 para o Grupo de Transporte Especial da FAB.	

Tabela 6 Projetos Estratégicos da Administração Central do MD (Fonte: Ministério da Defesa)

Comando da Marinha

O Comando da Marinha é responsável pelo Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), pelo Programa Nuclear de Marinha (PNM) e pelo Projeto Navios Classe Tamandaré.

O Prosub foi lançado em 2008 e está subdividido em três subprojetos: a construção, no país, de um submarino com propulsão nuclear; a construção, no país, de quatro submarinos convencionais de propulsão diesel-elétrica; e a construção de um Estaleiro e de uma Base Naval no município de Itaguaí/RJ. O valor total do Prosub é de R$35,5 bilhões, sendo que já foram investidos mais de R$16 bilhões. Em fevereiro de 2018, foi inaugurado o Estaleiro de Construção e em dezembro foi lançado ao mar o submarino Riachuelo, o primeiro submarino convencional construído no âmbito do Programa. Está previsto o lançamento ao mar do submarino Humaitá, segundo submarino convencional do Programa, no segundo semestre de 2020. O Prosub gera 4.800 empregos diretos e 12.500 indiretos, contando com a participação de cerca de 700 empresas, três universidades e institutos de pesquisa. O Programa tem contribuído para o fomento da indústria nacional, o desenvolvimento de novas tecnologias e a nacionalização de sistemas e equipamentos, além de proporcionar diversos benefícios para a região de Itaguaí e arredores.

O Programa Nuclear de Marinha (PNM), desenvolvido desde 2000, tem como propósito o domínio do ciclo de combustível nuclear e o desenvolvimento e construção de uma planta nuclear de geração de energia elétrica, visando à propulsão nuclear de submarinos. O Programa tem interação com o Programa Nuclear Brasileiro e atualmente concentra os seus esforços na construção de um protótipo em terra do sistema de propulsão nuclear do submarino, chamado de Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (Labgene), localizado na cidade de Iperó - SP, cujo comissionamento está previsto para 2021. O Programa inclui, ainda, a implantação de uma unidade de produção de hexafluoreto de urânio. A previsão de conclusão do PNM é em 2030 e o valor total estimado é da ordem de R$6,8 bilhões. Até o momento, foram investidos mais de R$1,5 bilhão e executados cerca de 51% do Programa.

Em 2018 iniciou-se o Projeto "Corvetas Classe Tamandaré", com o objetivo de promover a renovação da esquadra com quatro navios modernos, construídos no país, no período de 2019 a 2026. Serão navios com alto poder combatente, capazes de proteger a extensa área marítima brasileira, com mais de 4,5 mil km², denominada "Amazônia Azul", realizar operações de busca e salvamento e

atender compromissos internacionais, entre outras tarefas. Por meio desse Projeto, será possível dotar os estaleiros nacionais de capacidade de construção de navios militares e a absorção de novas tecnologias, contribuindo, dessa forma, com o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID).

Os principais resultados dos projetos Estratégicos sob a responsabilidade do Comando da Marinha em 2018 são:

DENOMINAÇÃO	PARÂMETROS	
Submarinos Convencionais	**OBJETO:** Construção de 4 submarinos e obtenção da tecnologia de construção	
	PRAZO INICIAL/FINAL:	2010/2023
	TOTAL ATUALIZADO DO PROJETO (R$ Milhão):	10.862,9
	DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA (R$ Milhão):	877,5
	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	899,0
	PAGO RELATIVO AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	842,9
	INSCRITO E PAGO A TÍTULO DE RESTOS A PAGAR (R$ Milhão):	56,1
	REALIZAÇÃO	
	RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2018: Lançamento ao mar do 1º submarino convencional em 14/12 (Submarino Riachuelo)	
Submarino de Propulsão Nuclear	**OBJETO:** Construção de submarino com propulsão nuclear e obtenção da tecnologia de construção	
	PRAZO INICIAL/FINAL:	2009/2029
	TOTAL ATUALIZADO DO PROJETO (R$ Milhão):	12.140,6
	DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA (R$ Milhão):	432,7
	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	415,3
	PAGO RELATIVO AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	333,4
	INSCRITO E PAGO A TÍTULO DE RESTOS A PAGAR (R$ Milhão):	81,9
	REALIZAÇÃO	
	RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2018: Assinatura do termo técnico ao contrato de transferência de tecnologia do submarino com propulsão nuclear	

DENOMINAÇÃO	PARÂMETROS	
Estaleiro e Base Naval 	**OBJETO:** Construção do estaleiro com ilha nuclear e da Base de Apoio que abrigará a estrutura de comando e controle dos submarinos convencionais e de propulsão nuclear	
	PRAZO INICIAL/FINAL:	2009/2026
	TOTAL ATUALIZADO DO PROJETO (R$ Milhão):	12.497,9
	DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA (R$ Milhão):	474,7
	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	537,0
	PAGO RELATIVO AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	430,4
	INSCRITO E PAGO A TÍTULO DE RESTOS A PAGAR (R$ Milhão):	106,6
	REALIZAÇÃO	
	RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2018: Conclusão do Centro Integrado de Controle, do prédio da tripulação do estaleiro e do prédio dos simuladores da Base Naval	
Programa Nuclear da Marinha (PNM) 	**OBJETO:** Desenvolvimento da propulsão nuclear para submarinos e implantação de laboratório de energia núcleo-elétrica	
	PRAZO INICIAL/FINAL:	2000/2030
	TOTAL ATUALIZADO DO PROJETO (R$ Milhão):	6.834,7
	DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA (R$ Milhão):	303,3
	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	234,1
	PAGO RELATIVO AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	132,9
	INSCRITO E PAGO A TÍTULO DE RESTOS A PAGAR (R$ Milhão):	101,2
	REALIZAÇÃO	
	RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2018: Obras estruturais do prédio das salas de controle, da chaminé de exaustão e do 3º módulo do laboratório de materiais: interligação do simulador do laboratório (LABGENE) e demonstração de variação de potência nuclear	

DENOMINAÇÃO	PARÂMETROS	
Navios Classe Tamandaré	**OBJETO:** Construção de 4 navios de alta complexidade tecnológica	
	PRAZO INICIAL/FINAL:	2018/2026
	TOTAL ATUALIZADO DO PROJETO (R$ Milhão):	7.000,0
	DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA (R$ Milhão):	2.785,0
	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	2.583,0
	PAGO RELATIVO AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	2.368,0
	INSCRITO E PAGO A TÍTULO DE RESTOS A PAGAR (R$ Milhão):	215,0
	REALIZAÇÃO	Física (%): 100 Realizado; 0 A Realizar. Financeiro (R$ MILHÃO): 7.000,00 Total; 2.368,0 Pago
	RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2018: Capitalização da Emgepron e análise das propostas apresentadas pelos consórcios interessados	

Tabela 7 Projetos Estratégicos da Marinha do Brasil (Fonte: Ministério da Defesa)

Comando do Exército

O Comando do Exército é responsável pelos programas Guarani, Astros 2020 e Sisfron.

O Programa GUARANI tem o objetivo geral de dotar o Exército de uma nova família de blindados sobre rodas, para mecanizar a infantaria motorizada e modernizar a cavalaria mecanizada. Em 2007, foi selecionada a empresa IVECO Latin América Ltda para o desenvolvimento do primeiro protótipo da VBTP-MSR (Viatura Blindada de Transporte de Pessoal – Média de Rodas) 6x6 GUARANI, sendo que em 2013, a referida empresa inaugurou, em seu complexo industrial de Sete Lagoas – MG, uma linha de produção com capacidade de fabricar até 120 (cento e vinte) dessas viaturas por ano, fortalecendo a renascida indústria de viaturas blindadas no Brasil.

Até o final de 2018, foram adquiridas 334 viaturas VBTP-MSR 6x6 GUARANI; 14 Sistemas de Armas (Torre Automatizada Remax); e 78 Sistemas de Comando e Controle completos. Os veículos adquiridos já participaram de diversas operações, como a Operação Ágata, Operação multiagências de combate ao contrabando e descaminho; operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, entre outros, em conjunto com as Forças de Segurança Estaduais.

O Programa ASTROS 2020 contribui para o aparelhamento da Força Terrestre, com a entrega de capacidades dissuasórias e de apoio de fogo, por meio de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), de aquisição e modernização de viaturas do Sistema ASTROS e de construções de instalações de Organizações Militares. Além disso, proporciona o fomento da Base Industrial de Defesa, gerando mais de 7.000 empregos diretos e indiretos nas áreas de ciência, tecnologia e construção civil, e insere o meio acadêmico nos assuntos de Defesa. Na área de P&D, encontram-se os projetos de desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro (MTC) de 300 Km e do Foguete Guiado SS-40G, ambos contratados junto à empresa brasileira AVIBRAS, bem como o Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS), desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Na área de infraestrutura, está sendo construído, em Formosa/GO, o Forte Santa Bárbara, composto

por diversas Organizações Militares (OM) e Próprios Nacionais Residenciais (PNR). Ressalta-se a inauguração, no início de 2018, do Centro Logístico de Mísseis e Foguetes e do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes. Destaca-se, ainda, o Projeto de Instrumentação de Campo de Instrução que irá dotar o Sistema de Ciência e Tecnologia de meios para testar e avaliar engenhos em voo. Importante destacar que os novos Produtos de Defesa (PRODES) e a inovação tecnológica, previstos no Programa, incentivam as universidades a desenvolverem estudos de engenharia nas áreas de mísseis, foguetes, guiamento eletrônico, telemetria, química, blindagem, tecnologia da informação, simulação, georreferenciamento e propulsão de foguetes, entre outras, alavancando a capacidade técnica do país.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), programa estratégico destinado ao fortalecimento da presença e da capacidade de monitoramento do Estado na faixa de fronteira terrestre, já está operando com 90% da capacidade tática do seu projeto-piloto, cobrindo uma extensão de 650 quilômetros na fronteira sul de Mato Grosso do Sul, possibilitando respostas rápidas do poder público, reduzindo ilícitos transfronteiriços e contribuindo com a preservação ambiental e com a proteção das comunidades da região abrangida, inclusive as indígenas.

Para 2019, está prevista a conclusão do projeto-piloto do Sisfron, ponto de partida para dar continuidade ao sistema, bem como a realização de novas edições da Operação Ágata, que integra o Plano Estratégico de Fronteiras do Governo Federal, ação de grande escala para fortalecer a segurança dos quase 17 mil quilômetros de fronteiras, contemplando ações destinadas a coibir delitos transfronteiriços, como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais. Ao longo das operações Ágata, as Forças Armadas realizam missões táticas que abrangem, desde a vigilância do espaço aéreo, até operações de patrulha e inspeção nos principais rios e estradas de acesso ao país, em cooperação com 12 ministérios e 20 agências governamentais.

Importante destacar que o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC, lançado em maio do 2017, vem dando suporte às comunicações do Sisfron e das Operações Ágata e isso poderá ser ampliado em 2019.

Os principais resultados dos projetos Estratégicos sob a responsabilidade do Comando do Exército em 2018:

DENOMINAÇÃO	PARÂMETROS	
Guarani 	**OBJETO:** Desenvolvimento e aquisição de 3.849 viaturas, integradas com os sistemas de armas, comando e controle, proteção e suporte logístico	
	PRAZO INICIAL/FINAL:	2012/2040
	TOTAL ATUALIZADO DO PROJETO (R$ Milhão):	20.800,0
	DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA (R$ Milhão):	368,5
	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	351,3
	PAGO RELATIVO AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	214,6
	INSCRITO E PAGO A TÍTULO DE RESTOS A PAGAR (R$ Milhão):	136,7
	REALIZAÇÃO	
	RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2018: 334 viaturas 6x6 adquiridas; 14 sistemas de armas (torre automatizada Remax); e 78 sistemas de comando e controle completos	
Astros 2020 	**OBJETO:** Pesquisa, desenvolvimento e aquisição de mísseis táticos de cruzeiro de longo alcance, foguetes guiados com elevada precisão, munições e componentes	
	PRAZO INICIAL/FINAL:	2011/2023
	TOTAL ATUALIZADO DO PROJETO (R$ Milhão):	2.435,0
	DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA (R$ Milhão):	178,6
	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	168,0
	PAGO RELATIVO AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	98,0
	INSCRITO E PAGO A TÍTULO DE RESTOS A PAGAR (R$ Milhão):	70,0
	REALIZAÇÃO	
	RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2018: 29 viaturas do sistema ASTROS, versão MK-6; e modernização de 38 viaturas, na versão MK3-M	

DENOMINAÇÃO	PARÂMETROS	
SISFRON	**OBJETO:** Sistema de comando e controle, comunicações, computação, inteligência, vigilância e reconhecimento, destinados à proteção de fronteiras	
SISFRON	**PRAZO INICIAL/FINAL:**	2012/2035
	TOTAL ATUALIZADO DO PROJETO (R$ Milhão):	11.992,00
	DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA (R$ Milhão):	313,6
	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	205,1
	PAGO RELATIVO AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	93,7
	INSCRITO E PAGO A TÍTULO DE RESTOS A PAGAR (R$ Milhão):	111,4
	REALIZAÇÃO Física (%): 89,8 A Realizar; 10,2 Realizado. Financeiro (R$ MILHÃO): Total 11.992,0; Pago 1.114,0	
	RESULTADOSRESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2018: Conclusão de 88,7% do projeto piloto no Estado do Mato Grosso do Sul	

Tabela 8 Projetos Estratégicos da Exército Brasileiro (Fonte: Ministério da Defesa)

Comando da Aeronáutica

O Comando da Aeronáutica é responsável pelos projetos FX-2, KC- Desenvolvimento e KC-Aquisição.

A finalidade do Projeto FX-2 é dotar a Força Aérea Brasileira de aeronaves de caça multiemprego, a fim de padronizar a frota, melhorar o custo logístico e garantir a soberania nacional, bem como capacitar a indústria aeroespacial do Brasil para, no futuro, desenvolver uma aeronave de 5ª geração. Dessa forma, o Projeto prevê a aquisição de 36 aeronaves, incluindo transferência de tecnologia, serviços de suporte logístico contratado, aquisição e integração de armamentos. A entrega do primeiro lote de aeronaves está prevista para outubro de 2021 e a indústria nacional já participa do desenvolvimento e da fabricação de parte das aeronaves no Brasil.

Os Projetos KC-X e KC-390 referem-se, respectivamente, ao desenvolvimento (KC-X) e à aquisição (KC-390), de 28 unidades do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas, de fabricação nacional, com vistas a substituir e padronizar a frota de transporte aéreo logístico de tropa e carga em território nacional ou internacional, reabastecimento em voo, evacuação aeromédica e combate a incêndio em voo, com flexibilidade operacional. O Projeto de Desenvolvimento encontra-se em fase de realização de campanhas de voos de ensaios para a Certificação Militar da aeronave. A entrega das 3 primeiras unidades (Projeto de aquisição) está prevista para 2019.

Os principais resultados dos projetos Estratégicos sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica em 2018 são:

DENOMINAÇÃO	PARÂMETROS	
FX-2	**OBJETO:** Aquisição, com transferência de tecnologia, de 36 aeronaves de caça multiemprego equipadas com armamentos e simuladores de vôo	
Sgt. Johnson / Força Aérea Brasileira	**PRAZO INICIAL/FINAL:**	2014/2026
	TOTAL ATUALIZADO DO PROJETO (R$ Milhão):	20.485,3
	DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA (R$ Milhão):	1.146,1
	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	1.145,0
	PAGO RELATIVO AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	1.025,1
	INSCRITO E PAGO A TÍTULO DE RESTOS A PAGAR (R$ Milhão):	119,9
	REALIZAÇÃO	
	RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2018: Realização do primeiro voo do protótipo sueco, base para o brasileiro; e desenvolvimento da versão básica da aeronave Gripen NG e de itens exclusivos para a versão brasileira	
KC-X (Desenvolvimento)	**OBJETO:** Desenvolvimento de cargueiro tático de 10 a 20 toneladas, por meio de atividades de pesquisa e desenvolvimento, formação e capacitação de recursos humanos	
Sgt. Batista / Força Aérea Brasileira	**PRAZO INICIAL/FINAL:**	2009/2019
	TOTAL ATUALIZADO DO PROJETO (R$ Milhão):	6.974,3
	DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA (R$ Milhão):	0,2
	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	0,2
	PAGO RELATIVO AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	0,2
	INSCRITO E PAGO A TÍTULO DE RESTOS A PAGAR (R$ Milhão):	0
	REALIZAÇÃO	
	RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2018: 2 protótipos da aeronave KC-390 produzidos; primeiro voo da segunda aeronave protótipo; e realização de campanhas de ensaios para certificação	

DENOMINAÇÃO	PARÂMETROS	
KC-390 (Aquisição)	**OBJETO:** Aquisição de 28 unidades do cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas	
	PRAZO INICIAL/FINAL:	2014/2026
	TOTAL ATUALIZADO DO PROJETO (R$ Milhão):	13.476,6
	DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA (R$ Milhão):	659,3
	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	673,8
	PAGO RELATIVO AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO (R$ Milhão):	665,4
	INSCRITO E PAGO A TÍTULO DE RESTOS A PAGAR (R$ Milhão):	8,4
	REALIZAÇÃO	
Sgt. Batista / Força Aérea Brasileira	**RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2018:** Continuidade de linha de produção	

Tabela 9 Projetos Estratégicos da Força Aérea Brasileira (Fonte: Ministério da Defesa)

Outros resultados relacionados à construção de capacidades de defesa

Operações conjuntas visando defender o território nacional, as águas jurisdicionais brasileiras e o espaço aéreo sobrejacente

Foram realizadas 7 (sete) grandes operações conjuntas, que proporcionaram o adestramento de cerca de 545 militares, nos diversos cenários e biomas do território brasileiro:

- 3 operações de adestramento, em Operações Conjuntas, do Estado-Maior conjunto do Comando da Área de Operações, bem como dos Estados-Maiores das Forças Componentes, conforme previsto na Lei Complementar nº 97/1999: a Rio Branco 2018; a Amazônia 2018; e a Atlântico V;
- Uma operação, a Azuver 2018, de Jogo de Guerra Simulada, coordenada pelo MD, desenvolvida simultaneamente pelas Escolas de Comando e Estado-Maior das três Forças Armadas, com o objetivo de capacitar os alunos das Escolas no planejamento, na coordenação e no controle de operações militares conjuntas, além de dar conhecimento das particularidades da operação de cada uma das Forças;
- Um conjunto de operações, as Ágata 2018, que integram o Plano Estratégico de Fronteiras do Governo Federal, com operações de grande escala, em cooperação com os órgãos federais, estaduais e municipais, para fortalecer a segurança dos quase 17 mil quilômetros de fronteiras, contemplando ações destinadas a coibir delitos transfronteiriços, como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais. Ao longo das operações, as Forças Armadas realizam missões táticas que abrangem desde a vigilância do espaço aéreo, até operações de patrulha e inspeção nos principais rios e estradas de acesso ao país, em cooperação com 12 ministérios e 20 agências governamentais. Foram realizadas 461 operações ao longo de 2018, com cerca de 261.700 inspeções, vistorias e revistas de veículos e pessoas, além de 5.985 patrulhas terrestres, navais e aéreas.
- Uma Operação, a São Cristóvão, realizada em coordenação com o Ministério da Segurança Pública, que conduziu ações de desobstrução das vias públicas federais, preservação da ordem pública,

proteção das infraestruturas críticas, e restabelecimento e continuidade do abastecimento de combustíveis e gêneros essenciais); e

- As operações para garantir a realização das Eleições (apoio logístico para transporte de pessoal e de material e o desenvolvimento de ações para a Garantia da Votação e Apuração (GVA), nas localidades indicadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, durante o processo eleitoral do ano de 2018.

Vale ressaltar também a participação no exercício multinacional PANAMAX 18.

Atividades de aperfeiçoamento da interoperabilidade no âmbito das Forças Armadas

Divulgação dos princípios doutrinários ligados à Logística Conjunta, nas Escolas de Formação, de Aperfeiçoamento e de Estado-Maior para propalar os fundamentos doutrinários da interoperabilidade. Todos os Pedidos de Cooperação foram atendidos.

Varreduras em presídios, desbloqueio de estradas e segurança nas eleições

Além das ações no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Norte (Operação Potiguar III), iniciadas em julho e dezembro de 2017, respectivamente, para o restabelecimento da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, também foram realizadas, em 2018, duas operações no Estado de Roraima, a primeira (Tucuxi I), deflagrada no dia 29 de agosto e prorrogada até o dia 30 de outubro, visou às ações preventivas e repressivas nas faixas de fronteira Norte e Leste e nas rodovias federais daquele Estado, contribuindo para a maior eficiência e segurança das atividades dos órgãos federais, bem como à proteção das instalações e das atividades relacionadas ao acolhimento de refugiados venezuelanos. Já a segunda (Tucuxi II), deflagrada em 31 de outubro, passou a limitar as atividades das Forças Armadas (FA) à proteção das instalações e atividades relacionadas ao acolhimento desses refugiados, estendendo-se até 31 de dezembro do corrente ano. Foi, ainda, autorizado o emprego das FA para a garantia da votação e apuração das Eleições Suplementares do Estado do Tocantins e das Eleições 2018.

Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional

Este Programa tem a finalidade de incrementar as atividades de capacitação, doutrina, ciência, tecnologia e inovação, inteligência e operações, no âmbito da Defesa Nacional, por meio de coordenação e integração sistêmica, visando assegurar, de forma conjunta, o uso efetivo do espaço cibernético (preparo e emprego operacional) pelo MD e pelas Forças Armadas (FA) e impedir ou dificultar sua utilização contra os interesses nacionais.

Os principais objetivos do Programa consistem em: criar e implantar o Comando de Defesa Cibernética; promover a capacitação dos recursos humanos do Setor Cibernético; dotar o MD e as FA de estrutura de defesa necessária para desenvolver eficazmente todo o espectro das ações cibernéticas, de forma interoperável; buscar inovações na área de Segurança da Informação e Comunicações, em especial a criptografia; implantar sistema de homologação e certificação de produtos de Defesa Cibernética, de emprego dual, civil e militar; e promover a interação com programas/projetos congêneres ou similares em desenvolvimento nas FA e no MD, em nível governamental, e também em instituições civis, públicas e privadas, bem como a interação com a comunidade acadêmica nacional e internacional.

Entre as entregas realizadas destacam-se: ativação do Comando de Defesa Cibernética nas instalações do Forte Marechal Rondon (Brasília-DF); ativação do Núcleo da Escola Nacional de Defesa Cibernética em instalações no Comando Militar do Planalto (Brasília-DF); especialização de militares das três FA em instituições públicas e privadas, no Brasil e no exterior; realização de Operações Conjuntas com a utilização de um simulador de operações cibernéticas; implantação de soluções tecnológicas para uso das FA; e parcerias com instituições de pesquisa público e privadas, para desenvolvimento de projetos de interesse para a Defesa Cibernética.

Cabem destacar, ainda, as seguintes realizações em 2018: execução do Termo de Fomento com a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (segurança cibernética de infraestruturas críticas); assinatura do Termo de Execução Descentralizada (TED) com o INMETRO (homologação e certificação de produtos para o Setor Cibernético); 3º Estágio Internacional de Defesa Cibernética (exercícios práticos e de simulação); realização do 1º Exercício Guardião Cibernético (simulação de operações cibernéticas em ambientes controlados e segregados), envolvendo o Ministério das Relações Exteriores (MRE), MD, Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Forças Armadas, setor bancário e nuclear; elaboração das trilhas do conhecimento necessário para o projeto pedagógico da Escola Nacional de Defesa Cibernética.

Centro de Operações Espaciais para controle dos satélites geoestacionários

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) é um projeto estratégico, de natureza essencialmente dual, com a finalidade de atender às necessidades de comunicação estratégica e apoiar a implementação de políticas públicas de banda larga. O SGDC-1, lançado em maio de 2017, parte integrante do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), teve seus testes operacionais das bandas Ka e X concluídos em 2018. O SGDC-1, em 2018, já deu suporte às comunicações do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) e das Operações Ágata, e isso poderá ser ampliado em 2019. O Centro de Operações Espaciais Secundário (COPE/S), que atuará como backup da operação do SGDC, localizado no Rio de Janeiro/RJ, foi inaugurado em 19 de novembro de 2018. No dia 17 de dezembro foi inaugurado em Brasília o Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P). Construído na Ala 1 da Força Aérea Brasileira, o COPE-P vai controlar o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). O Centro de Operações Espaciais para controle dos Satélites Geoestacionários brasileiros tem papel relevante para possibilitar a continuação da implantação do Programa “Internet para todos”, bem como da ampliação do monitoramento das fronteiras brasileiras, contribuindo, desta forma, por um lado, para a democratização do acesso à internet, com maior inclusão digital, e, por outro, com informações qualificadas para subsidiar o combate ao crime transfronteiriço.

Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF)

A reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) é fundamental para a pesquisa científica no País. Assim, nos primeiros 100 dias de governo foram priorizadas todas as ações necessárias a permitir a conclusão da reconstrução e sua plena operação. Dentre as principais entregas realizadas, destacam-se:

1) Início das operações da nova estrutura de telecomunicações: Foi realizada, no dia 11 de março uma videoconferência entre Ministros de Estado, na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), e o Presidente da República, como marco do início das operações da nova estrutura de

telecomunicações de ponta, patrocinada pela Empresa Oi S.A. A estrutura possibilita acesso à internet fixa de alta velocidade com transmissão de dados, videoconferências, ligações telefônicas e uma rede móvel com conexão 4G; e

2) Finalização das obras civis da EACF: Em 25 de março, foram finalizadas as obras civis, com previsão de inauguração da Estação para o verão de 2020.

A pesquisa científica da região austral, na qual o Brasil se engajou, desde o final do século XIX, é de indubitável importância para o entendimento do sistema Terra. Esclarecer as interações entre os processos naturais antárticos e globais é essencial para a preservação da própria vida. A Antártica tem papel essencial nos sistemas globais. É o principal regulador térmico, controla as circulações atmosféricas e oceânicas, influenciando o clima e as condições de vida. É detentora das maiores reservas de gelo (90%) e água doce (70%) do Planeta e de recursos minerais e energéticos incalculáveis.

Trata-se de grande esforço interministerial, do qual participam: Ministério da Defesa, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Ministério das Relações Exteriores e o Ministério de Minas e Energia.

Programa Estratégico Aviação do Exército

O Programa visa dotar a Força Terrestre de modernas e eficazes capacidades de combate e está alinhado à Estratégia Nacional de Defesa (END), que estabelece que as brigadas do Exército devem ser flexíveis e possuir mobilidade tática e estratégica, dispondo de meios para deslocamento por terra, água e ar. A mobilidade, como componente do imperativo de flexibilidade, impõe o emprego de veículos terrestres e de meios aéreos de combate e de transporte, com destaque para as ações de defesa da Região Amazônica, também conforme estabelecido na END, e, neste sentido, o vetor de aeromobilidade é importante para os imperativos de monitoramento/controle e de mobilidade na região.

O Programa entregou, até dezembro de 2018, 12 aeronaves Panteras K2 e 22 Fennecs Av Ex, todos modernizados, cumprindo o cronograma de entregas para o período, cumprindo cumprido 35% do total das entregas previstas de aeronaves Panteras K2 e 56% do total das entregas previstas de aeronaves Fennecs Av Ex. As aeronaves recebidas incrementaram as capacidades do Exército, em especial de transporte, de operação noturna, de comando e controle e de ligação de comando, capacidades estas evidenciadas principalmente nas operações de GLO e na Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.

Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea

A END destaca que: "nos centros estratégicos do País - políticos, industriais, científico-tecnológicos e militares - a estratégica presença do Exército concorrerá também para o objetivo de se assegurar a capacidade de defesa antiaérea, em quantidade e em qualidade, sobretudo por meio de artilharia antiaérea de média altura".

Neste contexto, o Programa, que tem como principal objetivo dotar a Força Terrestre da capacidade de atender às necessidades de defesa das estruturas estratégicas terrestres do País, defendendo-as de possíveis ameaças provenientes do espaço aéreo, visa recuperar e obter a capacidade de Defesa Antiaérea de Baixa e Média alturas, modernizando as Organizações Militares (OM) e gerando benefícios como: o domínio de tecnologias críticas de Defesa Antiaérea; a contribuição para estruturação da Força Terrestre no combate de amplo espectro; o aumento da capacidade de defesa de estruturas estratégicas; a contribuição para o monitoramento do espaço aéreo; o aumento da interoperabilidade entre as Forças Armadas; a ampliação do intercâmbio e de parcerias com o setor científico-tecnológico nacional; e o fortalecimento da Base Industrial de Defesa.

Até o momento, as principais aquisições da iniciativa foram: o sistema de canhões antiaéreos GEPARD; o sistema de mísseis de baixa altura RBS-70; Centros de Operações Antiaéreas (COAAe); radares de busca SABER M60; equipamentos de comunicações; viaturas militares; simuladores; e o Suporte Logístico Integrado (SLI) inicial de Produtos de Defesa (PRODE) obtidos. Cabe salientar que os meios obtidos já foram empregados pela Força em exercícios no terreno e operações reais, das quais se destacam os grandes eventos desportivos ocorridos no País e a visita de dignitários.

Atualmente os recursos estão direcionados para o desenvolvimento nacional do radar de Vigilância SABER M200 VIGILANTE, equipamento de grande valor tecnológico agregado, e para a conclusão do processo de contratação de empresa nacional para a obtenção e integração do Subsistema de Controle e Alerta.

Programa Estratégico do Exército Obtenção da Capacidade Operacional Plena

O Programa Estratégico do Exército "Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP)"

busca a manutenção e/ ou obtenção de novas capacidades da Força terrestre, por meio da substituição de Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM), provendo-a com sistemas e equipamentos necessários para atuar no combate moderno.

O emprego dos recursos orçamentários no ano de 2018 atingiu 99,99% de recursos empenhados e contribuiu para a aquisição de equipamentos e sistemas tais como: equipamento individual, cozinhas de campanha, paraquedas e material para salto operacional, fuzis 5,56mm IA2, fuzil de alta precisão .308mm, pistola Glock, facas Ponte Improved Ribon Bridge (IRB) e respectivas equipagens, rádios (portáteis e veiculares) e intercomunicadores.

Além disso, com vistas a aumentar a prontidão da Força, custeou a manutenção de material aeroterrestre, de viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) M113, de Obuseiros Oto Melara, de SARP e de material de defesa química, biológica, radioativa e nuclear.

Na vertente de inovação e aquisição de novas capacidades, adquiriu insumos para a fabricação do protótipo do RádioTRC 1222, para montagem de monóculo de visão noturna LORIS e para a fabricação de morteiro calibre 81mm.

Para atender demandas específicas dos projetos e subprogramas, adquiriu munição 5,56 e 7,62, o que também aumentou o nível de prontidão da Força.

Cumpre registrar que está em curso a modernização das viaturas VBCOAP M109A5+BR e VBTP M113 BR, tendo sido possível, em 2018, efetuar a quitação de parcelas de compromisso assumido junto ao Governo dos Estados Unidos da América, por meio do Programa Foreign Military Sales (FMS).

RESULTADOS VINCULADOS AO EIXO 2 – DIPLOMACIA DE DEFESA

Fortalecimento das relações com as Forças Armadas das nações amigas

No que se refere a ações voltadas ao fortalecimento das relações com as Forças Armadas das nações amigas, merecem destaque as seguintes realizações de 2018: Conferência dos Ministros da Defesa das Américas (CMDA); 11 Reuniões Bilaterais com Alemanha, Argentina, Espanha, Estados Unidos, França, Israel, Peru, Portugal, Rússia, Chile e Suécia; Programa de Cooperação Técnica em Defesa para países da América Latina, África e Ásia (TED nº 10/2017), capacitando 43 alunos nas diversas Escolas de Formação das Forças Armadas (Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, Academia da Força Aérea - AFA, Centro de Instrução Almirante Wandenkolk - CIAW, Escola de Especialistas da Aerenáutica - EEAer, Escola Naval - EN, Escola de Sargentos das Armas - ESA, Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA e Escola Superior de Guerra - ESG); Participação no Comitê Especial sobre Operações de Manutenção de Paz da ONU; 57ª Sessão do Subcomitê Jurídico para Usos Pacíficos do Espaço Exterior (SJ-COPUOS); Reunião de Doutrina de Desminagem Humanitária (DH); XXI Congresso da Sociedade Internacional do Direito Militar e do Direito da Guerra; 4º Simpósio sobre Parceria Internacional em Tecnologia nas Operações de Paz; Apoio a comitivas de 33 delegações estrangeiras, totalizando 683 militares estrangeiros envolvidos; e 24ª Sessão da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA).

Em decorrência das ações empreendidas foram assinados os seguintes documentos internacionais: 3 Acordo de Cooperação; 6 Memorandos de entendimento; 1 Protocolo Complementar; 1 Declaração de Intenções; 1 Instrução Normativa; 2 Convênios; 1 Documento Conjunto de Entendimentos; 1 Acordo Quadro; 1 Regulamento; e 1 Acordo Técnico.

A demonstração de comprometimento com a causa da segurança internacional e a capacidade de atuação em cenários de conflito solidificam o Brasil como um país 'provedor da paz', contribuindo para fortalecer o pleito de contribuinte importante para o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Missões de Paz

O País participa de oito das 14 Operações de Manutenção de Paz (OMP) das Nações Unidas em curso e de uma Missão Política Especial na Guiné-Bissau, também sob a égide dessa organização.

Atualmente, o Brasil mantém observadores militares e policiais, além de oficiais de Estado-Maior nos seguintes países/missões: Chipre (UNFICYP), no Líbano (UNIFIL) na República Centro-Africana (MINUSCA), no Saara Ocidental (MINURSO), na República Democrática do Congo (MONUSCO), no Sudão (UNAMID e UNISFA), no Sudão do Sul (UNMISS) e na Guiné-Bissau (UNIOGBIS).

Uma das missões que contribuem significativamente para o fortalecimento da relação com outras nações amigas é a missão de Paz no Líbano. As Forças Armadas brasileiras estão, desde 2011, no comando da missão de paz da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). A Marinha do Brasil mantém uma fragata, com 200 militares,

que é o navio capitânia da Força-Tarefa Marítima (FTM), e uma aeronave, na costa libanesa, com o objetivo de impedir a entrada de armas ilegais e contrabandos naquele país, além de contribuir para o treinamento da Marinha libanesa, de modo que a mesma possa conduzir suas atribuições de forma autônoma.

Destaca-se, também, no contexto das Operações Militares de Paz, a ocupação de dois cargos de relevância, o comando da FTM/UNIFIL no Líbano e o comando da Força Militar da MONUSCO na República Democrática do Congo.

RESULTADOS VINCULADOS AO EIXO 3 – SUPORTE OPERACIONAL

Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²)

O Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) fornece os recursos de comando e controle necessários ao funcionamento da Estrutura Militar de Defesa (Etta Mi D), com a finalidade de atender as necessidades decorrentes do Preparo e do Emprego das Forças Armadas, devendo possuir a capacidade de interagir com organizações nacionais ou internacionais, militares ou civis.

O sistema de comunicações é mantido e expandido por meio dos projetos RDS-Defesa, Link-BR2 e a implantação do VOIP entre o Ministério da Defesa e as Forças. Este projeto, que se encontra bastante adiantado (90% de execução), ampliará a comunicação entre as Três Forças, de maneira segura e com elevado custo benefício, colocando o país no mesmo patamar das maiores potências bélicas mundiais na área de segurança de comunicação via rádio.

Aperfeiçoar o apoio logístico às Forças Armadas

Aperfeiçoamento do sistema APOLO (Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa): Inclusão no Sistema APOLO do módulo Sistema de Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional (SISCLATEN). Criação de um servidor de mapas; levantamento de requisitos do Sistema de Geoinformação de Defesa (SISGEODEF). Criação do dashboard de monitoramento de serviços e servidores.

Participação em operações conjuntas: Participação de militares do MD em diversas operações conjuntas (Diamante; Amazônia 2018; Rio Branco; Atlantico V; AZUVER; Revisão do Planejamento Granada 2017; Revisão Planejamento Amazônia 2017 e 1ª Revisão Planejamento Diamante 2018), que permitiram atualizar e inserir melhorias nos planejamentos e doutrina logística das operações conjuntas; e aumentar a interoperabilidade logística entre as Forças Singulares e o EMCFA.

Missões de Garantia da Lei e da Ordem - GLO, conforme determinação do Presidente da República

Foram realizadas as missões de GLO São Cristovão, Tucuxi I e II no Rio de Janeiro.

Processo de alistamento para o Serviço Militar Obrigatório

Em 2018 o alistamento militar passou a ser feito, também, pela internet (https://www.alistamento.eb.mil.br/), em todos os estados do País, facilitando a vida de milhares de jovens. No ano, atingiu-se 1.669.944 inscritos.

Sensoriamento remoto

Inscrição ou renovação de inscrição de empresas de aerolevantamento: Realização de 28 (vinte e oito) visitas técnicas a empresas de aerolevantamento, para inscrição ou renovação de inscrição junto ao MD e transferência de originais de aerolevantamento. Atendimento a todas as demandas de visitas técnicas.

Promoção da ampliação do emprego do sensoriamento remoto, em apoio à defesa e à segurança nacionais: Realização da VII Comissão de Cartografia Militar e da VI Comissão de Meteorologia Militar e participações em reuniões trimestrais de elaboração do Manual de Meteorologia e Oceanografia de Defesa, em prol da estruturação da meteorologia no planejamento das Operações Conjuntas e visando a harmonização da legislação, no âmbito militar e civil, com foco nos interesses militares. Os principais produtos obtidos foram: legislação de drones civis; regularização e inscrições de empresas civis; formulação das Políticas Nacionais de Geoinformação e de Aerolevantamento; Portaria de Regulação do Aerolevantamento.

Manual de Meteorologia e Oceanografia de Defesa

Realização da VI COMETMIL (Comissão de Meteorologia Militar) e participações em reuniões trimestrais de elaboração do Manual de Meteorologia e Oceanografia de Defesa. Todas as reuniões previstas em 2018 foram realizadas. Cerca de 60% do conteúdo do Manual foi elaborado

em 2018 e a previsão é de conclusão até 2020. O trabalho está dentro do prazo de execução.

RESULTADOS VINCULADOS AO EIXO 4 – INDÚSTRIA DE DEFESA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Principais resultados alcançados em 2018:

Participação da Base Industrial de Defesa (BID) em relação ao Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB)

Em 2018 verificou-se a ampliação da participação da Base Industrial de Defesa (BID) em relação ao Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB). EM 2017 o índice de participação da BID em relação do PIB (total anual das aquisições, em R$, feitas pelo MD, de bens e serviços produzidos pela BID em relação ao PIB Nominal) foi de 12,8%, já em 2018 esse índice foi de 16%. O maior volume de exportações de defesa verificado em 2018 (em relação a 2017) foi o fator determinante responsável pela elevação do índice.

Avaliação anual das Empresas de Defesa (ED) e Empresas Estratégicas de Defesa (EED)

A avaliação anual das EED e ED é procedimento que possibilita ao MD verificar se essas pessoas jurídicas atendem aos requisitos legais para usufruírem dos benefícios instituídos pela Lei nº 12.598, de 2012 (Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa). Em 2018 a “taxa anual de avaliação de ED/EED” (quantitativo de ED e EED avaliadas em relação ao quantitativo de ED e de EED credenciadas) foi de 95%.

Financiamentos e Economia de Defesa

- Atuação junto ao Ministério da Integração Nacional para abertura e aplicação de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) em projetos prioritários de indústria de defesa;
- Atuação junto ao BNDES para liberação de linhas de crédito específico para custeio de exportações das Empresas de Defesa (ED) e Empresas Estratégicas de Defesa (EED);
- Aprovação de linha de financiamento do BNDES para o Desenvolvimento do Projeto MIP – Motor de Imãs Permanentes – subprojeto ligado diretamente ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB);
- Participação no Grupo de Trabalho criado para estruturar o Projeto Mobilizador do Programa Espacial Brasileiro, em que foram elaborados Planos de Negócios para cada segmento do Programa Espacial;
- Elaboração da proposta do Projeto de Lei nº 10.834/2018, ampliando as possibilidades de apoio financeiro não reembolsável do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para a Marinha do Brasil (MB), em fomento à Indústria Naval; e
- Criação, no âmbito da CAMEX, do “Time Brasil”, visando participação do MD no acompanhamento e negociação direta de operações de crédito à exportação de produtos de defesa, com o fito de viabilizar as exportações das empresas de defesa do Brasil.

Produtos de Defesa

Manutenção dos incentivos à área estratégica de defesa, a partir dos regimes especiais tributários destinados às EED e a seus respectivos bens e serviços nacionais, como instrumentos de alavancagem da Base Industrial de Defesa e que contribuem também para prospecção de negócios internacionais.

Ciência, Tecnologia e Inovação

Atuação em Grupos de Trabalho e Comitês Nacionais e Internacionais relacionados a políticas com impacto em CT&I, tais como o Grupo de Trabalho de Biosegurança e Bioproteção; a Comissão de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro; o Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial; e o Comitê Brasileiro de Metrologia; dentre outros, visando o fomento e a elaboração de políticas e diretrizes que contribuam para a alavancagem da Base Industrial de Defesa.

Promoção Comercial

- Coordenação de visitas de comitivas estrangeiras da Arábia Saudita, Bolívia, Colômbia, EAU, Paquistão e República Tcheca às empresas de defesa brasileiras com o intuito de agregar conhecimento tecnológico e abrir oportunidades de negócios para a BID;
- Promoção da integração de empresas nacionais e estrangeiras de Defesa, Segurança e Offshore em diversas partes do mundo, bem como alavancar oportunidades de negócios, com participação em Feiras Internacionais, tais como: Eurosatory (França), Euronaval

(França), FIDAE (Chile), Exponaval (Chile), Internacional Defence Industry Fair (Polônia), Indo Defence (Indonésia) e Farnborough International Airshow (Londres);

- Publicação da Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa (Prode) (PNEI-PRODE/Decreto nº 9.607 de 12 de dezembro de 2018), que tem como objetivos contribuir para: o fomento às exportações de Prode; o controle das exportações e das importações de Prode; o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID); e a prevenção e a eliminação do tráfico ilícito de armas convencionais e a prevenção do seu desvio.
- Coordenação de evento nacional de divulgação e exposição de produtos de defesa e de negociação e compras de defesa em apoio à BID – Feira RIDEX 2018.

RESULTADOS VINCULADOS AO EIXO 5 – APOIO A POLÍTICAS PÚBLICAS

Apoio à Defesa Civil e a ações de saúde e de educação

As Forças Armadas realizam ações subsidiárias que contribuem com as ações de saúde e de educação e com a Defesa Civil, em caráter complementar às suas atribuições constitucionais. Por meio de unidades militares espelhadas por todo o território nacional, são realizadas ações para o suporte logístico-operacional em casos de calamidade ou de desastres naturais, reduzindo o prazo de resposta das autoridades frente às contingências.

Em 2018, foram empregados 4.700 militares em 12 operações, sendo 7 em consequência de enchentes e fortes chuvas, 2 para apoiar a desobstrução e garantir o tráfego em rodovias e 3 em apoio emergencial à saúde pública. Não foram consideradas as ações em apoio a programas do governo, apenas as de caráter emergencial e pontuais. Merecem destaque, ainda: o apoio logístico à Secretaria de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, para possibilitar assistência em locais de difícil acesso; o apoio ao Programa Nacional de Imunização, do Ministério da Saúde, por meio da Operação Gota, mediante o fornecimento do transporte aéreo para os agentes de saúde em áreas remotas das Regiões Norte e Nordeste, contribuindo para que as vacinas chegassem à milhares de pessoas que vivem nessas localidades; e o apoio ao INEP para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), por meio da armazenagem de milhões de provas em Organizações Militares situadas em cidades com pouca estrutura para fazê-lo.

Programa Soldado Cidadão

No período em que os soldados permanecem dentro das Forças Armadas, pelo Programa Soldado-Cidadão, qualificam-se nas áreas de: telecomunicações, mecânica, alimentação, construção civil, artes gráficas, confecção, têxtil, eletricidade, comércio, comunicação, transportes, informática, vigilância, pintura e saúde, em conformidade com a demanda do mercado de trabalho regional. O projeto complementa a formação cívica-cidadã e facilita o ingresso no mercado de trabalho. Em 2018 foram qualificados profissionalmente 12.467 jovens. Estima-se que um percentual significativo dos participantes do programa conseguiu inserir-se no mercado de trabalho após a conclusão do Serviço Militar.

Assistência emergencial e acolhimento humanitário (Operação Acolhida)

A Operação Acolhida foi deflagrada em função do elevado fluxo de imigrantes venezuelanos no Estado de Roraima, devido à crise política, institucional e socioeconômica vivida pela República Bolivariana da Venezuela. Conta com o efetivo atual de 613 militares. Sua missão é cooperar com medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes que se encontram em situação de vulnerabilidade. São realizados apoio logístico em transporte, alimentação e saúde, bem como suporte para o processo de interiorização. Além disso, trabalham-se triagem, identificação, imunização, construção, recuperação e ampliação de abrigos.

A Operação, iniciada em 14 de março de 2018, é conjunta, interagências e de natureza humanitária, envolvendo as Forças Armadas e vários órgãos da esfera federal, estadual e municipal, além de agências internacionais e organizações não governamentais.

As ações são realizadas por diversos órgãos e entidades das quais se destacam os seguintes registros de atendimentos a seguir: 975 pelo Fundo de População das Nações Unidas, 7.450 pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; 5.032 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância e Visão Mundial; 8.139 pela Comitê Internacional da Cruz Vermelha; 5.067 pela Organização Internacional para as Migrações (OIM); 10.768 pela Receita Federal do Brasil, para emissão de CPF; 5.454 pelo Ministério do Trabalho, para emissão de Carteira de Trabalho; e pela Polícia Federal, 17.305 pedidos de refúgio, 16.783 pedidos de residência temporária, 2.388 pedidos de renovação de refúgio e 1.952 emissões de Carteiras de Registro Nacional Migratório.

Os principais beneficiários da Operação são os imigrantes estrangeiros atendidos pela Força Tarefa Humanitária, mas, cabe destacar que a população brasileira em Roraima também é indiretamente beneficiada. Principais resultados:

- 13 abrigos construídos para cerca de 6.500 imigrantes, em Boa Vista e Pacaraima;
- 8.928 doses de vacinas para 5.235 pessoas em Boa Vista e 46.493 doses para 20.929 pessoas em Pacaraima;
- 22.957 atendimentos médicos em Boa Vista, além de 729 atendimentos de emergência e remoções e 11.197 atendimentos médicos em Pacaraima;
- 4.092 imigrantes interiorizados; e
- cerca de 7.500 refeições fornecidas por dia.

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE DEFESA NO PAÍS

Capacitação de acadêmicos (Cursos, Congressos e concursos)

Foram realizadas diversas ações voltadas à divulgação e exposição de assuntos de Defesa para a sociedade, em especial para o meio acadêmico, buscando fortalecer a conscientização sobre a importância de o País dispor de Forças Armadas compatíveis com sua estatura político-estratégica, merecendo destaque:

- Realização, na Academia da Força Aérea, do Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional (CADN) de 2018 e dos seguintes Cursos de Extensão em Defesa Nacional (CEDN): XVII CEDN – Unijorge, BA; XVIII CEDN – INPG, SP; XIX CEDN – FAPERO, RO; e XX CEDN – IFNMG, MG. O Congresso Acadêmico e os Cursos de Extensão contaram com 1.181 participantes.
- O Programa Pró-Defesa III conferiu 171 diplomas aos participantes e o Concurso de Dissertações e Teses SOBRE Defesa Nacional teve 49 trabalhos inscritos.
- Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional–Pró-Defesa

O Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional–PRÓ-DEFESA fomenta, desde 2005, a mútua cooperação entre o Ministério da Defesa e o da Educação, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o objetivo de contribuir para a criação, o fortalecimento e a ampliação de programas de pós-graduação “stricto sensu” relacionados com a Defesa Nacional. O PRÓ-DEFESA é o único instrumento disponível no país responsável pelo crescimento da atuação acadêmica na área de Defesa e pela maior interação entre as instituições de ensino e pesquisa civis e militares. Os temas e trabalhos acadêmicos da 3ª edição estão disponíveis em https://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia/pro-defesa. Em continuidade, a 4ª edição foi lançada em junho/2018, onde foram submetidos ao processo seletivo 105 projetos, mais que o dobro da edição anterior, evidenciando a grande aceitação no meio acadêmico.

Capacitações de servidores civis

Em 2018, foram capacitados 1.707 servidores civis em assuntos e áreas de interesse da Defesa. De 2016 a 2018, foram capacitados 9.472 servidores civis em assuntos e áreas de interesse da Defesa, em instituições de qualidade, visando habilitá-los a cumprir as ações e atividades necessárias à Defesa Nacional.

Apoio ao esporte de alto rendimento

O Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) visa incorporar, de forma voluntária, mediante processo seletivo, atletas que se alistaram para o serviço militar temporário. A seleção leva em conta os resultados dos atletas em competições nacionais e internacionais. Já foram incorporados atletas que desenvolveram suas potencialidades durante o período em que foram atendidos pelo PROFESP. Os atletas incorporados no PAAR alcançaram os seguintes resultados, em 2018, em competições nacionais e internacionais: 535 medalhas de ouro, 276 de prata e 267 de bronze.

COMPETIÇÕES	RESULTADOS		
	OURO	PRATA	BRONZE
Mundiais Militares	35	21	31
Mundiais Civis	252	109	110
Nacionais Civis	248	146	126
TOTAL	535	276	267

Tabela 10 Resultados do Programa de Atletas de Alto Rendimento (Fonte: DDM/MD)

Em 2019, a meta é posicionar a delegação brasileira, formada por atletas do PAAR, entre as 3 melhores participantes dos 7º Jogos Mundiais Militares (JMM), bem como repetir nas Olimpíadas de Tóquio os resultados da última Olimpíada do Rio de Janeiro, quando participou com 31% da delegação (145/465 atletas) e conquistou 68% das medalhas olímpicas Brasileiras (13/19 medalhas).

APRIMORAMENTO DA CAPACIDADE DE GERAR INFORMAÇÕES EM PROL DAS AÇÕES DE GOVERNO NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

Sistema Integrado de Alerta de Desmatamento (SipamSar)

O SipamSAR tem como objetivo principal a aquisição, implantação, operacionalização e manu-

tenção de uma solução multissatelital de observação da Terra.

No período foram imageados 1.393.938 km2 (aéreo e orbital), haja vista o aprimoramento metodológico que semiautomatizou o processamento de imagens e a emissão dos alertas, bem como o recebimento de imagens fornecidas pela FAB, oriundas de contrato internacional com a MacDonald, Dettwiler and Associates Ltd. (MDA), operadora da constelação de satélites Radarsat. O Ibama e o ICMBio são os principais clientes do Geoserviço de detecção de mudanças - SipamSAR.

Foram capacitadas 155 pessoas em dois dias de seminário, em Manaus (3o Seminário Amazônia SAR), ultrapassando a meta estabelecida de 120. Os temas selecionados foram apresentados por instituições nacionais e internacionais, que exploraram o estado da arte do monitoramento territorial com radar, incluindo o segmento espacial de coleta, o seguimento terrestre de comando de rastreio, recepção e gravação dos dados brutos e do segmento de tratamento e a distribuição de imagens.

A instalação da infraestrutura atingiu os 45% do previsto, haja vista que os processos de aquisição de equipamentos nacionais e importados foram concluídos. Em 2018, foram destacados para FAB os recursos financeiros complementares, relativos às aquisições das duas antenas multissatelitais. Em termos de entrega de infraestrutura, merecem destaque: quatro salas de capacitação; os processadores – clusters das salas técnicas; os equipamentos operacionais e acessórios para os dois sítios de antenas; o Subsistema Antenas; o Subsistema de Tratamento Visualização e Disponibilização de Imagens; Salas de Treinamento e Salas Técnicas.

O BNDES concedeu mais um ano de extensão para conclusão do Projeto Amazônia SAR o que permitirá a contratação de dados brutos de radar orbital, baixados nas antenas adquiridas.

Cartografia da Amazônia

O status de mapeamento, em 2017, era de 1.328.012 km2. Para 2018, estabeleceu-se a meta de realizar o aerolevantamento de 422.441 km2 (359.785 Km2 de floresta pelo Exército Brasileiro (EB), mais 62.656 Km2 de não floresta pela FAB) para se atingir a meta total de 1.750.453 km2, o que não foi possível pelas seguintes razões principais: o EB, responsável pela execução dos 359.785 Km2 de floresta, não conseguiu viabilizar o contrato de aerolevantamento junto à empresa SAVIS (operadora do avião e sensor radar em bandas P e X) e a FAB, responsável pela execução dos 62.656 Km2 de não floresta, não realizou o teste de campo para homologar o sensor ADS 80 para aerolevantamento. Desta forma, os recursos financeiros de 2018, para apoio ao aerolevantamento cartográfico, não foram repassados pelo Censipam ao Exército e à Força Aérea e a meta foi replanejada para 2019.

Em termos de produtos cartográficos de áreas já aero levantadas, até 2017 (1.328.012 km2), o Exército entregou com atraso 50.000 km2 de produtos cartográficos do estado do Amapá e, em caráter excepcional, solicitou R$ 265.000,00 para a manutenção de equipamentos de processamento, valor esse que foi destacado.

A expectativa é que os novos aerolevantamentos (359.785 Km2 de floresta pelo Exército, mais 62.656 Km2 de não floresta pela FAB) tenham início em 2019. Conforme informações do EB de dezembro de 2018, a empresa SAVIS obteve a licença da ANAC para realizar novos aerolevantamentos de floresta. Quanto à Força Aérea, os testes de homologação do aerolevantamento cartográfico, com uso do sistema ADS 80, serão concluídos em 2019, permitindo assim os levantamentos de área de não floresta.

Monitoramento Territorial

A atividade de monitoramento territorial resultou nas seguintes entregas principais, em 2018: 7.025 detecções de mudanças, que foram classificadas como desmatamento, mineração, campos de pouso, entre outras feições, relacionadas à ilícitos ambientais e outros ilícitos correlatos.

Estas detecções subsidiaram intervenções do Ibama e do ICMBio, que, por sua vez, emitiram multas e/ou embargaram áreas de exploração ilegal. Cabe destacar que a maioria das detecções foi realizada durante o período de alta densidade de nuvens, mostrando que existe capacidade instalada para monitoramento do território, mesmo sob condições climáticas adversas, durante o dia ou à noite, e com altíssima repetitividade de revisita e detecção de alvos, com resolução espacial de 3 a 6 metros.

Monitoramento Ambiental

A atividade de monitoramento ambiental resultou nas seguintes entregas principais, em 2018: 129.348 previsões meteorológicos e climáticas; 5.624 boletins meteorológicos e climáticos; 1.049 previsões hidrometeorológicos de curto e longo prazos; e 136 relatórios hidro meteorológicos.

Estes produtos e serviços propiciaram, para a sociedade amazônica, informações sobre o tempo e o clima da região, via web, televisão e rádio. As previsões de eventos severos, de natureza

hidrometeorológicos, contribuem para a segurança da sociedade e para o planejamento dos órgãos de defesa civil, nas áreas urbanas, bem como para os navegadores, nas grandes bacias e bacias urbanas.

Apoio ao combate a ilícitos na Região Amazônica

A aplicação das técnicas de geointeligência, sensoriamento remoto, monitoramento do espectro eletromagnético e vigilância aérea e de monitoramento flúvio-costeiro, articuladas com a capacidade de coordenar os recursos tecnológicos e humanos, propiciam ao MD e aos órgãos parceiros demandantes, integrar os esforços de inteligência e aprimorar o planejamento e controle nas operações de fiscalização e de repressão a ilícitos nacionais e transnacionais.

Neste contexto, em 2018 foram realizadas 32 missões de campo, voltadas a apoiar o combate a ilícitos na Região Amazônica, resultando em: elaboração de 511 produtos cartográficos e 72 relatórios de inteligência com os temas de narcotráfico, desmatamento, regularização fundiária e mineração ilegal.

AMPLIAR A PRESENÇA DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA CALHA NORTE

O Programa Calha Norte tem por objetivos contribuir: para o aumento da presença do Poder Público na área de abrangência do Programa Calha Norte; para o fortalecimento da defesa nacional, mediante a ocupação dos vazios estratégicos, com ênfase para a faixa de fronteiras; e para a melhoria da infraestrutura nas áreas de defesa, educação, esporte, segurança pública, saúde, assistência social, transportes e desenvolvimento econômico dos Municípios constantes da sua área de atuação

Durante o ano de 2018, foram emitidos 469 empenhos, perfazendo um total de R$ 347.286.166,00. Desse total empenhado, foram celebrados 465 convênios, resultando num montante de R$ 344.836.166,00. Este resultado representa um acréscimo de 10,60% em relação ao valor empenhado no ano anterior. Destes, foram analisados 450 Projetos e Termos de Referências, dos quais 403 foram aprovados. Os 47 restantes apresentaram inconsistências não sanadas até o vencimento da cláusula suspensiva do Termo firmado, sendo, por isso, extintos. Cabe destacar que, em 2018, dos 194 municípios que fazem parte da área de atuação do PCN, foram atendidos 142 (73,2%). No entanto, se considerarmos que desses 194 municípios que fazem parte da área do Calha Norte, 27 pertencem ao estado do Pará, os quais não são contemplados com Emendas Parlamentares, restando, portanto, 167 municípios aptos a receberem emendas, dos quais 142 foram atendidos, então o percentual de atendimento de municípios para 85,02%.

Em 2018, 106 Unidades Militares, Agências Fluviais, Capitanias e Pelotões Especiais de Fronteira da região do Calha Norte foram atendidos com obras, serviços de melhoria das instalações e aquisição de equipamentos, de um total de 140 unidades, representando um índice de 75,7% de atendimento.

Para o exercício de 2018, havia a previsão de apresentação de 203 prestações de contas, das quais 202 foram apresentadas no exercício. No total, foram analisadas 213 prestações de contas, sendo 11 de exercícios anteriores (apresentações intempestivas).

Atendimento das unidades militares situadas na área de abrangência do Programa Calha Norte

O Programa tem uma vertente militar voltada a atender as unidades militares situadas na sua área de abrangência, com projetos de implantação de infraestrutura e aquisição de equipamentos para melhoria das instalações militares e Pelotões Especiais de Fronteira, com o objetivo de proporcionar adequadas condições de trabalho aos militares lotados naquelas organizações, bem como a de seus familiares, residentes naquela área.

No Projeto Inicial da Lei Orçamentária anual (LOA) 2018, foram alocados, na Vertente Militar do Programa, R$ 45.063.030,00, que foram descentralizados para as três Forças. Ao Projeto da LOA, foram acrescentados R$ 5.020.000,00, referentes à Emendas Parlamentares, totalizando R$ 50.083.030,00. Dos R$ 50.083.030,00, descentralizados para os Comandos Militares, foram empenhados um total de R$ 49.989.685,88, com um resultado bastante significativo, de valor total empenhado superior a 99,8%.

Os recursos descentralizados para as três Forças propiciaram melhorias significativas em boa parte das Organizações Militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, localizadas na região do Programa Calha Norte, merecendo destaque: adequação de infraestrutura e de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial; adequação e reparos de infraestruturas das unidades militares; adequação da logística operacional para apoio às atividades do Calha Norte; e realização de ações cívico-sociais, em apoio a comunidades carentes, na área de atuação do Programa.

Obras e equipamentos entregues à população

No ano de 2018, todos os convênios aptos foram vistoriados em relação à execução físico-financeira, mesmo com todas as dificuldades decorrentes da logística da região, resultando na entrega à população de um total de 129 obras e 94 equipamentos, merecendo destaque:

ESTADO	ENTREGA
Acre	**Obras:** Reforma de Escola de Ensino Fundamental, em Rio Branco; reforma do Mercado Municipal, em Sena Madureira; construção de Creche e Escola de Ensino Fundamental no município de Mâncio Lima; pavimentação em vias Urbanas, com drenagem, meio fio e sarjeta em Brasileia; construção de calçadas em vias urbanas pavimentadas, em Rio Branco; ampliação do Sistema de Abastecimento de Água em Cruzeiro do Sul; construção de Praça, em Cruzeiro do Sul; construção de Biblioteca em Cruzeiro do Sul; reforma do Mercado da Estação Experimental, em Rio Branco; construção de Quadra de Esportes com Grama Sintética, em Sena Madureira. **Equipamentos:** Aquisição de retroescavadeira e van para o município de Sena Madureira; veículo utilitário tipo pick-up cabine simples para as cidades de Mâncio Lima, Brasileia, Capixaba, Rodrigues Alves e Senador Guiomard; mini carregadeira e implemento para o município de Sena Madureira; mini carregadeira e implementos para Plácido de Castro; aquisição de máquinas e equipamentos (caminhão, trator, implementos agrícolas e acessórios), para atender a secretaria de estado de agropecuária, em Rio Branco; caminhões basculantes para o município de Mâncio Lima; caminhão caçamba para Epitaciolândia e Brasileia; trator agrícola de pneus para Rio Branco.
Amazonas	**Obras:** Construção de Complexo Esportivo, Garagem Municipal e Centro de Convivência do Idoso, em Juruá; construção de calçada, meio-fio e sarjeta em vias pavimentadas e de praça infantil, em Borba; construção de feira coberta na comunidade de Caiambé no Município de Tefé. **Equipamentos:** Aquisição de máquinas e equipamentos -trator agrícola, carreta agrícola e grade aradora para o município de Guajará; caminhão com carroceria e micro trator para o município de Tefé.
Amapá	**Obras**: Construção de Centro Comunitário, em Calçoene; construção da Casa do Pescador, em Santana; pavimentação de vias, em Macapá; construção de creche, em Itaubal; pavimentação de vias urbanas, quadra poliesportiva e campo de areia, em Mazagão; construção de Praça, em Tartarugalzinho; pavimentação de Ruas e Avenidas, em Porto Grande; Construção de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, em Mazagão **Equipamentos**: Aquisição de diversos veículos: Caminhão, Pick-up, micro-ônibus, caçamba basculante, retroescavadeira, trator e implementos agrícolas, para os Municípios de Oiapoque, Macapá, Mazagão e Ferreira Gomes, Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá; veículos tipo motocicleta adaptada para atendimento da Polícia Militar do Estado do Amapá; pick up destinadas ao Corpo de Bombeiros Militar do Amapá – CBMAP; micro-ônibus para o Governo do Estado do Amapá.
Rondônia	**Obras:** Construção da 1ª Etapa do Skate Park e da sede da administração da prefeitura em Presidente Médici; revitalização do parque ecológico, em Ji-Paraná; construção da 1ª Etapa do estádio municipal, em Parecis; construção da sede da Câmara Municipal, em Novo Horizonte do Oeste; construção de creche, em Pimenteiras do Oeste; construção da sede administrativa municipal, em Nova União; construção de galerias em vias urbanas, em Colorado do Oeste; construção de auditório na Escola Agrícola – EFA, em Ji-Paraná; construção de arquibancada esportiva, em Chupinguaia; construção da 1ª etapa da praça municipal, em Alto Paraiso; construção de galerias pluviais em vias urbanas, em Alto Alegre dos Parecis. **Equipamentos:** Aquisição de veículo utilitário, tipo furgão com portas traseiras e tratores de pneus para o município de Pimenta Bueno; Vans e micro-ônibus para o Estado de Rondônia; escavadeira hidráulica, trator de esteiras, trator agrícola e distribuidores de calcário e adubo para o município de Colorado do Oeste; tanque resfriador de leite e trator agrícola de pneus, moto niveladora, retroescavadeira e caminhão basculante para o Estado de Rondônia; para o município de Cerejeiras: implemento agrícola (distribuidor de calcário e adubo); caminhão com carroceria - tipo carga seca; ônibus escolar; trator agrícola de pneus; para o município de Nova União: retroescavadeira, tratores, ônibus; Retroescavadeira, trator e implementos agrícolas para a Secretaria da Agricultura do estado de Rondônia; caminhão caçamba, tratores agrícolas, pá carregadeira e diversos outros equipamentos, vans, ônibus e caminhões para os municípios de Cujubim, São Francisco do Guaporé, Parecis, Presidente Médici, Seringueiras, São Felipe D´oeste, Theobroma, Espigão D`Oeste, entre outros.
Roraima	**Obras**: Implantação de rede elétrica de distribuição nas cidades de Amajari e Bonfim; eletrificação rural nas cidades de Boa Vista, Bonfim, Alto Alegre e Rorainópolis; pavimentação, drenagem e urbanização de vias, em Boa Vista e Rorainópolis; construção de calçada, meio fio e sarjetas em ruas pavimentadas, em Boa Vista e Rorainópolis; sistema de abastecimento de água com perfuração de poço e distribuição, em Caracaraí; infraestrutura urbana no município de Boa Vista, com implantação de pavimentação asfáltica, urbanização/calçada e drenagem; eletrificação urbana, em Alto Alegre e Bonfim, com adequação de rede elétrica; eletrificação de baixa tensão nas cidades de Bonfim, Canta, Alto Alegre e Caracaraí; construção de calçadas, meio-fio e sarjetas em vias pavimentadas, em Rorainópolis; iluminação pública e ampliação de rede elétrica, em Caroebe. **Equipamentos:** Aquisição de viaturas utilitárias para atender o município de São Joao da Baliza; pick-up no Estado de Roraima; tratores de pneus e implementos agrícolas para o município de Bonfim; caminhões com carroceria (tipo carga seca) e veículos utilitários (tipo pick-up), para atender a Secretaria de Agricultura e pecuária – SEAPA de Boa Vista; veículo utilitário tipo pick-up e veículos administrativos para o município de Amajari; tratores e implementos agrícola para o município de Rorainópolis.

Tabela 11 Obras e equipamentos entregues pelo Programa Calha Norte (Fonte: DPCN/MD)

PARTICIPAÇÃO DA DEFESA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Programa Forças no Esporte (PROFESP)

O PROFESP visa acolher adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade social, na faixa etária dos 6 a 18 anos de idade, nas organizações militares, em todos os estados da Federação, durante o

contra turno escolar, com o propósito de estimular a prática desportiva e de prover reforço escolar e alimentar, visando aumentar a autoestima e a valorização dessas crianças e adolescentes, com o objetivo principal de propiciar o resgate social desses brasileiros e seus familiares. Cabe destacar que as pessoas atendidas pelo Programa passam a desenvolver interesse por assuntos de Defesa e a cultivar uma visão positiva das Forças Armadas e do MD.

No exercício de 2018, o PROFESP atendeu um total de 25.637 crianças e adolescentes, ultrapassando a meta estabelecida para o ano de 24.000 inscritos.

Projeto Rondon

O Projeto Rondon é uma ação interministerial do Governo Federal, coordenada pelo MD, realizada em articulação com os Governos Estadual e Municipal que, em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES), reconhecidas pelo Ministério da Educação, visa a somar esforços com as lideranças comunitárias e com a população, a fim de contribuir com o desenvolvimento local sustentável e na construção e promoção da cidadania.

O Projeto Rondon prioriza, assim, desenvolver ações que tragam benefícios permanentes para as comunidades, principalmente as relacionadas com a melhoria do bem-estar social e a capacitação. Busca, ainda, consolidar, no universitário brasileiro, o sentido de responsabilidade social, coletiva, em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais, contribuindo na sua formação acadêmica e proporcionando-lhe o conhecimento da realidade brasileira.

Em 2018, foram realizadas três Operações do Projeto Rondon envolvendo 649 universitários de 56 IES de todo o País e atendendo a 31 municípios.

Operação regional Teixeirão (Rondônia)
- Abrangência: 8 municípios
- Universitários: 146 rondonistas das 7 IES do estado

Operação Pantanal (Mato Grosso do Sul)
- Abrangência: 12 municípios
- Universitários: 252 rondonistas de 25 IES de todo o Brasil;

Operações Palmares (Alagoas)
- Abrangência: 12 municípios
- Universitários: 251 rondonistas de 24 IES de todos o Brasil.

O índice de despesa anual por rondonista alcançou o valor de R$6.000,00, o que só foi possível em razão do apoio da FAB e da parceria com os Governos dos Estados e Municípios participantes das operações.

Outros resultados propiciados pelas Forças Armadas:

Navio de Pesquisa Hidroceanográfico Vital de Oliveira

O Navio de Pesquisa Hidroceanográfico Vital de Oliveira - NPHo Vital de Oliveira é a melhor plataforma de pesquisa oceânica do hemisfério Sul. Fruto de uma parceria público-privada de alto sucesso, foi adquirido conjuntamente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marinha do Brasil, Petrobrás e Vale SA, em 2015, desde quando já atua em pesquisas de alta relevância global. Em 2018 foi firmado um Acordo de Cooperação entre Ministério da Defesa/Marinha do Brasil; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Petróleo Brasileiro S.A.; Vale S.A. e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; com a finalidade de estabelecer as diretrizes de governança do Navio. Este acordo cria um Comitê Gestor, bem como um Comitê Científico e um corpo consultivo de cientistas, que funcionarão como consultores ad-hoc. A assinatura do referido Acordo ocorreu a bordo do Navio, no Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 2018, bem como o início dos dispêndios para sua operação e manutenção.

Programa Estratégico do Exército "Proteção da Sociedade" (PROTEGER)

O Programa foi criado a partir da necessidade do Estado de Proteger as Estruturas Estratégicas Terrestres do País, posteriormente denominadas infraestruturas críticas, que compreendem instalações, serviços, bens e sistemas, cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, pode provocar grave impacto social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da Sociedade.

O Programa tem como prioridade a atuação articulada com a sociedade e suas Instituições, particularmente no emprego da Força Terrestre em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), de Garantia da Votação e Apuração (GVA), de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (EET), de prevenção e combate ao Terrorismo; e no apoio à Defesa Civil, em calamidades decorrentes de desastres naturais ou antropogênicos, inclusive com atuação em áreas contaminadas por agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares (QBRN), dentre outras ações subsidiárias.

Destacamos as seguintes entregas do Programa ano de 2018: Projeto Básico/Executivo do Centro de Coordenação das Operações Fixo de Brasília; Projeto Básico / Executivo do Complexo Tiro Comando de Operações Especiais; Bloco 3 do Ciclo de Vida (Formulação Conceitual) do Centro

de Coordenação das Operações Móvel e o Software INTEGRADOR, capaz de fazer a integração de diversos sistemas.

Obras de cooperação

O Exército Brasileiro tem contribuído para o desenvolvimento nacional mediante a execução de obras de infraestrutura de grande importância para o país, tais como: rodovias, ferrovias, portos, açudes e barragens, aeroportos, entre outras obras de interesse da Nação.

A participação do Exército na construção de obras de infraestrutura se dá por meio da celebração de instrumentos de cooperação entre órgãos do governo (Ministério dos Transportes, Ministério da Integração Nacional, DNIT, INFRAERO, entre outros) e o Comando do Exército.

Em 2018 foram movimentados mais de 103 milhões de reais de recursos oriundos de outros ministérios, destacando-se a realização das seguintes obras e serviços: pavimentação de 60Km de rodovias, manutenção/restauração de 266Km de rodovias pavimentadas; manutenção/restauração de 111Km de rodovias em revestimento primário, instalação de 78 poços artesianos, lançamento de 2 pontes de equipagem do Exército, construção de 1 ponte semipermanente de madeira, elaboração do projeto de 24km de rodovias pavimentadas e elaboração do projeto de 99Km de rodovias de revestimento primário.

Operação Pipa

O Programa de Distribuição de Água Potável no Semiárido Brasileiro foi implementado pelo Governo Federal há mais de 15 (quinze) anos. Seu objetivo é realizar o abastecimento de água potável para o consumo humano no Polígono da Seca Nordestino, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Em 2005, o Governo Federal assinou Portaria Interministerial delegando à Força terrestre a execução do referido programa, o qual recebeu a denominação de Operação Pipa.

As atividades da Operação Pipa compreendem a distribuição de água potável, preferencialmente por meio de carros-pipa, às populações rurais e urbanas atingidas por estiagem com prioridade para os municípios que se encontram em situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Em 2018, foram distribuídos mais de 14 bilhões de litros de água potável, atendendo a uma população de 2.096.339 de habitantes, distribuídos em 687 municípios.

Para realizar a operação foram contratados 21.313 carros pipa, que captam a água em 430 mananciais e transportam para 74.891 pontos de abastecimento, sendo empregados 4.416 militares de 29 Unidades diferentes.

GESTÃO DE RECURSOS

CAPÍTULO 3

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O Ministério da Defesa, na Lei Orçamentária Anual de 2018 (LOA 2018), obteve um orçamento total da ordem de R$ 104,5 bilhões, empenho de 102,9 bilhões, e um pagamento de R$ 91,7 bilhões. O escopo deste relatório inclui todas as despesas ordinárias da Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD), além daquelas oriundas de emendas parlamentares e de créditos extraordinários, excluídos os valores da reserva de contingência e os recebidos de outros Ministérios e das Forças Singulares (Marinha, Exército e Aeronáutica). De igual modo, este Relatório não contemplou a execução orçamentária e financeira das três Forças Singulares, tendo em vista que cada uma delas confeccionará seu próprio documento. A LOA 2018 consignou aos órgãos da ACMD (Administração Direta e Fundos específicos singulares) dotação orçamentária no total de R$ 1,8 bilhão; contudo, a abertura de créditos adicionais, da ordem de R$ 540 milhões, redimensionou o orçamento 2018 para a cifra de R$ 2,3 bilhões.

PERFIL DO GASTO DE 2015 A 2018, POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (U.O.)

No que tange à Unidade Orçamentária – Administração Direta, avaliando o comportamento da execução orçamentária em 2018, destaca-se: em termos nominais, houve crescimento de 4,5% nas despesas empenhadas de 2015 para 2016, seguida de uma queda brusca, de 33,4%, para o ano de 2017. Em 2018, houve crescimento de 41,5% dos valores empenhados de 2017, entretanto, ainda 5,8% abaixo do exercício de 2016.

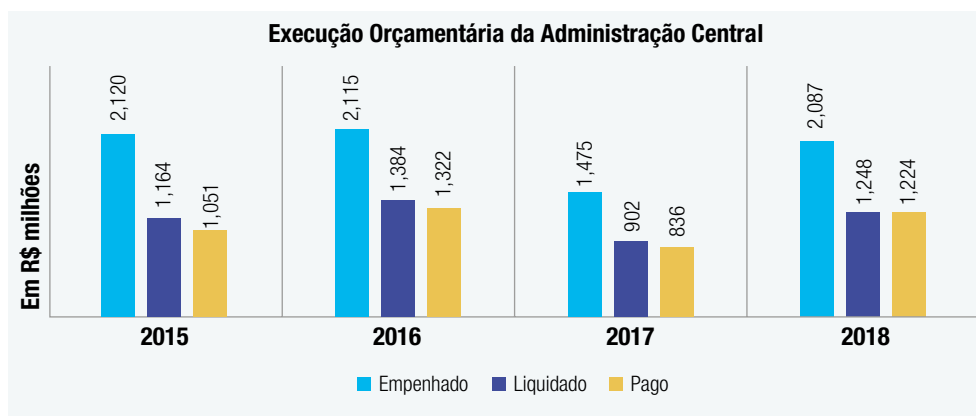



Gráfico 1 Execução Orçamentária da Administração Central (Fonte: SIAFI)

Fatores que explicam queda do orçamento empenhado de 2016 para 2017

Fim da ação de Apoio à Realização de Grandes Eventos, criada para sustentar a realização das Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016;

- Lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC), reduzindo o montante empenhado em 2017; e
- Abertura de crédito extraordinário, em 2016, para o Apoio das Forças Armadas no Combate ao Aedes Aegypti, período em que houve mobilização das Forças Armadas para o combate do transmissor dos vírus Zika e Chicungunha, sem sua posterior continuidade no exercício seguinte.

Fatores que explicam a retomada dos valores empenhados em 2018

- Provisão de créditos extraordinários, por meio da edição das medidas provisórias, que consignaram orçamento para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e Assistência emergencial e acolhimento humanitário de pessoas advindas da República Bolivariana da Venezuela. Tais recursos serão detalhados no item "Execução Orçamentária em 2018 na ACMD – Principais Projetos/ Programas".
- Aumento do empenho de recursos no Projeto de Helicópteros H-X BR, da Administração Direta.

Com relação à Unidade Orçamentária – Hospital das Forças Armadas (HFA), verifica-se que houve estabilidade na variação do nível de empenho entre os anos de 2015 a 2018, sendo que, entre 2017 e 2018, houve um crescimento nominal de 4,9% do nível de empenho.

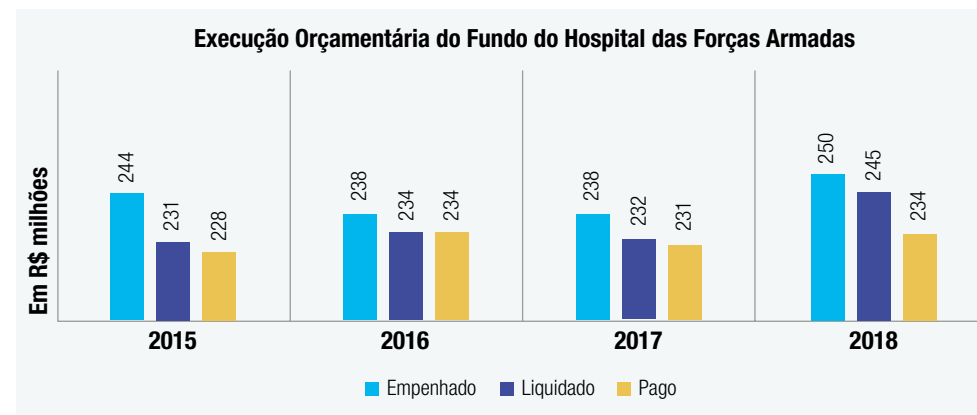



Gráfico 2 Execução Orçamentária do Fundo do Hospital das Forças Armadas (Fonte: SIAFI)

A atuação da ACMD está fortemente pautada na execução de ações finalísticas a cargo do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), bem como na execução de emendas no âmbito do Programa Calha Norte, em 2018, para as seguintes despesas:

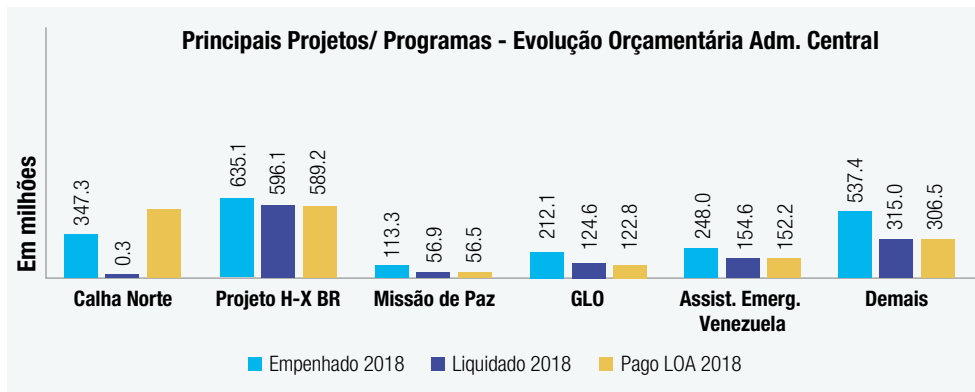



Gráfico 3 Principais Projetos/ Programas - Evolução Orçamentária Adm. Central (Fonte: SIAFI)

Missões de Paz: A ação engloba o aprestamento do pessoal e aquisição de material para as Forças Armadas Brasileiras, que atuam nas Missões de Paz as quais o Brasil participa. Os recursos consignados para a ação diminuíram, a partir de 2017, ano em que houve o fim da participação do Brasil na Missão de Paz no Haiti. Em 2018 foram empenhados R$ 113,3 milhões e pagos R$ 56,5 milhões.

Projeto H-X BR: Trata-se de projeto para aquisição de helicópteros para Emprego das Forças Armadas, considerado projeto estratégico do Ministério, e que compõe o rol de ações do AVANÇAR (Programa Estratégico do Governo, antigo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), sob supervisão do EMCFA. O projeto apresentou alto grau de execução financeira, com um valor empenhado de R$ 635,1 milhões e um pagamento da ordem de R$ 589,2 milhões, ou seja, foram pagos 92,8% dos valores empenhados.

Assistência emergencial e acolhimento humanitário aos Venezuelanos: A Assistência foi viabilizada com a abertura de crédito extraordinário de duas Medidas Provisórias, a nº 823, de 9 de março de 2018, no valor de R$ 190 milhões, e a nº 857, de 20 de novembro de 2018, no valor de R$ 75,3 milhões, totalizando R$ 265,3 milhões, com o objetivo de fornecer o apoio logístico e de pessoal necessários à assistência emergencial e ao acolhimento humanitário de pessoas advindas da República Bolivariana da Venezuela, no Estado de Roraima. Destes, R$ 248 milhões foram empenhados e R$ 152,2 milhões foram pagos.

Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO): O MD iniciou o exercício de 2018 com R$ 133,2 milhões, destinados, em sua totalidade, ao atendimento da Operação Furacão, no Estado do Rio de Janeiro, cujo encerramento era previsto para dezembro de 2018. No decorrer do exercício, recebeu crédito extraordinário, no valor de R$ 80 milhões, para mobilização das Forças Armadas durante a paralisação dos caminhoneiros, em atendimento à Medida Provisória (MP) nº 839, de 30 de maio de 2018. Com isso, da dotação total de R$ 213,2 milhões, foi empenhado o valor de R$ 212,1 milhões, e pagos R$ 122,8 milhões.

Programa Calha Norte: A não realização de pagamento é justificada por se tratar de uma ação que depende da celebração e execução de convênios entre a União e outros Entes da Federação. Assim, a formalização do convênio, sua execução, e prestação de contas por parte do convenente pode ultrapassar um exercício financeiro, e dessa forma, forçar a inscrição destes recursos em Restos a Pagar (RAP) para que seu efetivo pagamento se complete nos exercícios subsequentes. Cabe mencionar, que em 2018, o DPCN pagou R$ 276.033.630,55 de Restos a Pagar processados e não processados inscritos até aquele ano (inscritos em diversos exercícios) na ação 1211.

PERFIL DO GASTO – VISÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

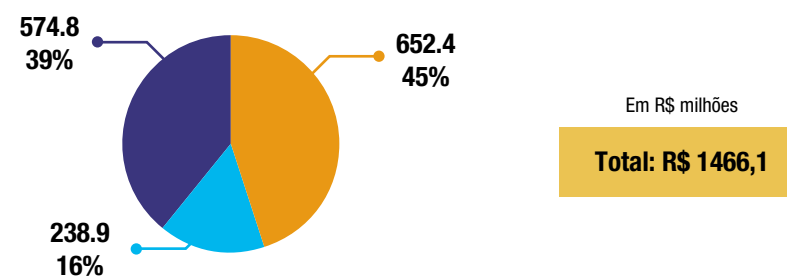



Figura 9 Visão do orçamento por grupo de natureza de despesa (Fonte: SIAFI)

Despesa com Pessoal

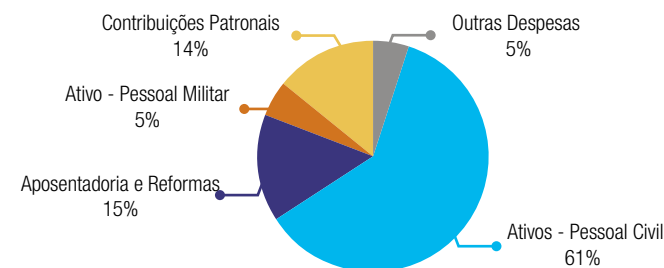



Gráfico 4 Despesa com pessoal (Fonte: SIAFI)

A despesa com pessoal do MD, em 2018, se manteve estável em relação ao ano de 2017, correspondendo a 16,3% de toda a despesa paga pela Administração Central. Em termos de despesa empenhada, o valor atingiu o montante total de R$ 254,3 milhões, e R$ 238,9 milhões para a despesa paga. Vale ressaltar que grande parte das despesas com o pagamento de militares lotados na Administração Central está a cargo dos três Comandos Militares, ficando para a ACMD apenas o encargo do pagamento de eventuais gratificações por desempenho de funções militares.

Investimento

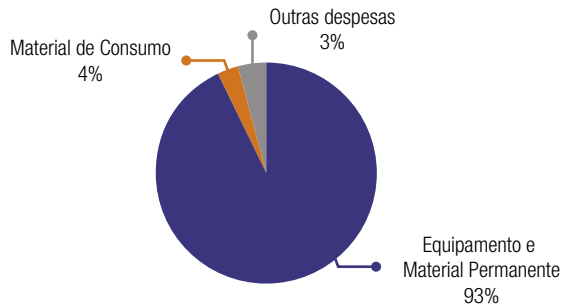



Gráfico 5 Investimento (Fonte: SIAFI)

Os equipamentos e materiais permanentes foram priorizados em 2018, atingindo 93,5% da despesa paga. O Projeto de aquisição de Helicópteros H-X BR é responsável por 87,5% das despesas com equipamentos e materiais permanentes, no grupo investimentos, com R$ 502,8 milhões.

Despesas Correntes

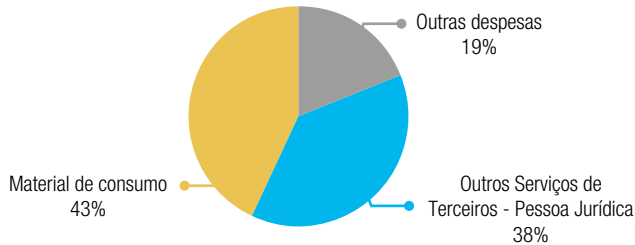



Gráfico 6 Despesas correntes (Fonte: SIAFI)

Em 2018, os pagamentos das despesas de custeio totalizaram R$ 652,4 milhões, 57,1% superior ao ano de 2017. As ações orçamentárias que mais contribuíram para a despesa de custeio com material de consumo foram as ações de Assistência Emergencial e Acolhimento Humanitário aos Venezuelanos, com R$ 98,7 milhões, e as ações de Garantia da Lei da Ordem, com R$ 77,0 milhões. Já no caso das despesas de custeio em serviços de terceiros - PJ, as ações que mais contribuíram foram as ações do Projeto H-X BR, com R$ 54,0 milhões, e a Ação de Assistência Emergencial e Acolhimento Humanitário aos Venezuelanos, com R$ 48,0 milhões.

COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS EM 2017 E 2018

	2017				2018				Variação	
Tipo de Despesa	Empenhado (A)	Liquidado (B)	Pago (C)	RAP PAGO	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	RAP Pago	Pago 2018 – Pago 2017	Variação %
Pessoal	254,3	254,1	254,1	0,5	254,3	254,2	238,9	0,2	-15,2	-6,0
Custeio	605,0	422,3	415,2	240,2	1.054,4	670,8	652,4	176,6	237,2	57,1
Investimentos	823,7	423,3	363,2	362,2	1.038,6	576,6	574,8	422,5	211,6	58,3
Inversões Financeiras	38,8	38,8	38,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-38,8	-100,0
TOTAL	**1.721,8**	**1.138,5**	**1.071,3**	**602,9**	**2.347,3**	**1.501,6**	**1.466,1**	**599,3**	**394,8**	**9,4**

Tabela 12: Comparativo da execução das despesas em 2017 e 2018 (Fonte: SIAFI)

Importante salientar que a ACMD empenhou, em 2018, dentro de suas próprias unidades orçamentárias, aproximadamente 35,8% do seu orçamento total (R$ 839 milhões). Os outros 64,2% (R$ 1,5 bilhão) foram executados por meio de destaque orçamentário para outras unidades jurisdicionadas: as Forças Singulares (Marinha, Exército e Aeronáutica) e demais órgãos.

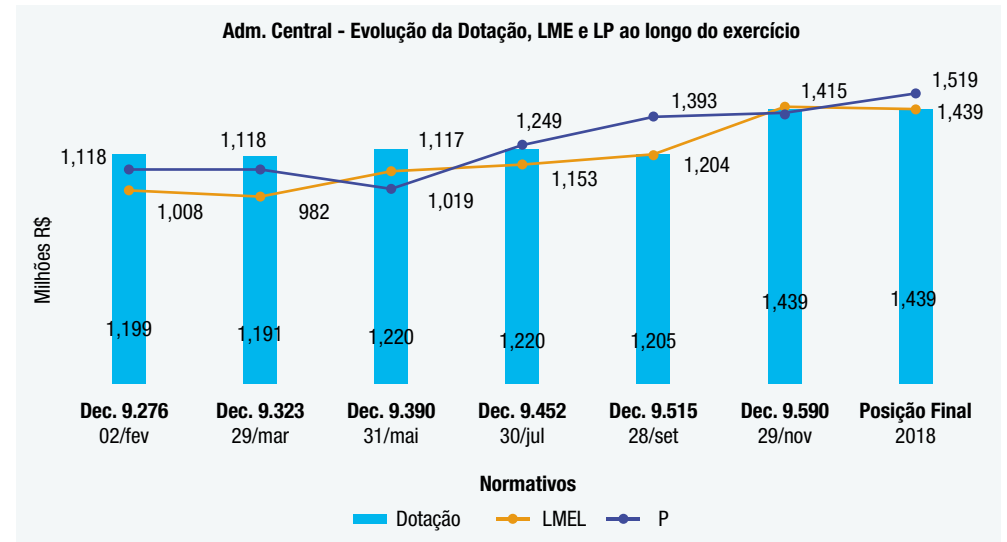



Gráfico 7 Adm. Central - Evolução da Dotação, LME e LP ao longo do exercício (Fonte: SIAFI)

Discussão do Desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado

O gráfico explicita o Limite para Movimentação e Empenho (LME) e Limite de Pagamento (LP), estabelecidos, por meio de Decretos do Poder Executivo, ao longo do ano de 2018, para a Administração Central do MD. Os dados extraídos referem-se às ações de despesas discricionárias e às ações estratégicas vinculadas ao Programa AVANÇAR. Os valores contingenciados resultam da diferença entre a dotação autorizada na LOA 2018 e o LME.

	02/fev	29/mar	31/mai	30/jul	28/set	29/nov	Posição Final
	Dec. 9.276	Dec.9.323	Dec. 9.390	Dec. 9.452	Dec. 9.515	Dec. 9.590	2018
% Contingenciamento Orçamentário (Dotação/LME)	-16%	-18%	-8%	-6%	0%	0%	0%
% Contingenciamento Financeiro (Dotação/LP)	-7%	-6%	-17%	2%	16%	-2%	6%

Tabela 13 % Contingenciamento Orçamentário e Financeiro (Fonte: SIAFI)

Em 2018, verificou-se que no início do exercício houve um LME e LP abaixo da dotação orçamentária consignada na LOA para a ACMD, até o fim do 1º semestre, e uma liberação tardia desses limites, especialmente no início do 2º semestre, fazendo com que parte da execução ocorresse ao final do exercício, e, pressionando com isso, a formação de restos a pagar. Importante destacar que a diferença positiva entre o LP e o LME, ao longo do ano, especificamente entre o Decreto nº 9.390, de 31 de maio de 2018, e o Decreto nº 9.590, de 29 de novembro, justifica-se pela necessidade de execução financeira de despesas inscritas em Restos a Pagar em exercícios anteriores, notadamente os RAP's inscritos oriundos do Programa Calha Norte (Vertente Civil), que atingiram, neste período, o montante aproximado de R$ 98 milhões. Tais despesas concorrem com a dotação consignada na LOA no momento da sua execução financeira, na medida em que ambas dependem do mesmo limite financeiro.

Principais impactos do Contingenciamento

- Reprogramações orçamentárias, principalmente em relação aos investimentos, para garantir a execução e o pagamento das obrigações contratuais.
- Execução tardia, com liberação de recursos orçamentários e financeiros após o 2º semestre, propiciando a inscrição de despesas em Restos a Pagar, principalmente no que tange as emendas parlamentares.
- Descasamento entre o contingenciamento orçamentário e financeiro acarretando problemas no gerenciamento da execução, e comprometendo as entregas (custeio e investimento) à sociedade.

Medidas Mitigadoras

- Gerenciamento intensivo do orçamento, notadamente no que tange às despesas discricionárias, de forma a reduzir o impacto do descasamento entre LME e LP, e permitir maior eficiência na despesa.
- Priorização das despesas nos grupos de custeio e investimento, de forma a atender os contratos em andamento.
- Publicação de atos normativos no intuito da racionalização e eficiência orçamentária e financeira no âmbito do MD, quais sejam: a Instrução Normativa nº 4/SEORI/MD, de 21 de fevereiro de 2018, que estabeleceu procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no âmbito das unidades orçamentárias do MD, no exercício de 2018; e Instrução Normativa nº 6/SEORI/MD, de 20 de março de 2018, que estabeleceu procedimentos administrativos para a realização de transferência de recursos mediante Termo de Execução Descentralizada pelos órgãos integrantes da Administração Central do MD; dentre outros.
- Encaminhamento de Avisos Ministeriais à Casa Civil da Presidência da República e aos Ministérios da Fazenda (MF) e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), ambos integrantes do atual Ministério da Economia, apresentando os impactos do contingenciamento e as principais demandas de expansão do LME e do LP para o conjunto dos programas e projetos do AVANÇAR e para as demais programações do MD.

EXPLICAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO RESULTADO SOBRE O DESEMPENHO FINANCEIRO

A discussão da variação do resultado sobre o desempenho financeiro pode ser analisada verificando três grandes blocos que tiveram, dentro do orçamento do MD, relevância dentro de sua estrutura orçamentária, tanto em termos de volume de recursos quanto em termos de execução orçamentária: a edição de créditos extraordinários, o projeto estratégico de Helicópteros H-X BR do Programa AVANÇAR e as emendas parlamentares:

Créditos Extraordinários

- Em 2018, os créditos extraordinários tiveram destaque na execução orçamentária, quando se avalia o nível de execução do custeio, no âmbito da Administração Central do MD. Somando-se as ações de Assistência emergencial e acolhimento humanitário aos Venezuelanos das Operações de GLO foram empenhados no custeio R$ 306,3 milhões, e pagos R$ 200,6 milhões, o que corresponde, respectivamente, a 29% e 30,7% do empenho e pagamento. Cabe ressaltar que os créditos extraordinários não entram nos limites de movimentação, empenho e pagamento dos decretos de contingenciamento.

Projeto Estratégico H-X BR

- O projeto aquisição de helicópteros de médio porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR) realizou o pagamento de R$ 522,8 milhões com investimentos, o que corresponde a 90,9% do total da despesa efetivamente paga em investimento em toda a Administração Central do MD.

Emendas parlamentares

- As emendas parlamentares, no âmbito da Administração Central do MD, concentram-se no Programa Calha Norte – Vertente Civil. Em 2018, esse programa apresentou um empenho de recursos nas emendas parlamentares da ordem de R$ 233,8 milhões e liquidação de R$ 320 mil. A execução está concentrada no grupo relativo a investimento, e influencia a análise do desempenho da execução e dos investimentos na Administração Central do MD, na medida em que essas emendas compõem, em 2018, 51% do total de Restos a Pagar inscritos (RAP) do grupo para o exercício seguinte.

Desafios	Ações futuras
• Aprimorar a gestão orçamentária e financeira, no âmbito do MD, de forma a suprir o impacto sofrido pela diminuição da dotação orçamentária, após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, em 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal. • Priorizar despesa, focando na eficiência e efetividade do gasto, entregando com isso produtos cada vez mais elaborados e com maior qualidade ao cidadão. • Manter o controle no crescimento das despesas obrigatórias, ao mesmo tempo em que se busca priorizar o investimento, e com isso melhorar o perfil da despesa pública. • Minimizar o impacto do contingenciamento orçamentário e financeiro, que tradicionalmente ocorre no início do exercício, com desbloqueio de recursos no segundo semestre, e que impõe uma gestão orçamentária e financeira eficiente, de modo a não prejudicar a entrega dos resultados à sociedade.	• Promover aperfeiçoamento nos processos de execução orçamentária e financeira, de forma a maximizar os recursos disponíveis no âmbito do MD. • Prover as unidades vinculadas à Administração Central do Ministério de soluções administrativas que possam promover a redução de custos, ao mesmo tempo que possam oferecer melhores produtos à sociedade. • Criar um ambiente colaborativo entre as instâncias orçamentárias e financeiras no âmbito do MD, de forma a estimular parcerias e soluções criativas para o enfrentamento da escassez de recursos após a instituição do Novo Regime Fiscal.

GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL

O MD possui força de trabalho híbrida, composta por servidores civis que são regidos pelos preceitos da Lei nº 8.112/1990 e demais atos complementares, e por militares das três Forças Armadas, sujeitos a regulamento próprio, qual seja, o Estatuto dos Militares – Lei nº 6.880/1980 e demais atos complementares editados, com regras específicas quanto à apuração e à responsabilização disciplinar (legislações específicas de cada Comando de Força Singular).

PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE PESSOAS

As atividades relacionadas à Gestão de Pessoas vinculam-se ao Objetivo Estratégico da Secretaria Geral OSG6, de "Desenvolver competências, valorizar pessoas e adequar a força de trabalho às necessidades institucionais". No âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Hospital das Forças Armadas (HFA), essas atividades são orientadas pelos seus respectivos planejamentos estratégicos.

INDICADORES DE CONFORMIDADE

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas no MD é realizada por meio de indicadores dos seguintes procedimentos de controle:

- Controle da entrega das Declarações de Bens e Renda;
- Controle dos registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões de Aposentadorias;
- Acompanhamento dos apontamentos, recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU); e
- Exame mensal de contracheques.

Em 2018, todos os servidores entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorizaram seu acesso, conforme dispõe a Lei nº 8.730/1993. Além disso, todos os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram devidamente registrados no sistema e-Pessoal, do Tribunal de Contas da União, conforme prevê a Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Por meio de informações extraídas do SIAPE, são realizadas auditorias preventivas periódicas, de forma a corrigir eventuais inconsistências. Há também o acompanhamento e adoção de providências, quando pertinente, dos apontamentos dos órgãos de controle, TCU (e-Pessoal) e CGU (trilhas de auditorias), conforme tabela abaixo.

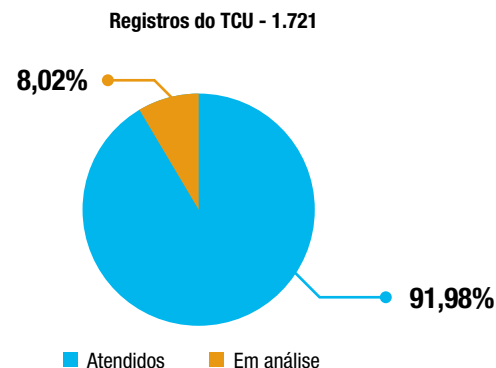



Gráfico 8 Registros do TCU (Fonte: Dados da Administração Central, Censipam, ESG e HFA, dez-18)

Unidade	Nº de Registos	TCU		Nº de Registos	CGU	
		Atendidos	Em análise		Atendidos	Em análise
Secretarias e Departamentos do MD	12	12	0	36	36	0
HFA	1.709	1.571	138	0	0	0
Total	**1.721**	**1.583**	**138**	**36**	**36**	**0**

Tabela 14 Indicadores de Conformidade (Fonte: Dados da Administração Central, Censipam, ESG e HFA, dez-18)

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho do MD é composta por servidores efetivos (estatutários); requisitados da Administração Pública Federal Direta, empresas públicas, estados e municípios; empregados públicos; e militares requisitados das três Forças Armadas, conforme apresentado a seguir. Cerca de 1% encontra-se cedidos a outros órgãos.

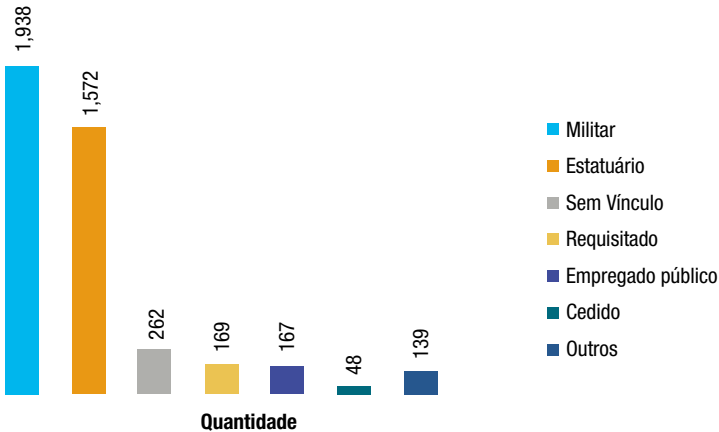



Gráfico 9 Composição da força de trabalho (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-18)

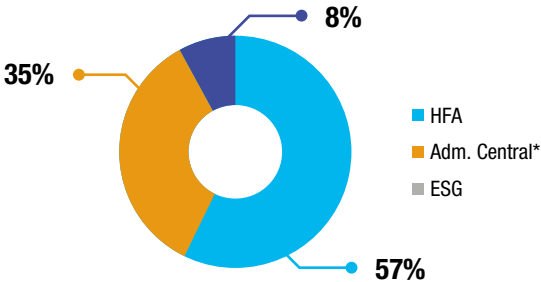



Gráfico 10 Distribuição da força de trabalho (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-18)

No Censipam, a força de trabalho civil é composta majoritariamente por servidores de outros órgãos: 67,1% de requisitados de outros órgãos e esferas, o que representa um risco potencial para o órgão. Cerca de 85% dos cargos criados para o Censipam encontram-se vagos, tendo em vista que os concursos para o seu preenchimento nunca foram autorizados.

A ESG também enfrenta sérias dificuldades para a recomposição da sua força de trabalho, principalmente na atividade meio, não só pelo escasso número de servidores em exercício, como também pelo fato de já possuírem o tempo de serviço para aposentadoria. Em 2018, estavam em exercício 31 (trinta e um) servidores civis, sendo que, desde 2016, cerca de 50% possuem tempo para aposentadoria.

No HFA, um dos principais problemas é a redução do número de servidores por aposentadoria e exoneração, sem haver previsão de concurso público, especialmente quanto ao cargo de Médico. A principal causa é a baixa atratividade da remuneração do cargo, quando comparada à remuneração do Governo do Distrito Federal para os mesmos cargos, e mesmo para cargos equivalentes de outros órgãos da Administração Pública Federal. Desde 2013, o MD tem solicitado, quase que anualmente, a reestruturação da Carreira do HFA, elevando a remuneração do Médico, pleito não acatado pelo órgão central de pessoal.

Finalmente, vale mencionar que o caráter transitório da permanência dos militares, nas diversas unidades do MD, resulta em dificuldade de continuidade de muitas das atividades, com perda de informações e conhecimentos, a cada ciclo de três ou quatro anos, quando ocorre a maioria das substituições desses militares.

EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Atualmente, a força de trabalho do MD é composta por cerca de 55% de servidores civis e 45% de militares, sendo que cerca de 72% dos servidores civis estatutários encontra-se no HFA. Nas demais unidades do MD, o quantitativo de servidores civis é bastante reduzido e tem diminuído ao longo dos últimos anos, sendo que parte desse encolhimento vem sendo compensado pela alocação de militares. Essa situação tende a se agravar, devido à falta de provimento de vagas por concursos públicos e a iminente saída dos servidores que já completaram ou estão prestes a completar os requisitos para aposentadoria, com base nas regras atuais. Como resultado, a força de trabalho dessas unidades é composta majoritariamente por requisitados e sem vínculos.

Evolução da força de trabalho

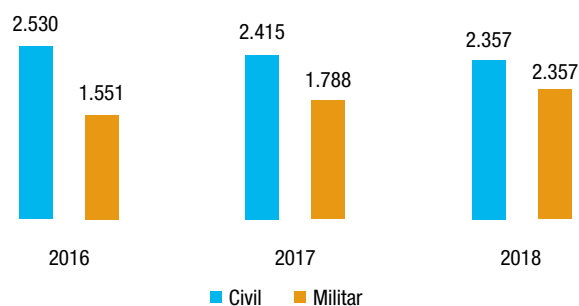



Gráfico 11 Evolução da força de trabalho (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-18)

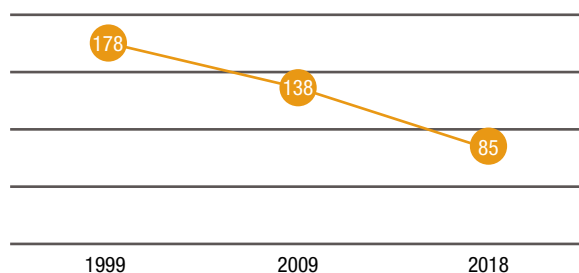
Quantidade de servidores estatuários

178
138
85
1999
2009
2018

Gráfico 12 Quantidade de servidores estatutários (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, dez-18)

CARREIRAS

O MD não possui carreira própria especializada, mas existem cinco carreiras/plano de cargos nas unidades que o integram. O HFA tem um plano de carreira e cargos próprio para a área de Saúde; o corpo docente da ESG é da Carreira de Magistério e o Censipam dispõe de cargos da Carreira de Ciência e Tecnologia. O quadro a seguir representa a proporcionalidade de cargos de carreira / planos do MD ocupados, em relação ao total de estatutários.

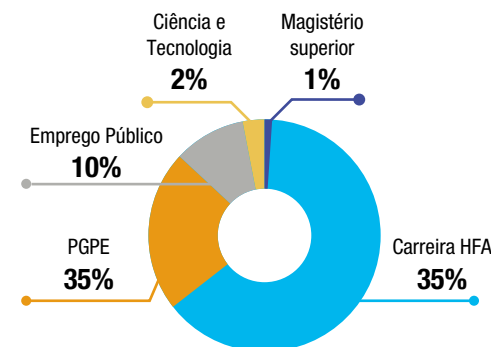



Gráfico 13 Distribuição dos estatutários por Carreira / plano (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, dez-18)

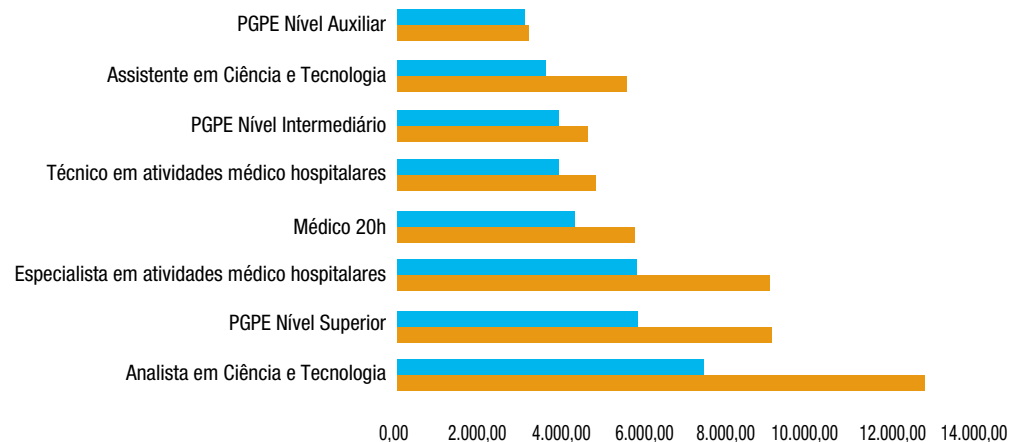



Gráfico 14 Remuneração por cargo/plano (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, dez-18)

O MD submete, anualmente, suas demandas de concursos públicos ao órgão central de pes-

soal. O quadro a seguir relaciona as solicitações do MD nos últimos três anos, e a quantidade autorizada no período:

ÓRGÃO	QUANTIDADE DE PESSOAL DEMANDADA			AUTORIZADOS
	2016	2017	2018	
ACMD	14	21	46	0
HFA	386	150	150	0
Censipam	232	86	86	0
ESG	19	15	0	15
Total	**651**	**272**	**282**	**15**

Tabela 15 Quantidade de pessoal demandada
(Fonte: Avisos MD nº 119, 157 e 168/2016; nº 113, 115 e 134/2017; nº 130 e 140/2018)

No caso dos militares, o provimento de cargos é realizado por solicitação às Forças Singulares, com base nas necessidades e considerando as tabelas de Lotação (da Marinha e da Aeronáutica) e o Quadro de Cargos Previstos do Exército.

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL POR FAIXA ETÁRIA

Cerca de 50% da força de trabalho do MD tem menos de 40 anos, em razão, principalmente, do efetivo de pessoal mais jovem que ingressou no HFA em virtude de concurso realizado em 2015; dos requisitados militares; e dos servidores sem vínculo.

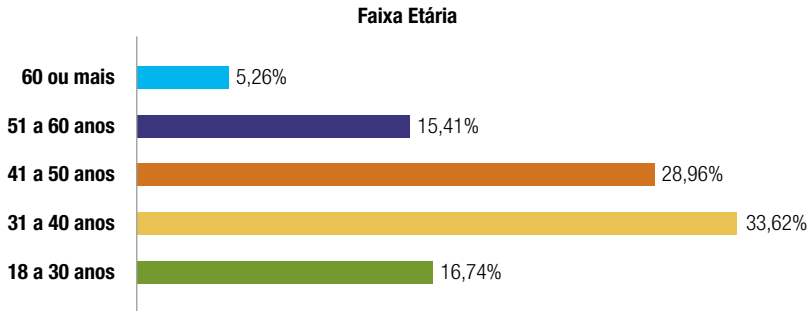



Gráfico 15 Composição do quadro de Pessoal por faixa etária (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-18)

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL POR FAIXA SALARIAL

No MD, mais de 50% dos servidores têm remuneração entre R$ 3.500 e R$ 8.500.

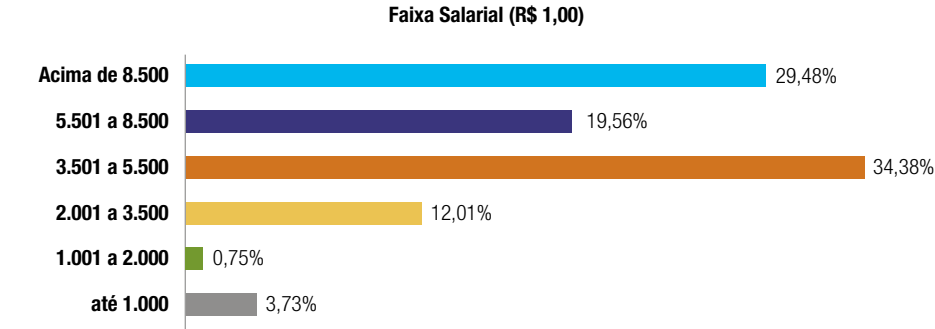



Gráfico 16 Composição do quadro de Pessoal por faixa salarial (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-18)

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL POR GÊNERO

45,17% 5 4,83%

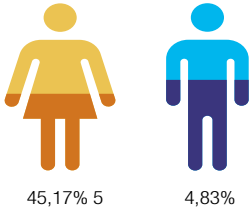



Figura 10 Composição do quadro de Pessoal por gênero (Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, dez-18)

ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Em face da inexistência de quadro próprio de pessoal, o MD supre sua demanda, especialmente, por meio da requisição de servidores públicos concursados de diversas carreiras e de militares das três Forças Armadas. Tanto em relação aos servidores civis quanto aos militares é exigido currículo acadêmico e profissional compatível com o cargo a ser ocupado.

O HFA, a ESG e o Censipam realizam concursos públicos para parte de seus quadros funcionais.

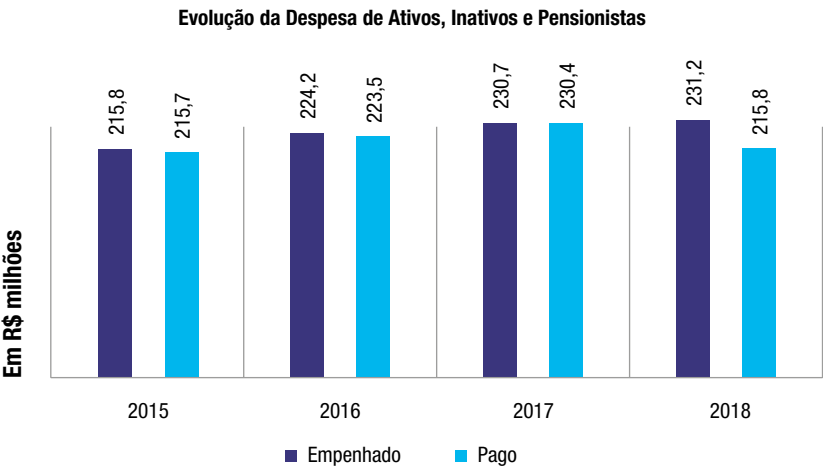
O quadro a seguir ilustra a ocupação dos cargos comissionados no MD:

Aprovados	Ocupados	Ocupados por servidor de carreira (Efetivo + Requisitados)	% de cargos ocupados por servidor de carreira
418	406	138	33,99%

Tabela 16 Ocupação dos cargos comissionados no MD
(Fonte: Informações encaminhadas pelo DEADI, Censipam, ESG e HFA, posição dez-18)

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Considerando somente as despesas de Pessoal, no período de 2015 a 2018 não houve variação significativa nos valores relativos ao Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas.

As despesas de Pessoal Ativo, representam, em média, 81% das despesas totais de Pessoal, conforme demonstrado a seguir.

Evolução da Despesa de Ativos, Inativos e Pensionistas

Em R$ milhões

	2015	2016	2017	2018
Empenhado	215,8	224,2	230,7	231,2
Pago	215,7	223,5	230,4	215,8

Gráfico 17 Evolução da Despesa de Ativos, Inativos e Pensionistas (Fonte: SIOP BI, extraído em 15/02/2019)

Evolução dos Pagamentos de Pessoal Ativo, Inativos e Pensionistas

Em R$ milhões

	2015	2016	2017	2018
Pessoal Ativo	177,6	183,2	185,5	172,1
Inativo e Pensões	38,1	40,2	44,9	43,7

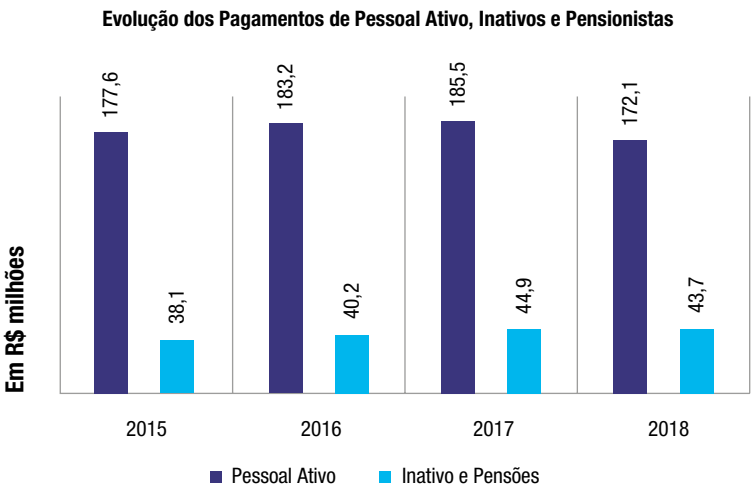



Gráfico 18 Evolução dos Pagamentos de Pessoal Ativo, Inativos e Pensionistas (Fonte: SIOP BI, extraído em 15/02/2019)

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA

O desempenho dos servidores integrantes das carreiras do MD é auferido, anualmente, por meio de processo de avaliação que utiliza, como referência, as metas de desempenho institucionais definidas para cada ciclo avaliativo. Essa avaliação impacta diretamente na gratificação de desempenho do servidor e, consequentemente, em sua remuneração. Em 2018, foram avaliados 1.494 servidores. Desse total, houve dois pedidos de reconsideração e nenhuma solicitação de recurso.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Em 2018, 195 servidores concluíram o estágio probatório, enquanto 40, ainda seguem no período de estágio.

Unidade	Nº de servidores que concluíram o estágio probatório	Número de servidores em estágio probatório
Censipam	0	0
ESG	0	15
HFA	195	25
Outras unidades do MD	0	0
Total	**195**	**40**

Tabela 17 Estágio probatório (Fonte: Informações encaminhadas pelo DEADI, Censipam, ESG e HFA, posição dez-18)

CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

A política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Decreto nº 5.707/2006) tem por objetivo estimular e desenvolver as competências necessárias para o desenvolvimento do servidor, visando ao alcance dos objetivos organizacionais, e está orientada para o alcance do Objetivo Estratégico "Investir continuamente nos recursos humanos, visando ao incremento de competências e à qualificação, em prol do alcance das metas institucionais", do Plano Estratégico da Secretaria-Geral do MD, estabelecido para o período de 2017 a 2019. A ESG, o Censipam e o HFA seguem orientações de seus respectivos planejamentos estratégicos.

As ações de capacitação envolveram as seguintes áreas temáticas principais: Planejamento e Organização; Desenvolvimento de Dirigentes; Logística de Defesa; Orçamento e Finanças; Logística Pública; Tecnologia da Informação; Sistema de Governo e Segurança e Saúde; Línguas

Estrangeiras; Governança e Gestão de Riscos; Gestão de Pessoas e do Desenvolvimento; Ciência Genômicas e Biotecnologia; Gestão Pública; Logística, Transporte e Mobilidade; Psicologia; Gestão do conhecimento; Licitações e Contratos Administrativos; e Projetos. São os seguintes os principais resultados alcançados em 2018:

Unidade	Quantidade de cursos	Servidores capacitados	Horas-aula 2018	Custo 2018
Outras unidades do MD	117	457	21.408	547.796,00
Censipam	82	232	850	265.888,83
HFA	30	1.509	57.659	409.356,73
Total	**229**	**2.198**	**79.917**	**1.223.041,56**

Tabela 18 Ações de capacitação (Fonte: Informações da Administração Central, Censipam e HFA)

PAPEL DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA NA CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL DE DEFESA

Cabe destacar o papel da Escola Superior de Guerra (ESG) de Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, com a missão de preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento. Em 65 anos de história, a instituição já formou 8 mil especialistas em assuntos de Defesa.

A ESG oferece diferentes qualificações na área de defesa, tais como o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), o Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE), o Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados, o Curso Superior de Inteligência Estratégica, o Curso de Estado-Maior Conjunto e o Curso de Altos Estudos de Defesa (CAED).

Em 2018, foram formados e/ou capacitados 758 servidores civis e militares, por meio dos cursos regulares ministrados pela ESG. Deste quantitativo, destaca-se a formação de 183 pessoas no Curso Superior de Defesa; e a capacitação de 87 no CAEPE e de 60 no CAED.

PRINCIPAIS DESAFIOS

DESAFIOS

- Renovar a força de trabalho dos servidores estatutários (concursos públicos);
- Buscar alternativas ao concurso público:
  - aproveitamento de servidores de órgãos em extinção e de ex-territórios;
  - terceirização;
  - redistribuição de cargos para o MD;
  - contratação temporária;
- Incrementar as ações de capacitação; e
- Buscar a aprovação da carreira especializada de Defesa.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

No âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa, constituem a legislação básica que rege os processos de licitações e os contratos: as Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002 e 12.462/2011, os Decretos 5.450/2005, 7.746/2012, 7.756/2012, 8.538/2015 e 9.507/2018, e as Instruções Normativas nº. 01/2010, 02/2010 e 05/2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/Ministério do Planejamento e 03/2017, da Secretaria de Gestão/Ministério do Planejamento, dentre outros atos legais vigentes. O MD também edita atos normativos que disciplinam seus procedimentos internos, e submete seus editas e minutas de contratos ao exame da Consultoria Jurídica, com vistas a assegurar a legalidade dos atos praticados. Destacam-se a edição da Orientação Normativa nº 6/DEADI/SEORI/SG/MD, 8/8/2018, que estabelece procedimentos e critérios acerca da realização da Pesquisa de Preços, com vistas à ampliação da transparência, da competitividade e da economicidade das licitações e, consequentemente, da eficiência na alocação dos recursos públicos, e a Portaria nº 3610/2017, que divulga a previsão do planejamento orçamentário de contratações e aquisições no âmbito da ACMD.

PROCESSOS LICITATÓRIOS E CONTRATAÇÕES REALIZADAS

Os processos licitatórios e as contratações realizadas pela ACMD, em 2018, guardam conformidade com os objetivos estratégicos da Secretaria Geral de “Prover a Administração Central

do Ministério da Defesa de infraestrutura física adequada às suas condições de trabalho” e de “Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicações, nas formas adequadas e nas quantidades necessárias para garantir a qualidade, a agilidade e a produtividade da Administração Central do Ministério da Defesa”.

O Censipam, o HFA e a ESG, por disporem de autonomia de gestão, realizam seus processos licitatórios e contratações em conformidade com os seus planejamentos estratégicos. Em função das peculiaridades inerentes às unidades de saúde, o HFA realiza licitações e contratos administrativos em quantidade e valores superiores às demais unidades do MD, razão pela qual suas informações foram segregadas das demais, pois sua junção desvirtuaria o entendimento dos resultados do MD.

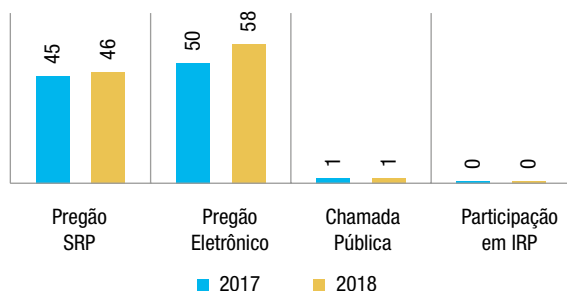



Gráfico 19 Certames homologados - Administação Central (Fonte: Ministério da Defesa)

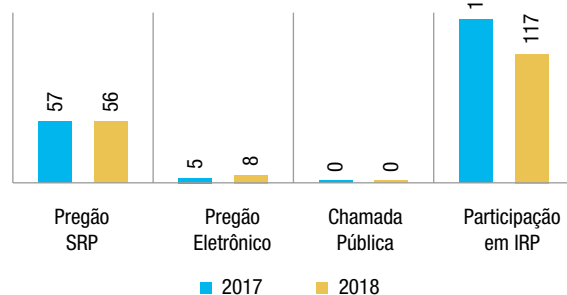



Gráfico 20 Certames homologados -HFAI (Fonte: Ministério da Defesa)

EFICIÊNCIA NAS LICITAÇÕES

Os principais procedimentos licitatórios realizados em 2018, pela ACMD e pelo HFA, geraram uma economia de R$ 82.664.491,28, ou seja, 31,6%, levando em consideração o valor estimado e o homologado das licitações.

LICITAÇÕES HFA

Natureza	Tipo	Valor	Servidores capacitados	Horas-aula 2018	Custo 2018
Manutenção e Reforma	Custeio	0,00	0,00	0,00	-
	Investimentos	2.372.455,04	1.751.925,77	620.529,27	26%
	Total	2.372.455,04	1.751.925,77	620.529,27	26%
Terceirização	Custeio	3.712.197,84	2.899.978,56	812.219,28	22%
	Investimentos	0,00	0,00	0,00	-
	Total	3.712.197,84	2.899.978,56	812.219,28	22%
Tecnologia da Informação e Comunicações	Custeio	1.650.080,62	1.398.460,40	251.620,22	15%
	Investimento	1.136.953,69	1.040.135,72	96.817,97	9%
	Total	2.787.034,31	2.438.596,12	348.438,19	13%
Alimentação	Custeio	16.152.345,87	15.344.250,00	808.095,87	5%
	Investimento	0,00	0,00	0,00	-
	Total	16.152.345,87	15.344.250,00	808.095,87	5%
Saúde	Custeio	96.306.602,64	57.233.278,71	39.073.323,93	41%
	Investimento	17.087.922,82	8.901.872,34	8.186.050,48	48%
	Total	113.394.525,46	66.135.151,05	47.259.374,41	42%
Diversos	Custeio	5.959.527,15	4.973.645,23	985.881,92	17%
	Investimento	368.960,49	310.439,08	58.521,41	16%
	Total	6.328.487,64	5.284.084,31	1.044.403,33	17%
Total custeio		123.780.754,12	81.849.612,90	41.931.141,22	34%
Total Investimentos		20.966.292,04	12.004.372,91	8.961.919,13	43%
Total Geral		144.747.046,16	93.853.985,81	50.893.060,35	35%

Tabela 19 Licitações HFA (Fonte: HFA)

LICITAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Natureza	Tipo	Valor	Servidores capacitados	Horas-aula 2018	Custo 2018
Manutenção e Reforma	Custeio	45.260.955,62	30.916.329,43	14.344.626,19	32%
	Investimento	1.878.313,71	1.503.067,39	375.246,32	20%
	Total	47.139.269,33	32.419.396,82	14.719.872,51	31%
Terceirização	Custeio	14.596.003,01	12.090.742,94	2.505.260,07	17%
	Investimento	0,00	0,00	0,00	-
	Total	14.596.003,01	12.090.742,94	2.505.260,07	17%
Tecnologia da Informação e Comunicações	Custeio	12.922.655,36	10.048.627,76	2.874.027,60	22%
	Investimento	14.292.003,51	11.713.652,40	2.578.351,11	18%
	Total	27.214.658,87	21.762.280,16	5.452.378,71	20%
Alimentação	Custeio	9.492.666,97	6.149.717,43	3.342.949,54	35%
	Investimento	197.531,60	141.940,49	55.591,11	28%
	Total	9.690.198,57	6.291.657,92	3.398.540,65	35%
Diversos	Custeio	15.459.913,78	10.073.345,61	5.386.568,17	35%
	Investimento	2.416.878,11	2.108.926,07	307.952,04	13%
	Total	17.876.791,89	12.182.271,68	5.694.520,21	32%
Total custeio		97.732.194,74	69.278.763,17	28.453.431,57	29%
Total Investimentos		18.784.726,93	15.467.586,35	3.317.140,58	18%
Total Geral		116.516.921,67	84.746.349,52	31.770.572,15	27%

Tabela 20 Licitações - Administração Central (Fonte: Ministério da Defesa)

CONTRATAÇÕES REALIZADAS

ACMD

OBJETO DA CONTRATAÇÃO	PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES E REALIZAÇÕES
Construções e reformas	• Obras de revitalização da cozinha e dos refeitórios; • Construção de banheiros, vestiários coletivos e depósitos de materiais de limpeza; • Substituição da rede de esgoto primário, impermeabilização e pavimentação do estacionamento do edifício-sede do Ministério da Defesa.
Manutenção preventiva, preditiva e corretiva	• Manutenção Predial, de ar-condicionado e de elevadores, nos Edifício-sede do Ministério da Defesa e do anexo do Bloco "O", da Esplanada dos Ministérios.
Tecnologia da Informação e Comunicação	• Aquisição de servidores de rede, de fitoteca para backup e de 4 switches para rede Storage Area Network - SAN.
Terceirização	• Serviços gerais de limpeza, ajudante de cozinha, garçom, cozinheiro, motorista executivo, apoio administrativo, recepcionista e ascensorista, para atuação no edifício-sede do Ministério da Defesa e Bloco "O" (Esplanada dos Ministérios).

CENSIPAM

OBJETO DA CONTRATAÇÃO	PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES E REALIZAÇÕES
Construções e reformas	• Reformas em instalações no Centro de Coordenação Geral do Censipam em Brasília e nos Centros Regionais de Belém, Porto Velho e Manaus.
Manutenção preventiva, preditiva e corretiva	• Manutenção das unidades resfriadoras industriais (Chillers) para o Centro de Coordenação Geral do Censipam em Brasília e nos Centros Regionais de Belém, Porto Velho e Manaus.
Tecnologia da Informação e Comunicação	• Aquisição de solução de hardware e software, switch, com serviços de instalação e configuração de nós e de cluster.
Terceirização	• Contratação de mão de obra de serviços gerais para atendimento aos Centros Regionais de Belém, Porto Velho e Manaus.

ESG

OBJETO DA CONTRATAÇÃO	PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES E REALIZAÇÕES
Construções e reformas	• Ampliação do 4º Pavimento do prédio Professora Therezinha de Castro.
Manutenção preventiva, preditiva e corretiva	• Serviço continuado de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas e da dependência da Escola Superior de Guerra.
Tecnologia da Informação e Comunicação	• -
Terceirização	• Serviços gerais de conservação e limpeza de áreas internas, esquadrias externas e hospitalares. • - Serviço continuado de apoio administrativo em cozinha e copa, para atender a Seção de Aprovisionamento.

HFA

OBJETO DA CONTRATAÇÃO	PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES E REALIZAÇÕES
Construções e reformas	• Adequação de parte do 3º andar do prédio de internação do Hospital das Forças Armadas (HFA).
Manutenção preventiva, preditiva e corretiva	• Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, das instalações prediais elétricas, hidrossanitárias e telefônicas; dos sistemas de gases medicinais, de geração de vapor e de prevenção contra e combate a incêndio do HFA.
Tecnologia da Informação e Comunicação	• Aquisição de software de gestão hospitalar customizado para o HFA.
Terceirização	• Fornecimento de refeições para pacientes e servidores do HFA; • Serviços de lavanderia hospitalar, limpeza, asseio e conservação das áreas administrativas e hospitalares do HFA.

Em decorrência das licitações realizadas foram firmados contratos, cujos principais blocos estão demonstrados a seguir:

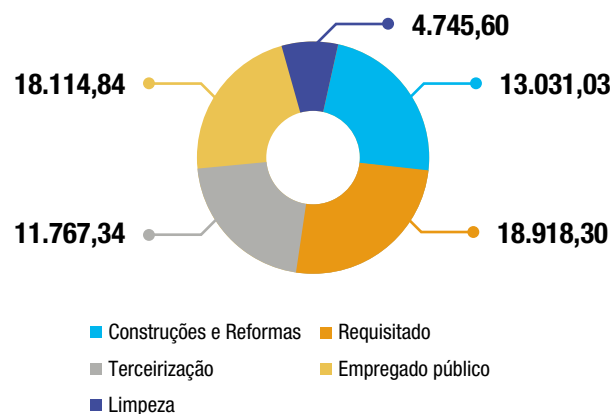



Gráfico 21 Contratos 2018 - ACMD (Fonte: Ministério da Defesa)

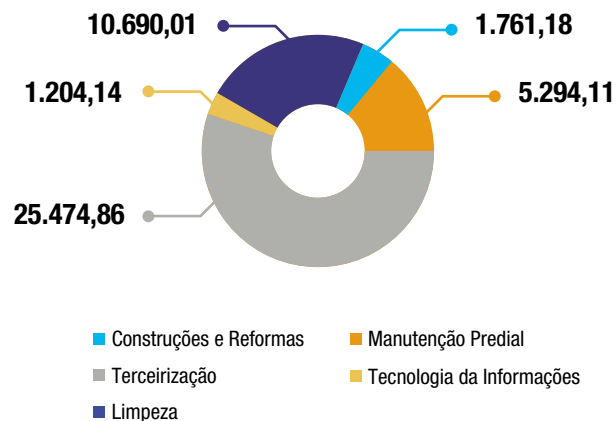



Gráfico 22 Contratos 2018 HFA (Fonte: HFA)

CONTRATAÇÕES DIRETAS

No exercício de 2018, houve um decréscimo de cerca de 82% das despesas pagas relativas às contratações na modalidade de Dispensa de Licitação e de 54% na de Inexigibilidade, em relação ao exercício de 2017, nas contratações diretas realizadas no âmbito da Administração Central do MD. No Hospital das Forças Armadas, houve incremento de 10% nas despesas referentes às contratações via Dispensa e de 23,11% por meio de inexigibilidade de contratações.

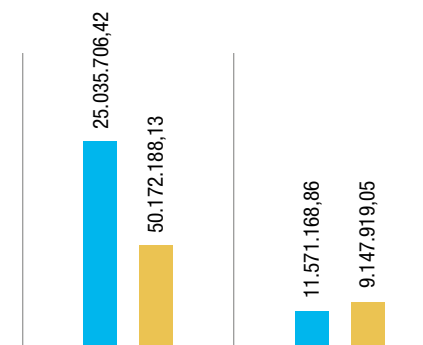



Gráfico 23 Contratações diretas - ACMD (Fonte: Ministério da Defesa)

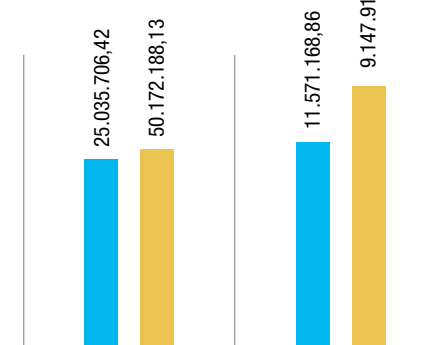



Gráfico 24 Contratações diretas - HFA (Fonte: HFA)

Desafios	Ações futuras
• Proporcionar suporte logístico adequado e eficiente à Administração Central do Ministério da Defesa, preservando o aspecto da economicidade; • Realizar os processos administrativos de forma eficiente e eficaz, visando atender ao princípio da economicidade e da eficiência.	• Prosseguir com a modernização dos processos; • Estabelecer controles eficazes; • Readequar a infraestrutura, a fim de proporcionar condições favoráveis ao aumento da produtividade e redução do custo operacional; • Investir em treinamento e capacitação do efetivo, visando aumentar a produtividade.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

Além das normas estruturantes (artigos 37, 70 e 75 da Constituição Federal; Lei Complementar nº 101/2000, Lei 4.320/64; Lei 8.429/92; Decreto-Lei nº 9.760/46; Decreto-Lei nº 200/67; Decreto nº 980/93; Decreto nº 9.373/2018); o MD orienta a gestão patrimonial e de infraestrutura de acordo com as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205/88 e na Instrução Normativa CGU nº 04, de 17 de fevereiro de 2009. Além disso, os atos de gestão patrimonial e de infraestrutura implementados no âmbito da Administração Central do MD, do Censipam, do HFA e da ESG guardam conformidade com a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93) e com o Decreto nº 7.983/2013.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS)

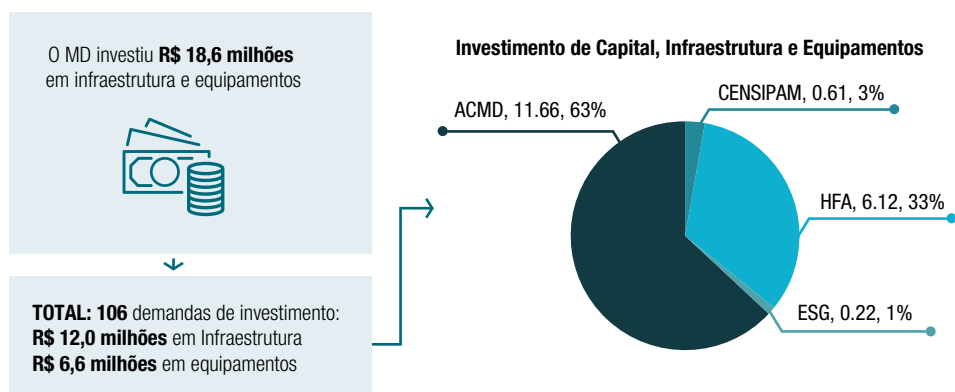



Figura 11 Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos)

Principais resultados:

- **ACMD:** Adequações no ed. Sede do MD, com modernização das instalações físicas, troca de revestimentos, conforto térmico e acústico; substituição do sistema de geração de energia elétrica de emergência; aquisições para o grupo motor gerador; instalação e reparos de ar condicionado;
- **Censipam:** Manutenção de infraestrutura predial e bom funcionamento dos quatro Centros, localizados em Brasília, Manaus, Porto Velho e Belém;
- **HFA:** Manutenção e reforma de Próprios Nacionais Residenciais; Reforma da Unidade de Tratamento Intensivo; Reforma da Central de Material de Esterilização;
- **ESG Brasília:** Campus estruturado, com início do processo de ampliação (ocupação parcial do 3º piso do Bloco O, Anexo do MD);
- **ESG Rio de Janeiro:** início do processo de ajuste das instalações físicas (ampliação do 4º piso no ed. Terezinha de Castro).

Os investimentos realizados visam alcançar os objetivos estratégicos de "Prover a administração central do Ministério da Defesa de infraestrutura física adequada às suas condições de trabalho" da ACMD; e de "Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura" do Censipam; "Aprimorar e otimizar continuamente a assistência à saúde prestada" e "Realizar a modernização das instalações, melhoria e manutenção de equipamentos em geral (Equipamentos, materiais e mobiliários)" do HFA; e "Implantar o campus Brasília" e "Reestruturar o campus Rio de Janeiro" da ESG.

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

O Ministério da Defesa realizou, em 2018, o desfazimento de bens móveis e imóveis, entre transferências, doações e baixas. Dentre os bens móveis desfeitos, destacam-se equipamentos eletrônicos e de informática, mobiliários de escritório e veículos. No que diz respeito ao desfazimento de bens imóveis, a ACMD transferiu à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), em 2018, três projeções e três lotes (R$128,3 milhões), e às Forças, duas projeções (R$ 69,9 milhões). Em troca, o MD firmou, junto à SPU, Protocolo de Intenções visando à transferência patrimonial de 70 imóveis da União para uso como Próprios Nacionais Residenciais. Os desfazimentos de bens ocorreram em conformidade com as orientações do Decreto n° 9.373, de 11 de maio de 2018, e da Orientação Normativa n° 03/DEADI, de 29 de setembro de 2004, a qual disciplina os procedimentos para gestão do patrimônio e do almoxarifado da administração cental do Ministério da Defesa

Processos de desfazimento de ativos	Os ativos desfeitos totalizaram
315	R$ 201,9 milhões

Desafios	Ações futuras
• Modernizar as instalações físicas e renovar o patrimônio mobiliário da Administração Central, com padronização, aperfeiçoamento e agilidade dos processos envolvidos; • Manter a estrutura de controle da gestão de bens patrimoniais das quatro unidades do Censipam, tendo em vista o quadro de pessoal reduzido para a execução das tarefas; • Capacitar o pessoal envolvido tanto no aspecto tecnológico quanto no que diz respeito à legislação vigente; • Diminuir o gasto com recursos materiais consumíveis; • Realizar leitura eficaz dos ambientes interno e externo ao HFA, e então realinhar adequadamente estrutura, processos e pessoas em função de um novo posicionamento pretendido; • Dar continuidade ao processo de melhoria das instalações, aquisição e substituição equipamentos necessários ao bom andamento das atividades da ESG.	• Revitalizar 100% da infraestrutura predial da Administração Central até 2025; • Prosseguir com o recebimento dos bens móveis e imóveis da época da criação do Comando da Aeronáutica utilizados pelo Censipam; • Prosseguir na modernização de ambientes e áreas sob a administração do HFA, buscando eliminar os desperdícios, adequar-se às normas preconizadas pelos órgãos governamentais e racionalizar o emprego de recursos; • Efetuar gestões visando à elevação do volume de recursos orçamentários destinados a investimento, considerando a ampliação das atividades de ensino e pesquisa da ESG.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL

A gestão de Tecnologia da Informação do Ministério da Defesa aplica um amplo conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, tais como: Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011; Decreto nº 7.845, de 14 de Novembro de 2012; o Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016; Decreto nº 9.637, de 26 de Dezembro de 2018; Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016; Portaria Normativa nº 1.688/MD, de 5 de Agosto de 2015; e Instrução Normativa MP/SLTI nº 4, de 11 de setembro de 2014. Além disso, são observados os normativos e padrões de Segurança da Informação editados pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

O Modelo de Governança de TIC do MD é dimensionado a partir das seis diferentes áreas do órgão: a ACMD; a Rede Operacional do EMCFA; a Rede de Inteligência do EMCFA; a ESG; o HFA e o Censipam. Importante esclarecer que a ACMD, a ESG, o HFA e o Censipam possuem estruturas próprias de governança de TIC e estruturas tecnológicas tecnicamente independentes.

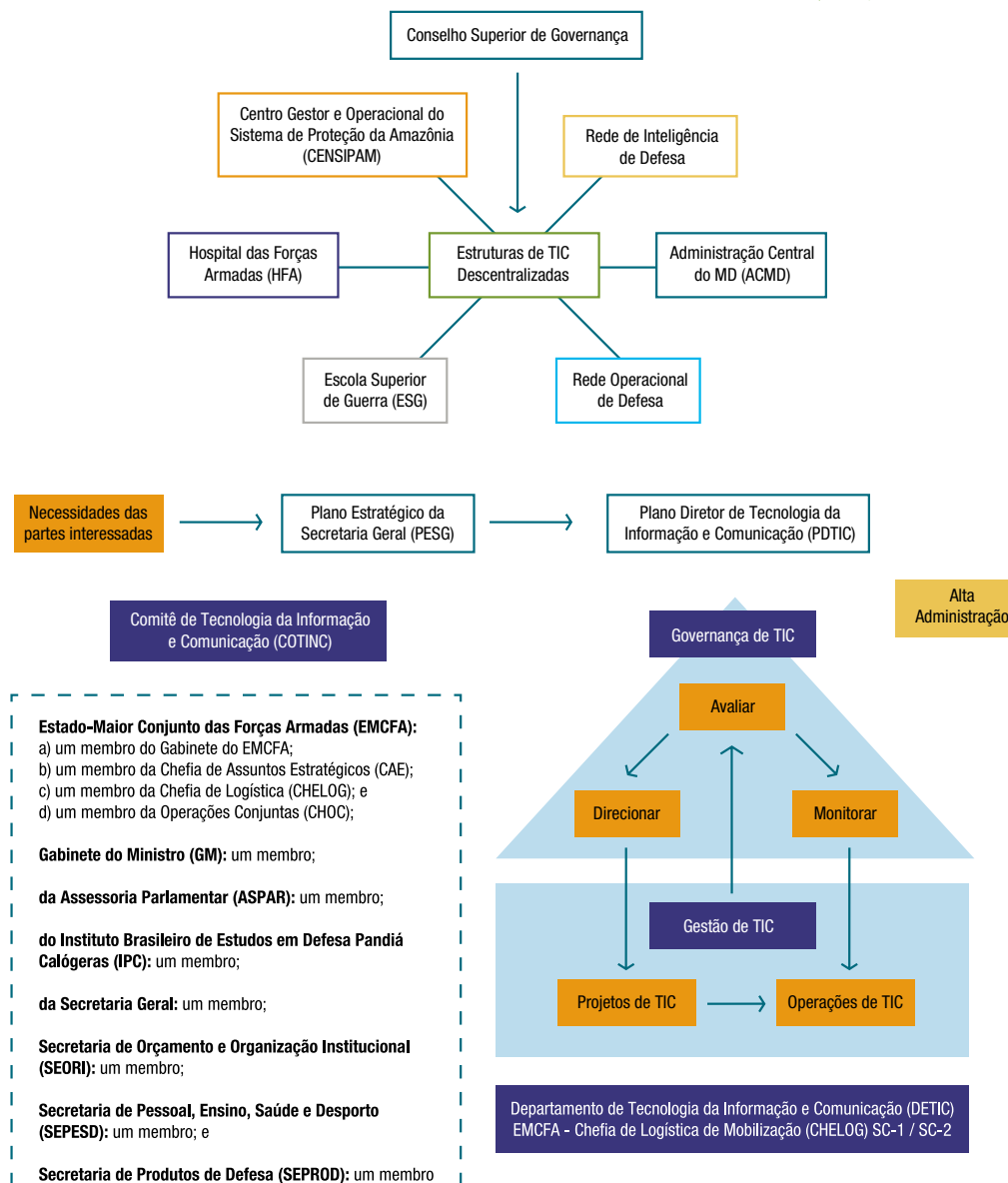



Figura 12 Modelo de Governança de TIC no MD

No âmbito da ACMD, o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - COTINC realiza reuniões ordinárias mensais, nas quais são debatidos, prioritariamente, o andamento dos projetos de TIC, de acordo com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e realizado o acompanhamento e o controle do Portfólio de TIC, a partir do Escritório de Projetos de TIC.

No Censipam, a principal instância é o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) que elabora e aprova políticas relativas à TIC, estabelecida pelo PDTIC, estabelece mecanismos para a comunicação e institucionalização, e monitora e avalia sistematicamente estas políticas.

Atualmente, no HFA, a Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) inicia os processos e realiza o acompanhamento das ações previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC (disponível na internet no link http://www.hfa.mil.br/acoes-e-programas) e apresenta nas reuniões do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), que é acionado conforme a necessidade do Hospital.

No que se refere à ESG, o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) é o responsável pela condução das tarefas relacionadas à governança e à gestão de TIC, conforme o Regimento Interno da ESG, aprovado pela Portaria nº 18/GAB/ESG, de 1º de fevereiro de 2016.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

Montante de Recursos Aplicados em TI (R$ milhão)				
Grupo de despesa	2017		2018	
	Empenhado	Pago	Empenhado	Pago
MD	**42,5**	**34,7**	**34,6**	**18,0**
Investimento	28,1	24,8	12,7	3,7
Custeio	14,4	9,9	21,9	14,3

Tabela 21 Montante de Recursos Aplicados em TI (Fonte: SIAFI Gerencial)

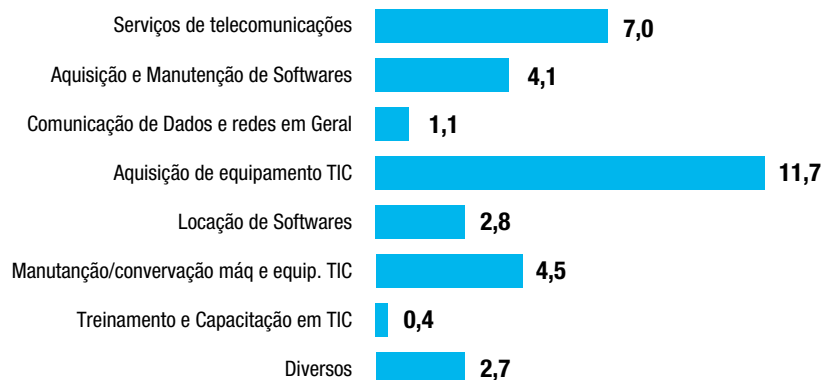



Gráfico 25 Gastos de TIC mais relevantes por ND (Fonte: SIAFI Gerencial)

Os recursos aplicados no exercício financeiro de 2018 foram distribuídos segundo as seguintes categorias: Serviços de Telecomunicação, Aquisição e Manutenção de Softwares, Comunicação de Dados e Redes em Geral e Aquisição de Equipamento TIC.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TIC

Administração Central (R$ milhão)	
Objeto	Valor
Renovação de licenças de softwares	2,6
Aquisição de solução para infraestrutura de rede	0,7
Serviço de garantia para equipamentos firewall	0,6
Aquisição de servidores de rack	0,3

HFA (R$ milhão)	
Objeto	Valor
Aquisição/renovação de licenças de softwares	0,8
Servidores de rede e switches	0,6
Outsourcing	0,4
Serviços de digitalização	0,4
Telecomunicações	0,3

Censipam (R$ milhão)	
Objeto	Valor
Monitoramento Territorial	8,9
Telecomunicações	7,5
Monitoramento Ambiental	1,9
Inteligência Tecnológica	0,2

HFA (R$ milhão)	
Objeto	Valor
Locação de Copiadoras	0,3
Soluções de segurança de rede	0,3
Telecomunicações	0,2

Tabela 22 Contratações mais relevantes de recursos de TIC (Fonte: ACMD, Censipam, HFA e ESG)

PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS DE TIC, POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

No âmbito da ACMD, a gestão da tecnologia da informação está vinculada aos objetivos estratégicos "Aprimorar a difusão de informação e dos serviços afetos à atuação do MD" e "Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicações, nas formas adequadas e nas quantidades necessárias para garantir a agilidade e a produtividade da ACMD". Em 2018, as principais iniciativas e resultados que contribuíram para o alcance dos objetivos estratégicos foram:

Principais iniciativas na área de TIC (sistemas e projetos)	Principais resultados (benefícios e impactos)
Manutenção da infraestrutura tecnológica para viabilizar o funcionamento do e-SIC.	Disponibilização de infraestrutura para funcionamento do e-SIC.
Gerenciamento dos serviços ofertados no Portal servicos.gov.br.	Disponibilização de serviços públicos digitais: Alistamento Militar online, Sistema de Aerolevantamentos e Boletins Climáticos da região Amazônica.
Suporte tecnológico ao plano de Dados Abertos.	Conjunto de dados abertos disponíveis para consultas e pesquisas.
Implantação da Autoridade Certificadora de Defesa (AC-Defesa).	Manutenção da segurança da informação, em particular, dos documentos oficiais gerados no âmbito do MD.
Implantação de outsourcing de impressões e digitalização.	Racionalização de meios, otimização de recursos, melhoria dos processos de distribuição e de manutenção de equipamentos e materiais.
Manutenção de licenças de Sistema para Catalogação de materiais de uso militar compatível com o sistema da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN.	Melhorias nos processos de catalogação de materiais de uso militar.
Disponibilização de acesso ao Sistema de Protocolo de Documentos via Internet.	Transparência e melhoria na infraestrutura de acesso aos expedientes e documentos de trabalho.
Implantação de solução tecnológica para o apoio ao Transporte de Pessoal na ACMD (TaxiGov).	Otimização e racionalização de recursos no transporte de pessoal.
Implantação de Escritório de Gerenciamento de Projetos de TIC.	Melhoria no controle e no monitoramento das ações previstas no PDTIC.
Implantação do Sistema de Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional – SISCLATEN.	Ampliação da Segurança e da confiabilidade da informação sobre os Levantamento Aeroespaciais
Implantação do software de controle de Banco de Dados para armazenamento e administração de documentos classificados, utilizando criptografia de Estado - Sistema Guardião.	Aperfeiçoamento dos controles dos documentos com criptografia de estado.

Tabela 23 Principais iniciativas e resultados na área de TIC – ACMD (Fonte: ACMD)

No Censipam, as principais iniciativas e resultados são apresentadas por cadeia de valor, conforme abaixo:

Cadeia de Valor	Principais iniciativas na área de TIC (sistemas e projetos)	Principais resultados (benefícios e impactos)
Telecomunicações	Ampliação e sustentação do parque de terminais de comunicação satelital distribuídos na Amazônia	Melhor integração das unidades desconcentradas dos órgãos e entidades parceiros do SIPAM. Terminais satelitais instalados: 448
Monitoramento Ambiental	Aperfeiçoamento do Sistema de Monitoramento e Alerta Hidrometeorológico – SipamHidro; Modernização, ampliação e sustentação do sistema Terascan, utilizado para recepção e geração de produtos ambientais satelitais.	Adequado apoio à Defesa Civil; Disponibilização de mais informações de interesse da população
Monitoramento Territorial	Preparação dos sítios para instalação das antenas do projeto Amazônia-SAR; Avanço no processo de produção do SipamSAR; Infraestrutura de nuvem privada para processamento e armazenamento do SipamSAR.	Viabilizar a implantação das antenas do projeto Amazônia-SAR, que permitirão a recepção direta de dados brutos de satélites radar, resultando na autonomia ao Brasil em relação à recepção e processamento de imagens radar satelitais.
Inteligência Tecnológica	Sustentação da solução de análise investigativa Intelletotum (IDSEG).	Integração de dados estruturados e não estruturados e auxílio na mineração de dados, atividades de suporte essenciais para a Inteligência Tecnológica.
Sistematização de Informações	Sustentação do banco de dados e geoserviços para disponibilização de dados aos parceiros.	Disponibilização em tempo real, para os órgãos parceiros, de imagens e análises realizadas.

Tabela 24 Principais iniciativas e resultados na área de TIC – Censipam (Fonte: Diretoria Técnica/Censipam)

O HFA, com os objetivos estratégicos de "Implantar, modernizar e revitalizar a área de TI do HFA com uma rede de informática eficaz, com vistas a integrar todos os setores hospitalares, para fornecer informações assistenciais (Prontuário Eletrônico), gerenciais (Indicadores), administrativas e de recursos humanos" e de "Aprimorar o programa de Tecnologia da Informação (TI) em apoio a todas as outras áreas", se empenhou para implementação de iniciativas que permitissem atender também ao PDTIC. As principais iniciativas e seus respectivos resultados, em 2018, são:

Principais iniciativas na área de TIC (sistemas e projetos)	Principais resultados (benefícios e impactos)
Manutenção e atualização da infraestrutura de TI do HFA.	Revitalização da rede lógica do HFA; promoção de apoio técnico à área de ensino e pesquisa na ocasião da instalação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP)/ Rede Universitária de Telemedicina (RUTE); e contratação de solução de servidores e swiches.
Manutenção e atualização da segurança da informação do HFA.	Melhoria da segurança da informação
Evolução, manutenção e suporte do Sistema de Gestão Hospitalar.	Manutenção das atualizações para o Sistema de Gestão Hospitalar; e contratação e aquisição de materiais de infraestrutura para apoio e suporte de TIC.
Aquisição e renovação de licenças de software.	Licenças: Autocad; Revit BIM; CorelDrawGraphicsSuite; Sisdea Windows (Pelli Sistemas Engenharia); Antivírus; Windows Server 2008/2012; VMWare; Microsoft Office.

Tabela 25 Principais iniciativas e resultados na área de TIC – HFA (Fonte: HFA)

Visando alcançar os Objetivos estratégicos “Modernizar os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação”; “Desenvolver a cultura de inovação”; e “Modernizar os métodos e as técnicas de ensino-aprendizado”, previstos para o período 2016-2019, a ESG apresenta as principais iniciativas executadas em 2018:

Principais iniciativas na área de TIC (sistemas e projetos)	Principais resultados (benefícios e impactos)
Integração entre os *campi* Rio de Janeiro x Brasília.	Uso de videoconferência e web conferência para complementar os cursos presenciais, minimizando os recursos destinados a transporte e hospedagem de palestrantes externos.
Interligação entre as redes dos campi Rio de Janeiro e Brasília.	Tramitação eletrônica de documentos.
Interligação da central telefônica da ESG Rio de Janeiro com a central do MD	Comunicação sem custo com o Campus Brasília, Ministério da Defesa, Marinha do Brasil e Exército Brasileiro.
Ampliação do uso da plataforma de ensino digital.	Disponibilização de plataforma de ensino digital para uso em ensino presencial, além do ensino à distância.
Implantação da Biblioteca Virtual	Divulgação da produção acadêmica da ESG para a sociedade.

Tabela 26 Principais iniciativas e resultados na área de TIC – ESG (Fonte: ESG)

Além do MD participar como membro titular do Comitê Gestor de Segurança da Informação da Presidência da República - CGSI/PR, no âmbito da ACMD, foi instituído o Gestor de Segurança da Informação e Comunicações - GSIC e o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSIC, que se reúnem, mensalmente, para tratar de assuntos de interesse da área de Segurança da Informação do Ministério da Defesa. Além disso, algumas ações, visando conscientizar os servidores sobre as boas práticas de Segurança de Informação, foram implantadas, dentre as quais, destacam-se: “Dica do Dia” e informações de segurança nas TVs dos corredores do MD.

No que diz respeito ao Censipam, o Centro tem representação no CSIC/MD e segue a Política de Segurança da Informação e da Comunicação do Ministério da Defesa. Em relação à segurança da informação, o Censipam utiliza plataforma integrada de segurança (*Next Generation Firewall*) para controlar o tráfego entre as diversas redes, como as redes locais dos centros, as redes metropolitanas (Infovia, Redecomep, Metrobel, etc.) e as redes de grande abrangência (Internet e rede VSAT do Censipam). Essa plataforma permite que a comunicação entre os Centros do Censipam utilize tecnologia criptográfica, criando redes de túneis privados, permitindo comunicação segura e de muito menor custo. No tocante à segurança orgânica, existe controle de acesso eletrônico para as salas técnicas, onde encontram-se os equipamentos centrais de TIC.

No âmbito do HFA, foi criada a Seção de Segurança da Informação, cujas atribuições visam disponibilizar diretrizes, políticas, planos e procedimentos de segurança da informação e comunicações, inclusive a Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC, que está alinhada às orientações da Política de Segurança da Informação e Comunicações da Administração Central do Ministério da Defesa.

Na ESG, o gerenciamento da segurança da informação é balizado por meio da Política de Segurança das Informações e Comunicações - PSIC e é realizada com ferramentas/processos controlados e mantidos sob a tutela do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC. Os aspectos ligados à confidencialidade, integridade e disponibilidade estão garantidos pelas tecnologias empregadas, pela política de preservação/backup e pelo controle de acesso interno e/ou externo aos sistemas/informações. Em 2018, iniciou-se a melhoria e reestruturação da infraestrutura (substituição de switches) e segurança (substituição de firewall e adoção de novo sistema de diretórios), na qual introduziu a prática de documentação de servidores e serviços de rede, realizando o mapeamento de serviços internos e externos disponíveis para os usuários.

Desafios	Ações futuras
ACMD • Buscar inovações voltadas para o emprego dos dados de maneira inteligente; • Melhorar procedimentos de atendimento ao usuário final; e • Inserir nos planejamentos vindouros a aplicação de boas práticas e o emprego de ferramentas destinadas para o suporte aos processos de atendimento ao usuário.	ACMD • Buscar a integração dos meios físicos, com vistas à melhoria dos controles, à otimização no emprego dos recursos para a manutenção dos equipamentos e segurança da informação; • Buscar a integração lógica dos dados, iniciando-se por uma mudança cultural no tratamento das informações institucionais; e • Elaborar e aperfeiçoar um ambiente tecnológico proporcional ao volume e à importância dos dados.
Censipam • Executar alto número de projetos e contratações diante da redução progressiva do quadro de pessoal; e • Manter a operacionalidade e modernização do parque tecnológico diante da redução progressiva do orçamento.	Censipam • Conceber e implementar estratégia de terceirização de serviços operacionais de TIC; e • Migrar a infraestrutura de TI para uma estrutura híbrida de computação em nuvem.
HFA • Contratar sala segura ou contêiner para o ambiente de servidores (CPD); • Ampliar capacidade de Storage e Backup; e • Adequar/ampliar o efetivo de pessoal da área de TI.	HFA • Planejar a contratação da sala segura ou contêiner para o ambiente de servidores (CPD); • Planejar a contratação da ampliação da capacidade de Storage e Backup; e • Buscar a alocação de mais dois militares ao ano, pelo período de cinco anos.
ESG • Dar continuidade ao investimento em equipamentos de TIC; • Modernizar a infraestrutura de redes de dados da ESG; e • Estruturar o setor de TIC com mão de obra na quantidade e com a capacitação necessária à condução das atividades.	ESG • Criar uma Seção de Governança para concentrar as diversas demandas de TIC, liberando as demais sessões para as respectivas atividades técnicas; e • Buscar recursos para aquisição de estações de trabalho e modernização da rede local.

GESTÃO DE CUSTOS

A Gestão de Custos do Ministério da Defesa está alinhada ao Objetivo Estratégico “Fortalecer a Gestão Orçamentária”, componente do Planejamento Estratégico da Secretaria Geral do Ministério da Defesa, para o triênio 2017 a 2019.

O Sistema de Custos tem como objetivo proporcionar conteúdo informacional, para subsidiar as decisões governamentais de alocação mais eficiente de recursos, e gerar as condições para melhoria da qualidade do gasto público. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101, de 4/5/2000) determina que a Administração Pública mantenha sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011, instituiu o Sistema de Custos do Governo Federal, cujas competências foram detalhadas na Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011.

No âmbito do Ministério da Defesa, as atividades de órgão setorial de custos são exercidas pela Divisão de Contabilidade (DICONT) do Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças, da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, conforme estabelecido no Inciso XI, art. 33, do Anexo VIII da Portaria Normativa nº 564/MD, de 12 de março de 2014. Nesse sentido, a Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, por meio da DICONT, desenvolveu ações para incrementar a utilização das informações de custos no âmbito da ACMD. Dessa forma, em 2017, foram iniciadas as tratativas junto à ESG para implantação do Projeto-Piloto de Centro de Custos Personalizados, com a finalidade de estabelecer uma estrutura de custos tendo sido concluída a sua implantação em 2018.

Assim, os Centros de Custos da ESG foram divididos em duas categorias: atividades finalísticas e atividades de suporte. Foram definidas como finalísticas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo possível relacionar os cursos regulares e as atividades de produção e participação em pesquisas e em extensão da Instituição. De forma similar, foi elaborada a estrutura de suporte, contemplando o assessoramento militar, controle institucional, desenvolvimento da gestão, comunicação social, relações institucionais e administração. Dessa forma, a estrutura de custos da ESG passou a apresentar uma codificação acessível e de simples assimilação pelos setores, facilitando a sua implantação.

O início da implantação do Projeto-Piloto, ocorreu em março de 2018, concomitante com a capacitação dos integrantes da Escola e com a publicação de normativo interno (Orientação Normativa nº 108/DA/ESG, de 1º de março de 2018). Essa norma contém a estrutura da codificação dos Centros de Custos e a rotina processual de pedidos de aquisição de material e contratação de serviços a ser seguida pelos setores da ESG, sempre com a utilização dos centros de custos personalizados, cujos registros tornam possíveis a apuração dos custos das atividades e subsidiam gestores com informações gerenciais. Com relação à estimativa de custos por área de atuação, demonstrando a distribuição dos recursos consumidos entre as áreas finalísticas e de suporte, foram apurados os seguintes valores parciais em 2018 (nos meses de março a dezembro):

Custos por tipo de atividade		
Atividade	**Custo (R$)**	**Variação (%)**
Atividades Finalísticas	**1.518.029,59**	**22,0**
Apoio ao ensino e à pesquisa/extensão	324.790,34	4,7
Ensino	1.119.293,07	16,2
Pesquisa e Extensão	73.946,18	1,1
Atividades de Suporte	**5.392.804,31**	**78,0**
Administração	4.829.130,51	69,9
Gestão e Controle Institucional	563.673,80	8,2
Total	**6.910.833,90**	**100,0**

Tabela 27 Custos por tipo de atividade (Fonte: SIC)

A atividade finalística representa 22% dos custos anuais da Unidade em 2018; e a atividade de suporte, 78%. Cabe mencionar que (i) os registros ocorreram a partir de março de 2018, com a implantação do Projeto-Piloto na ESG; e (ii) os custos indiretos são alocados às atividades administrativas (suporte) e não às finalísticas, não havendo rateio de custos.

Em uma análise detalhada das atividades finalísticas, releva mencionar que as atividades de pesquisa e extensão carecem de aporte maior de recursos, considerando a relevância do tema para o reconhecimento da Escola como Instituição de Altos Estudos, sem prejudicar as atividades dos cursos da ESG. O quadro a seguir detalha a distribuição dos custos nas atividades finalísticas e nas de suporte:

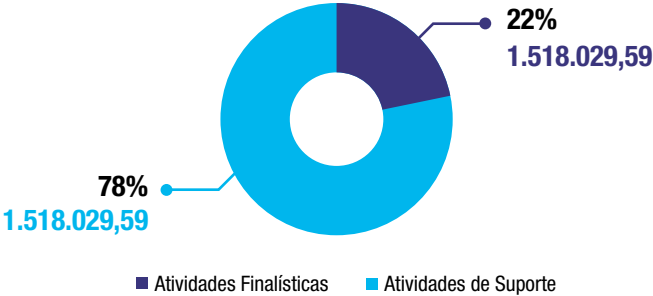



Gráfico 26 Custos por atividade (Fonte: SIC)

No que se refere à vinculação aos Programas Governamentais, as atividades da Escola encontram amparo, em sua maior parte, na Ação 2055 – Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra, do Objetivo 1113 – Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional, do Programa 2058 – Defesa Nacional (PPA 2016-2019); e na Ação 2000 – Administração da Unidade, do Programa 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.

Desafios	Ações futuras
• Tornar a alocação de recursos mais eficientes; e • Melhorar continuamente a qualidade dos gastos públicos.	• Implantar melhorias, agilizar processos e facilitar o planejamento da ESG, com base nas análises dos custos e comparações com exercícios anteriores e com outras organizações congêneres; • Consolidar o Projeto Piloto de Centro de Custos Personalizados na ESG; • Ampliar o universo de Unidades do MD que utilizam a metodologia de centro de custos personalizados; e • Ofertar informações mais consistentes nas bases de dados dos sistemas estruturantes integrados ao SIC.

GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

CONFORMIDADE LEGAL

A ACMD, o Censipam, o HFA e a ESG, na realização de contratações e aquisições, observaram as diretrizes inerentes à sustentabilidade ambiental contidas nas Leis nº 6.938/1981 e 12.305/2010; nos Decretos nº 2.783/1998, 5.940/2006 e 9.178/2017, e nas Resoluções CONAMA nº 275/2001, 307/2002, 358/2005.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

Em 2018, duas iniciativas trouxeram significativos ganhos para a sustentabilidade ambiental da ACMD: a instituição do "Processo de Pagamento Digital" e a instalação do "Outsourcing de Impressão".

Os processos de pagamento a cargo da Coordenação de Orçamento e Finanças - COFIN eram inicialmente constituídos por documentos físicos (impressos), em duplicidade aos documentos digitais (digitalizados ou eletrônicos) incluídos no Sistema SEI. A instituição do "processo

de pagamento digital" propiciou, dentre outras vantagens, a melhoria no desempenho dos processos de pagamento, a redução de consumo de papel e toner de impressora, a redução do manuseio de processos físicos e a ocupação de espaços no arquivo geral.

A instalação do outsourcing de impressão, além da redução de custos administrativos, proporcionou a substituição de 37 diferentes modelos de equipamentos por apenas 4; a redução do parque de impressão de 465 equipamentos para 130; a eliminação do estoque e logística dos insumos consumíveis; e a eliminação da necessidade de contratação de serviços de manutenção e assistência técnica de equipamentos.

ENERGIA ELÉTRICA

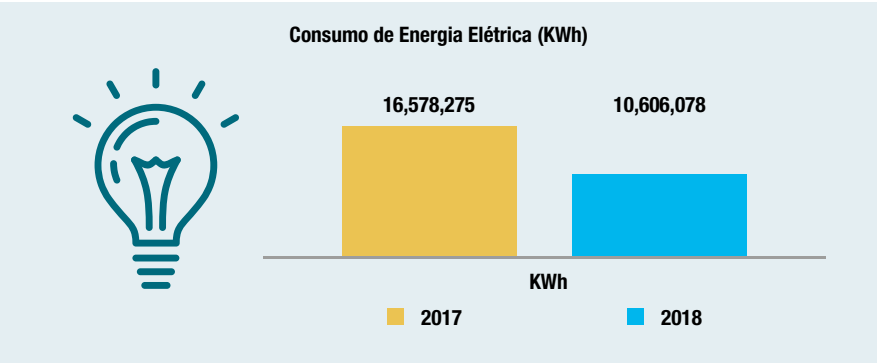



Gráfico 27 Consumo de Energia Elétrica (KWh) (Fonte: Ministério da Defesa)

Iniciativas adotadas para reduzir o consumo de energia elétrica

- Substituição de lâmpadas fluorescentes e lâmpadas eletrônicas por LED nas instalações do nos Blocos "Q" e "O", da Esplanada dos Ministérios (28,14%), HFA (15%) e Censipam (97%).
- Substituição de ar-condicionado de janela por modelo splits, nas instalações do nos Blocos "Q" e "O", da Esplanada dos Ministérios (42,59%) e HFA (95%).

ÁGUA E ESGOTO

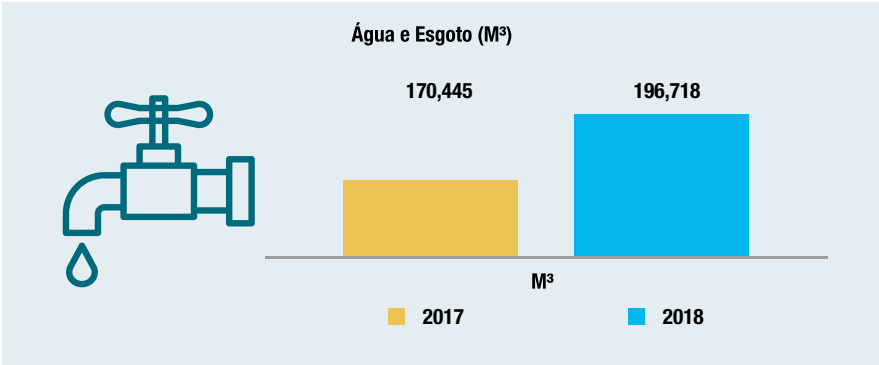



Gráfico 28 Água e Esgoto (Fonte: Ministério da Defesa)

Iniciativas de redução de consumo de água

- Substituição de torneiras comuns por torneiras com válvula de acionamento automático, nas instalações dos Blocos "Q" e "O", da Esplanada dos Ministérios (86,97%), HFA (5%) e Censipam (100%);
- Instalação de Bacias sanitárias com caixa acoplada e descarga dual flux, nas instalações do nos Blocos "Q" e "O", da Esplanada dos Ministérios (86,40%) e HFA (8%);
- O HFA utiliza água proveniente de poço artesiano para abastecer a lavanderia do Hospital;
- Redução das regas das áreas ajardinadas no período de seca, nas instalações dos Blocos "Q" e "O", da Esplanada dos Ministérios.

Causas do aumento no consumo de água

- Ampliação da quantidade de pessoas, no Bloco "O", da Esplanada dos Ministérios, em função dos Cursos ministrados pela ESG, ao longo de 2018;
- Problemas pontuais de vazamentos e rompimento de caixa d'água, já sanados em 2018.

RESÍDUOS POLUENTES

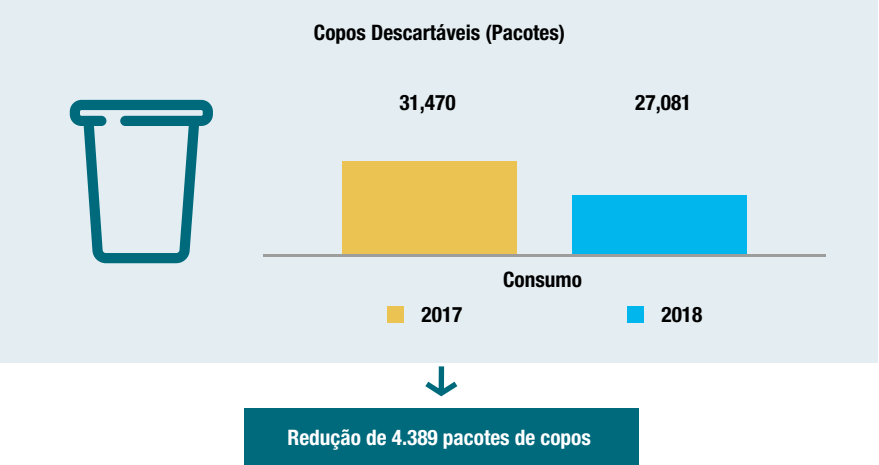



Gráfico 29 Resíduos poluentes(Fonte: Ministério da Defesa)

Iniciativas visando a redução do consumo de copos descartáveis:

- Realizada campanha de conscientização "adote um copo", pelo Hospital das Forças Armadas;
- Retirada dos dispositivos de armazenamento de copos descartáveis, dos bebedouros, nas instalações do nos Blocos "Q" e "O", da Esplanada dos Ministérios.

CÓPIAS E PAPEL

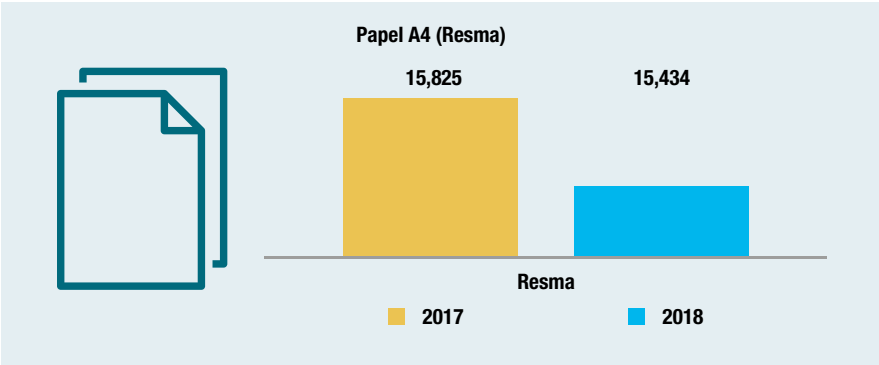



Gráfico 30 Consumo de Cópias e Papel (Fonte: Ministério da Defesa)

Redução de impressoras e papel

- Diminuição do parque de impressão de 465 equipamentos para 130;
- Diminuição de 391 resmas de papel A4, em 2018, somadas as Unidades do Ministérios, HFA, Censipam e ESG.

INICIATIVAS PARA REDUZIR O CONSUMO DE PAPEL:

- Implantação nos Blocos "Q" e "O", da Esplanada dos Ministérios e no Hospital das Forças Armadas, do modelo outsourcing de impressão; e
- Instituição do "Processo de Pagamento Digital".

DESCARTE DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

- As Unidades da Administração Central do MD adotam coleta seletiva de lixo;
- Existem coletores de pilhas e baterias no Censipam e na ESG;
- Os resíduos da construção civil são descartados em estrita consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Redução de impressoras e papel

- Diminuição do parque de impressão de 465 equipamentos para 130;
- Diminuição de 391 resmas de papel A4, em 2018, somadas as Unidades do Ministérios, HFA, Censipam e ESG.

Desafios	Ações futuras
• Reduzir o consumo de água, energia elétrica, papel e copos descartáveis em todas as Unidades da Administração Central do Ministério da Defesa	• Intensificar campanhas de redução de consumo de água, energia elétrica, papel e copos descartáveis em todas as Unidades da Administração Central do Ministério da Defesa; e • Prosseguir com a substituição de torneiras comuns por torneiras com válvula e com a instalação de bacias sanitárias com caixa acoplada e descarga dual flux de acionamento automático, em todas as unidades da Administração Central do MD.

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL

CAPÍTULO 4

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

RENATO PONTES DIAS

O Ministério da Defesa é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica. Está inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o número 03.277.610.0001/25 e está localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco Q – Edifício Sede.

A Divisão de Contabilidade (DICONT/MD), de acordo com o Decreto n° 9.570, de 20 de novembro de 2018 (inserir link para http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9570.htm), compõe a estrutura do Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF), da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI), que, conforme o Inciso X do Artigo 32, exerce a função de órgão setorial de contabilidade do Ministério da Defesa.

As Demonstrações Contábeis do Ministério da Defesa – DCON foram emitidas a nível de Órgão e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UG) constantes da tabela abaixo no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI):

SG	110404	Departamento de Administração Interna	DEADI
	110407	Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças	DEORF
	110594	Departamento do Programa Calha Norte	DPCN
	111415	Fundo do Ministério da Defesa	FMD
EMCFA	110406	Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa	RBJID
	113413	Fundo do Serviço Militar	FSM
ESG	110402	Escola Superior de Guerra	ESG
CENSIPAM	110511	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	CENSIPAM
	110572	Centro Regional de Porto Velho	CR/PV
	110573	Centro Regional de Manaus	CR/AM
	110586	Centro Regional de Belém	CR/BL
HFA	112408	Hospital das Forças Armadas	HFA

Tabela 28 Unidades Administrativas e respectivas UG Executoras do Ministério da Defesa

As Demonstrações Contábeis do Ministério da Defesa foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; do Decreto nº 93.872/1986; da Lei nº 10.180/2001; e da Lei Complementar nº 101/2000, e abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI, ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

DECLARAÇÃO

De acordo com as análises realizadas no balancete contábil, nas demonstrações contábeis e nos auditores contábeis do SIAFI, DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante à:

a) Restrição 653 – Saldo Alongado/Indevido Contas de Controle na U.G. 110404: O saldo alongado na Conta Contábil 89992.02.02 – Bens Móveis Enviados deve-se à falta de registro de recebimento dos bens móveis enviados.[1]

1 A restrição 653 foi regularizada no primeiro semestre de 2019, conforme confirmação de recebimento dos bens, pela unidade recebedora.

b) Restrição 707 - Saldo Invertido – Classe 8 na UG 110407: Saldo Invertido nas Contas Contábeis 82212.01.00 – Liberação e Repasse a Programar e 82221.0100 – Recebimento de Cotas a Programar. Refere-se a registro automático de baixa de repasse diferido e cota diferida inscritos no exercício anterior.[2]

c) Restrição 318 – Não Atendimento de Orientação de Órgão de Contabilidade Setorial / Central na UG 110594: Não atendimento às orientações realizadas pela Setorial Contábil/ MD, referentes aos processos n° 60544.000004/2018-18 e n° 60544.000055/2018-31.

d) Restrição 615 – Falta de Atualização de Valores do Ativo Não Circulante na UG 110594: A atualização de valores na Conta Contábil 12121.05.08 – Crédito a Receber por Falta/ Irregularidade de Comprovação – não foi efetivada ao final do exercício de 2018, descumprindo o acordado em conformidade aos processos n° 60544.000004/2018-18 e n° 60546.000055/2018-31.[3]

e) Restrição 603 – Saldo Contábil do Almoxarifado não confere com Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) na UG 112408: Saldo Contábil do Almoxarifado não confere com RMA. Cabe ressaltar que o Hospital das Forças Armadas (HFA) está em processo de implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS), não tendo ainda migrado os saldos em sua totalidade. Existe, ainda, uma peculiaridade quanto à atividade hospitalar que possui grande variedade de materiais hospitalares que são controlados internamente.[4]

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília/DF, 29 de janeiro de 2019.
Renato Pontes Dias
CRC/DF nº 11.149/O-4
Gerente de Contabilidade do Ministério da Defesa

---

[2] A restrição 707 se refere a registros contábeis de controle, Grupo 8 SIAFI, ao longo de 2018, cujo saldo foi zerado em janeiro de 2019.

[3] As providências relativas às restrições 318 e 615 serão adotadas até o final do exercício de 2019, após cálculo e registro da atualização monetária dos créditos a receber por irregularidades apuradas em convênios da unidade gestora.

[4] As providências relativas à restrição 603 serão adotadas até o final do exercício de 2019, após a migração de dados do sistema próprio da unidade gestora para o sistema SIADS.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

R$ milhares

ATIVO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		**291.392**	**288.238**
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	240.828	247.431
Créditos a Curto Prazo		23.121	17.779
Clientes	02	23.121	17.749
Créditos de Transferências a Receber		-	30
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		3.035	647
Estoques	03	24.407	22.240
VPDs Pagas Antecipadamente		-	141
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**1.275.265**	**1.259.907**
Ativo Realizável a Longo Prazo	02	120.649	53.564
Créditos a Longo Prazo		706	280
Clientes		706	280
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		119.944	53.284
Imobilizado	04	652.843	668.262
Bens Móveis		168.691	181.742
Bens Móveis		325.224	302.863
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis		-156.533	-121.121
Bens Imóveis		484.152	486.519
Bens Imóveis		509.642	504.300
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Imóveis		-25.490	-17.781
Intangível	05	501.773	538.082
Softwares		14.959	14.788
Softwares		17.678	16.439
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-2.719	-1.651
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		486.814	523.294
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		547.209	547.209
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-60.396	-23.915
TOTAL DO ATIVO		**1.566.657**	**1.548.146**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		**158.291**	**89.371**
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	06	15.412	80
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		1.214	1.836
Demais Obrigações a Curto Prazo	07	141.665	87.455
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		**158.291**	**89.371**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	08		
Resultados Acumulados		1.408.367	1.458.775
Resultado do Exercício		-25.081	-509.839
Resultados de Exercícios Anteriores		1.458.911	2.673.231
Ajustes de Exercícios Anteriores		-25.463	-704.618
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.408.367**	**1.458.775**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.566.657**	**1.548.146**

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

R$ milhares

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2018**	**2017**	**ESPECIFICAÇÃO**	**2018**	**2017**
ATIVO FINANCEIRO	240.828	247.431	PASSIVO FINANCEIRO	867.164	834.215
ATIVO PERMANENTE	1.325.829	1.300.714	PASSIVO PERMANENTE	4.165	3.723
			SALDO PATRIMONIAL	**695.328**	**710.208**

Fonte: SIAFI

DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL POR FONTE DE RECURSO

Do déficit financeiro apresentado, cerca de **43%** são de obrigações suportadas por **recursos vinculados** por lei e **57%** são de **recursos ordinários.**

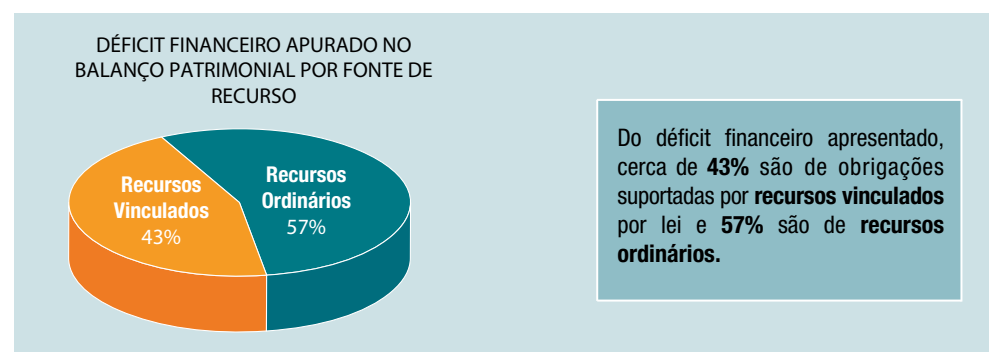



Gráfico 31 Déficit Financeiro - Fonte: SIAFI

Quadro do Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

R$ milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-358.997**
Recursos Vinculados	**-267.338**
Seguridade Social (Exceto Previdência)	92
Previdência Social (RPPS)	99
Recursos de Receitas Financeiras	-177.995
Operação de Crédito	-113.500
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	23.909
Outros Recursos Vinculados a Fundos	57
TOTAL	**-626.336**

Quadro das Contas de Compensação

R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	121.797	92.789
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	28.955	22.647
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	92.271	68.439
Direitos Contratuais a Executar	571	1.702
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**121.797**	**92.789**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.058.841	1.059.638
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	793.479	752.734
Obrigações Contratuais a Executar	265.362	306.904
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**1.058.841**	**1.059.638**

Fonte: SIAFI

No Balanço Patrimonial do Órgão 52000 - Ministério da Defesa, são apresentadas as demonstrações dos ativos e passivos e a evolução de 2018 em relação a 2017. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, enquanto os passivos abrangem os saldos das obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira da entidade.

Conforme evidenciado no gráfico abaixo, o Ministério da Defesa encerrou o exercício de 2018 com um ativo real líquido da ordem de R$ 1,41 bilhões, representado um decréscimo em torno de 3,45%, em relação ao valor de 2017 (R$ 1,46 bilhões). A diferença se refere, dentre outros fatores, ao acréscimo dos saldos das contas de convênios a pagar que apresentaram uma ampliação de R$ 54,21 milhões e das contas de obrigações trabalhistas, R$ 15,33 milhões, em contrapartida ao aumento do ativo, no valor de R$ 18,51 milhões.

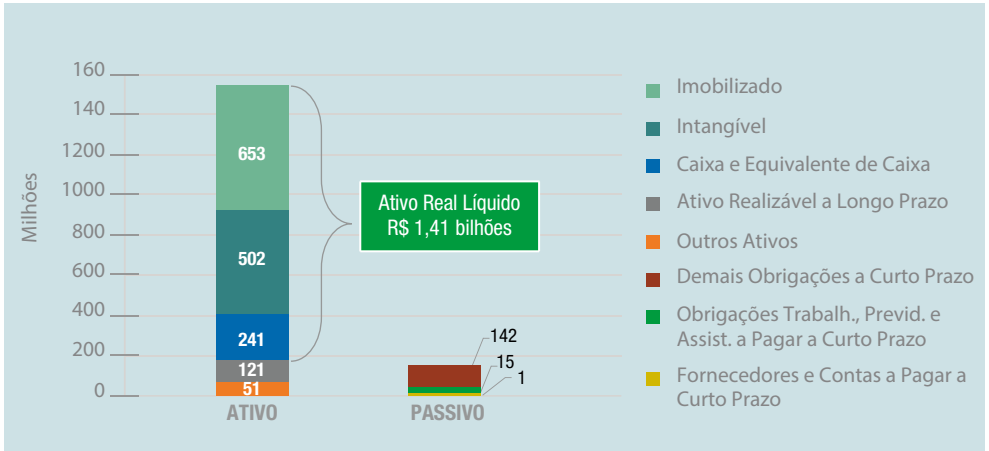



Gráfico 32 Evidenciação do Ativo Real Líquido - Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2018	2017
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		**11.302**	**6.006**
Taxas		11.302	6.006
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		**28.439**	**14.804**
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		28.439	14.804
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		**54.882**	**5.526**
Juros e Encargos de Mora		18.633	564
Variações Monetárias e Cambiais		33.664	925
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		2.585	4.038
Transferências e Delegações Recebidas	09	**96.496.110**	**86.545.051**
Transferências Intragovernamentais		96.480.257	86.468.049
Transferências das Instituições Privadas		30	33.436
Outras Transferências e Delegações Recebidas		15.823	43.566
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		**2.100**	**1.877**
Reavaliação de Ativos		138	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.935	1.067
Ganhos com Desincorporação de Passivos		27	810
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		**43.295**	**51.611**
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		43.295	51.611
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		**96.636.127**	**86.624.875**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2018	2017
Pessoal e Encargos		**228.301**	**232.856**
Remuneração a Pessoal		172.595	176.397
Encargos Patronais		33.248	33.753
Benefícios a Pessoal		21.970	21.523
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		488	1.183
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		**47.049**	**43.227**
Aposentadorias e Reformas		38.745	34.926
Pensões		8.152	8.131
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		153	171
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		**268.963**	**242.069**
Uso de Material de Consumo		36.717	32.176
Serviços		162.474	150.971
Depreciação, Amortização e Exaustão		69.772	58.922
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		**1.213**	**667**
Variações Monetárias e Cambiais		1.212	647
Descontos Financeiros Concedidos		0	20
Transferências e Delegações Concedidas	09	**96.106.876**	**86.602.517**
Transferências Intragovernamentais		95.771.505	86.235.128
Transferências Intergovernamentais		328.147	192.654
Outras Transferências e Delegações Concedidas		7.224	174.735
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		**4.821**	**9.053**
Perdas Involuntárias		1.114	4.009
Incorporação de Passivos		1.765	2.085
Desincorporação de Ativos		1.942	2.959
Tributárias		**155**	**43**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		127	38
Contribuições		28	5
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		**3.831**	**4.282**
Premiações		69	151
Incentivos		2.957	3.144
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		806	986
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		**96.661.209**	**87.134.714**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)		**-25.081**	**-509.839**

Fonte: SIAFI

O resultado patrimonial do exercício apresentou um incremento de R$ 484,76 milhões em comparação ao exercício anterior, representando uma redução do déficit de 95,08%.

A melhora apresentada decorreu principalmente da reversão do saldo negativo de R$ 57,47 milhões, proveniente do confronto entre as transferências e delegações recebidas e concedidas, no exercício de 2017, para o saldo positivo de R$ 389,24 milhões em 2018, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

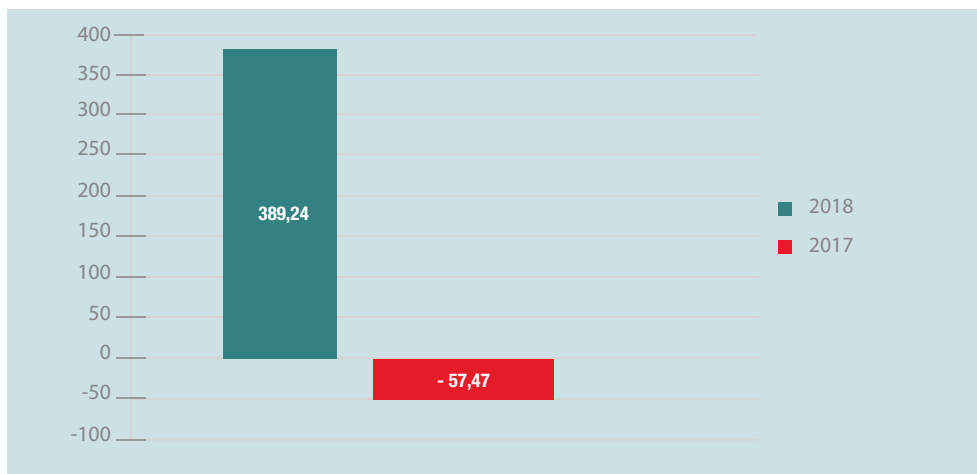



Gráfico 33 Transferências e Delegações - Fonte: SIAFI

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA — R$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISÃO REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		**2.175.876**	**2.175.876**	**2.355.723**	**179.848**
Receitas Tributárias		3.738	3.738	7.911	4.173
Receitas de Contribuições	11	2.146.837	2.146.837	2.329.179	182.342
Receita Patrimonial		6.589	6.589	5.987	-602
Receitas de Serviços		5.461	5.461	8.217	2.756
Transferências Correntes		7.007	7.007	30	-6.977
Outras Receitas Correntes		6.243	6.243	4.398	-1.845
RECEITAS DE CAPITAL		**216.567**	**216.567**	**-**	**-216.567**
Operações de Crédito		200.855	200.855	-	-200.855
Transferências de Capital		15.711	15.711	-	-15.711
SUBTOTAL DE RECEITAS	**10**	**2.392.442**	**2.392.442**	**2.355.723**	**-36.719**
TOTAL		**2.392.442**	**2.392.442**	**2.355.723**	**-36.719**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		**-**	**247.409**	**247.409**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	247.409	247.409	-

DESPESA — R$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		**978.494**	**1.336.961**	**507.282**	**453.189**	**434.978**	**829.680**
Pessoal e Encargos Sociais		274.946	266.419	254.315	254.223	238.869	12.104
Outras Despesas Correntes	12	703.548	1.070.542	252.966	198.966	196.109	817.576
DESPESAS DE CAPITAL	**12**	**810.539**	**992.428**	**377.230**	**10.839**	**10.116**	**615.19**
Investimentos	12	800.039	992.428	377.230	10.839	10.116	615.199
Inversões Financeiras		10.500	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**3.095**	**3.095**	**-**	**-**	**-**	**3.095**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**12**	**1.792.128**	**2.332.484**	**884.511**	**464.027**	**445.094**	**1.447.973**
SUPERAVIT	**13**			**1.471.212**			**-1.471.212**
TOTAL		**1.792.128**	**2.332.484**	**2.355.723**	**464.027**	**445.094**	**-23.239**

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS — R$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EXERCÍCIOS ANTERIORES	31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESAS CORRENTES		**10.297**	**33.250**	**27.631**	**27.631**	**11.276**	**4.640**
Pessoal e Encargos Sociais		204	151	96	96	260	-
Outras Despesas Correntes		10.093	33.100	27.536	27.536	11.017	4.640
DESPESAS DE CAPITAL	**14**	**381.148**	**323.932**	**341.209**	**238.335**	**75.955**	**390.790**
Investimentos		381.148	323.932	341.209	238.335	75.955	390.790
TOTAL	**14**	**391.445**	**357.183**	**368.840**	**265.966**	**87.231**	**395.430**

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EXERCÍCIOS ANTERIORES	31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESAS CORRENTES		**2**	**848**	**848**	**-**	**2**
Pessoal e Encargos Sociais		-	80	80	-	-
Outras Despesas Correntes		2	768	768	-	2
DESPESAS DE CAPITAL		**21.348**	**63.445**	**51.229**	**1.260**	**32.304**
Investimentos		21.348	63.445	51.229	1.260	32.304
TOTAL		**21.350**	**64.293**	**52.077**	**1.260**	**32.306**

Fonte: SIAFI

Em relação aos restos a pagar processados e não processados, inscritos até o exercício de 2017, no valor de R$ 834,27 milhões, foram realizados R$ 406,54 milhões, representando 48,73% do total, permanecendo em estoque o valor de R$ 427,74 milhões.

BALANÇO FINANCEIRO

R$ milhares

INGRESSOS	NE	2018	2017
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		**2.355.723**	**3.173.343**
Ordinárias			**953.407**
Vinculadas		**2.361.369**	**2.228.071**
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-5.646	-8.135
Tranferências Financeiras Recebidas		**96.478.492**	**86.466.690**
Recebimento Extraorçamentários		**441.351**	**361.510**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		18.933	996
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	**14**	420.484	357.122
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.866	3.294
Outros Recebimentos Extraorçamentários		68	98
Saldo do Exercício Anterior	**01**	**247.431**	**612.509**
Caixa e Equivalentes de Caixa		247.431	612.509
TOTAL DOS INGRESSOS		**99.522.997**	**90.614.052**

DISPÊNDIOS	NE	2018	2017
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		**884.511**	**836.230**
Ordinárias		676.660	567.984
Vinculadas		207.851	268.246
Tranferências Financeiras Concedidas		**95.769.212**	**86.235.114**
Despesas Extraorçamentários		**2.628.445**	**3.295.277**
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	**14**	52.077	39.181
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		265.966	175.029
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.855	3.312
Outros Pagamentos Extraorçamentários		2.308.546	3.077.755
Saldo do Exercício Anterior	**01**	**240.828**	**247.431**
Caixa e Equivalentes de Caixa		240.828	247.431
TOTAL DOS DISPÊNDIOS		**99.522.997**	**90.614.052**

Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R$ milhares

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NE	2018	2017
Ingressos		**98.836.149**	**89.643.419**
Receitas Derivadas e Originárias		2.355.693	3.139.908
Transferências Correntes Recebidas		30	33.436
Outros Ingressos das Operações		96.480.426	86.470.076
Desenbolsos		**-98.819.105**	**-89.962.529**
Pessoal e Demais Despesas		-430.967	-428.716
Transferências Concedidas		-308.531	-217.632
Outros Desembolsos das Operações		-98.079.607	-89.316.181
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais		**17.044**	**-319.110**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Desenbolsos		**-23.647**	**-45.968**
Aquisição de Ativo Não Circulante		-22.197	-45.562
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.450	-406
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		**-23.647**	**-45.968**
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**-6.603**	**-365.078**
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		**247.431**	**612.509**
Caixa e Equivalente de Caixa Final		**240.828**	**247.431**

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Notas Explicativas ora apresentadas são parte integrante das demonstrações contábeis e buscam esclarecer e detalhar as informações, sendo peças fundamentais para uma melhor compreensão e análise das demonstrações contábeis.

No contexto do processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP às International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC publicou, até dezembro de 2018, as seguintes normas:

NBC	NOME DA NORMA	CORRELAÇÃO IFAC	VIGÊNCIA
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework	01/01/2017
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23	01/01/2017
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9	01/01/2017
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19	01/01/2017
NBC TSP 04	Estoques	IPSAS 12	01/01/2017
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32	01/01/2017
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento	IPSAS 16	01/01/2019
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado	IPSAS 17	01/01/2019
NBC TSP 08	Ativo Intangível	IPSAS 31	01/01/2019
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21	01/01/2019
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26	01/01/2019
NBC TSP 11	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 1	01/01/2019
NBC TSP 12	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 2	01/01/2019
NBC TSP 13	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24	01/01/2019
NBC TSP 14	Custos de Empréstimos	IPSAS 5	01/01/2019
NBC TSP 15	Benefícios a Empregados	IPSAS 39	01/01/2019
NBC TSP 16	Demonstrações Contábeis Separadas	IPSAS 34	01/01/2021
NBC TSP 17	Demonstrações Contábeis Consolidadas	IPSAS 35	01/01/2021
NBC TSP 18	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IPSAS 36	01/01/2021
NBC TSP 19	Acordos em Conjunto	IPSAS 37	01/01/2021
NBC TSP 20	Divulgação de Participações em Outras Entidades	IPSAS 38	01/01/2021
NBC TSP 21	Combinações No Setor Público	IPSAS 40	01/01/2021
NBC T 16.6 R1	Demonstrações Contábeis (revogada a partir de 1º/1/19)	Não há	Até 31/12/2018
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis (revogada a partir de 1º/1/21)	Não há	Até 31/12/2020
NBC T 16.8	Controle Interno (revogada a partir de 1º/1/19)	Não há	Até 31/12/2018
NBC T 16.9	Depreciação, Amortização e Exaustão (revogada a partir de 1º/1/19)	Não há	Até 31/12/2018
NBC T 16.10	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público (revogada a partir de 1º/1/19)	Não há	Até 31/12/2018
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	Não há	01/01/2012

Tabela 29 Normas aplicáveis do Conselho Federal de Contabilidade

Uso de Estimativas e Julgamentos

Para a elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as orientações contidas no MCASP, é exigido que o órgão faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas.

A principal estimativa e premissa está relacionada ao Imobilizado: a partir de 2010, a vida útil econômica dos bens do imobilizado foi definida conforme estabelecido na Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão de bens na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Ministério da Defesa obedecem às opções e premissas do MCASP, conforme a seguir:

Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Órgão atua. Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do Órgão e, também, a sua moeda de apresentação, podendo ocorrer variações dos saldos de algumas contas contábeis, decorrentes da taxa de câmbio vigente, durante a conversão dos valores registrados em moeda estrangeira para a moeda funcional no período.

Disponibilidades

As disponibilidades do Órgão estão mensuradas pelo valor original, uma vez feita a apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com: créditos por dano ao patrimônio, empréstimos e financiamentos concedidos e adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis. É constituído também ajuste para perdas, quando aplicável, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Estoques

São mensurados e avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques utilizados pelo Órgão é o Custo Médio Ponderado.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos de atualizações e correções monetárias.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, deduzida a respectiva depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis são controlados pelo Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS), sob a gestão da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia. O SIADS está integrado com o SIAFI para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos bens móveis.

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia. O SPIUnet está integrado com o SIAFI para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos imóveis.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e o MCASP. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, disponível no sítio da STN, e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

Para o cálculo da depreciação dos bens móveis, a vida útil econômica dos bens é estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta 1.2.3.1.0.00.00 - Bens Móveis. A depreciação é realizada pelo Método das Quotas Constantes, tendo por base o custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal), com as taxas calculadas a partir do valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item nº 6, da referida Macrofunção. Em resumo:

- Método de Depreciação: Método das Quotas Constantes, conforme o item nº 7.2 da Macrofunção;
- Taxas de Depreciação: Foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item nº 6, da Macrofunção;
- Base da Depreciação: Baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI; e
- Impacto no Patrimônio: A partir da depreciação, o Patrimônio sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos com o registro de uma Variação Patrimonial Diminutiva – VPD de natureza extra-orçamentária.

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, das autarquias e das fundações públicas federais deverão ser reavaliados: aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; e aqueles em que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido, e, também, caso seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e as características específicas dos imóveis e os preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

O Ministério da Defesa segue a metodologia para reavaliação e redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor dos ativos conforme as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e do Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A vida útil econômica dos bens imóveis, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação obedecem às normas do Sistema do Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNet. A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O Sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; fornecedores e contas a pagar; e demais obrigações a curto prazo.

Provisões

Os procedimentos contábeis aplicados às provisões têm como base legal a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o MCASP.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis, pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. O valor reconhecido como provisão refere-se a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis, correspondendo ao que a entidade racionalmente pagaria para, na data das demonstrações contábeis, liquidar a obrigação ou para transferi-la a um terceiro.

As estimativas dos resultados e efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de casos similares e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

As provisões são reavaliadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em "Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional" e "Caixa e Equivalentes em Moeda Estrangeira". Conforme evidenciado na tabela abaixo, os valores relativos a Moeda Estrangeira apresentaram um acréscimo de 92,72% em Dez/2018, na comparação com Dez/2017, em decorrência do aumento das descentralizações financeiras realizadas para contas dos Bancos do Brasil e HSBC Bank situados no exterior, com a finalidade de atender despesas do Órgão MD na Unidade Gestora Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID).

	Dez/18	Dez/17	AH (%)
Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional	240.064	247.035	-2,82
Caixa e Equivalentes em Moeda Estrangeira	764	397	92,72
TOTAL	**240.828**	**247.431**	**-2,67**

Tabela 30 Caixa e Equivalente de Caixa - Fonte: SIAFI

A composição desta rubrica é apresentada na Tabela a seguir

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH (%)
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS	184.010	202.434	-9
Fundo de Aplicação Financeira	37.688	44.601	-15
Limite de Saque com Vinculação Pagamento - Ordem Pagamento - OFSS	18.366	0	-
Bancos Conta Movimento Bancos Oficiais Exterior	618	344	80
Bancos Conta Movimento Bancos Locais Exterior	146	53	175
TOTAL	**240.828**	**247.431**	**-3**

Tabela 31 Caixa e Equivalente de Caixa - Composição - Fonte: SIAFI

Os maiores montantes estão alocados nas contas "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS", "Fundo de Aplicação Financeira" e "Limite de Saque com Vinculação Pagamento - Ordem Pagamento – OFSS", sendo que a maior variação foi observada nesta última, tendo em vista a implementação de mudanças na rotina de pagamento por ordens bancárias, no final do exercício de 2018, realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que resultou em um saldo da ordem de R$ 18,36 milhões ao final do exercício.

O valor de R$ 240,82 milhões, alocado em "Caixa e Equivalente de Caixa" estava distribuído entre as contas contábeis integrantes do item nos seguintes percentuais, conforme detalhado no gráfico apresentado a seguir:

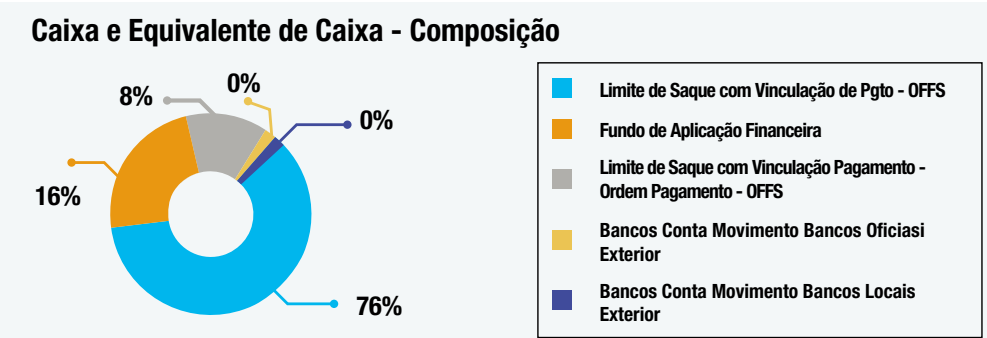



Gráfico 34 Caixa e Equivalente de Caixa - Fonte: SIAFI

Nota 2 - Créditos a Receber

Compreende os valores a receber distribuídos entre os créditos a curto prazo e a longo prazo.

Os valores relacionados ao item Clientes estão distribuídos entre Créditos a Curto Prazo e Créditos a Longo Prazo, conforme gráfico abaixo, sendo registrados na sua totalidade no Hospital das Forças Armadas (HFA); e, conforme demonstrado na tabela a seguir, pode-se perceber que houve um incremento de 32,16%, em relação ao exercício anterior.

CRÉDITOS A LONGO PRAZO 705

CRÉDITOS A CURTO PRAZO 23.120

0 10.000 20.000

Gráfico 35 HFA Clientes - Fonte: SIAFI

	Dez/18	Dez/17	AH (%)
Créditos a Curto Prazo	23.120	17.748	30,27
Créditos a Longo Prazo	705	279	152,69
Total	23.825	18.027	32,16

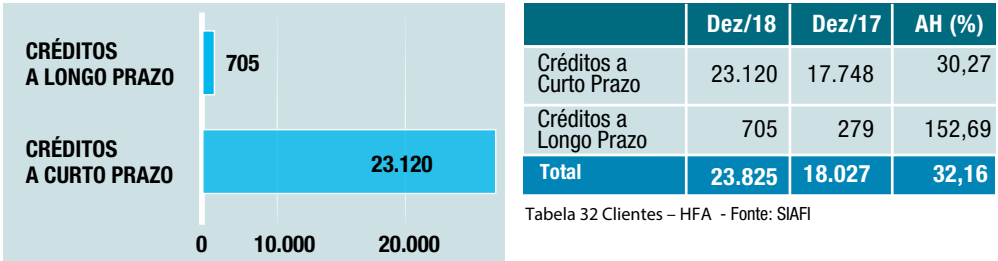



Tabela 32 Clientes – HFA - Fonte: SIAFI

O item Demais Créditos e Valores a Longo Prazo apresentou variação percentual de 125,10% no período e está distribuído entre as Unidades Gestoras do Ministério, conforme apresentado na tabela a seguir, ficando evidenciado que o Departamento do Programa Calha Norte apresenta o valor mais significativo, com R$ 107,21 milhões, provenientes dos registros de autos de infração e irregularidades na comprovação da execução de convênios.

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH (%)
110404 - Departamento de Administração Interna - MD	16	16	0,00
10594 - Departamento do Programa Calha Norte	107.213	41.034	161,28
112408 - Hospital das Forças Armadas	12.713	12.233	3,92
TOTAL	119.942	53.283	125,10

Tabela 33 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo – Composição - Fonte: SIAFI

Nota 3 – Estoques

O registro de estoques do Ministério da Defesa compreende as importações em andamento e o valor dos bens adquiridos e ainda estocados em almoxarifado, para utilização própria no curso das atividades desenvolvidas, sendo o HFA a unidade com a maior representatividade do item conforme demonstrado abaixo:

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH (%)	AV(%)
Hospital das Forças Armadas	18.988	17.153	10,69	77,83
Departamento de Administração Interna - MD	2.687	2.189	22,72	11,01
Centro Gestor e Operacional do Sestema de Proteção da Amazônia e Centros Regionais	638	775	-17,71	2,61
Escola Superior de Guerra	274	343	-20,09	1,12
TOTAL	24.396	22.240	9,69	100

Tabela 34 Estoques - Almoxarifado – Composição - Fonte: SIAFI

O valor registrado em almoxarifado no HFA teve um acréscimo de 10,69%, representando 77,79% do total do Órgão.

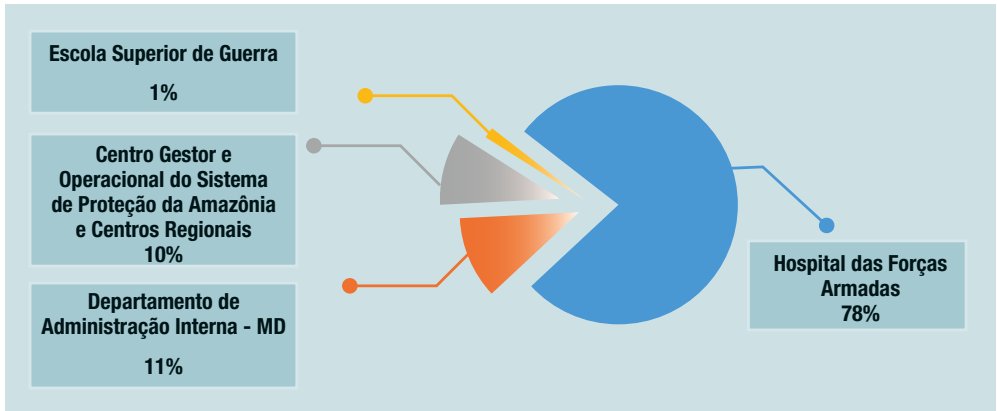



Gráfico 37 Almoxarifado - Unidades Gestoras do MD - Fonte: SIAFI

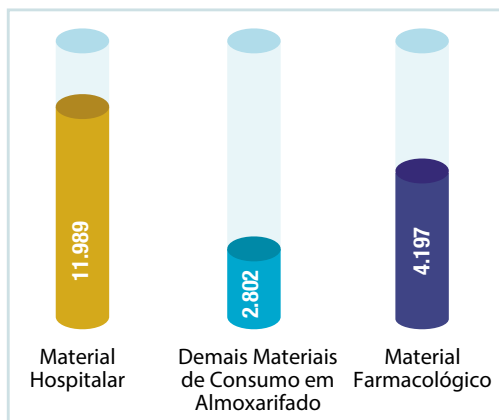



Gráfico 37 Composição Material de Consumo - HFA - Fonte: SIAFI

Os materiais hospitalares e farmacológicos representam mais de R$ 16 milhões do total de R$ 18,98 milhões registrados no almoxarifado do HFA.

Nota 4 - Imobilizado

O Imobilizado do Ministério da Defesa está segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis. No ano em análise, os itens Bens Móveis e Bens Imóveis apresentaram, respectivamente, variações de -7,18% e -0,49%, em relação a 31/12/2017.

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH (%)	AV(%)
Bens Móveis	325.224	302.863	7,38	49,82
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis	-156.533	-121.121	29,24	-23,98
Bens Móveis - Saldo Líquido	**168.691**	**181.742**	**-7,18**	**25,84**
Bens Imóveis	509.642	504.300	1,06	78,07
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Imóveis	-25.490	-17.781	43,36	-3,90
Bens Imóveis - Saldo Líquido	**484.152**	**486.519**	**-0,49**	**74,16**
TOTAL	**652.843**	**668.262**	**-2,31**	**100,00**

Tabela 35 Imobilizado – Composição - Fonte: SIAFI

Bens Móveis

O Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) registra o gerenciamento de todas as movimentações referentes aos bens móveis ali registrados, estando integrado com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). No âmbito do Ministério da Defesa, o SIADS se encontra em fase de implantação, parcialmente concluída.

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH (%)	AV(%)
Hospital das Forças Armadas	55.130	61.906	-10,94	32,68
Departamento de Administração Interna - MD	28.107	30.312	-6,97	16,66
Centro Regional de Belém	24.174	27.385	-11,72	14.33
Centro Regional de Porto Velho	22.074	25.193	-12,38	13,09
Centro Regional de Manaus	21.504	24.705	-12,96	12,75
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	11.583	6.849	69,13	6,87
Escola Superior de Guerra	5.687	5.099	11,53	3,37
Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa	432	393	9,91	0,26
TOTAL	**168.691**	**181.742**	**-7,18**	**100,00**

Tabela 36 Bens Móveis por Unidade Gestora - Fonte: SIAFI

O Hospital das Forças Armadas apresentou maior valor registrado na rubrica de bens móveis, representando 32,68% do total. Ao detalhar a rubrica do HFA, depreende-se que Máquinas, Aparelhos, Equipamento e Ferramenta apresentam maior valor contábil registrado, representando 76,62%, conforme indicado a seguir:

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH (%)	AV(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamento e Ferramenta	67.789	58.826	15,24	76,62
Móveis e Utensílios	9.466	9.027	4,86	10,70
Bens de Informática	8.223	7.631	7,76	9,29
Veículos	1.919	1.629	17,81	2,17
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	620	539	15,13	0,70
Bens Moveis em Almoxarifado	418	8	5.136,90	0,47
Demais Bens Moveis	36	39	-8,74	0,04
Total antes da Depreciação Acumulada	**88.471**	**77.699**	**13,86**	**100,00**
Depreciação Acumulada - Bens Moveis	-33.341	-15.793	111,11	-37,69
TOTAL	**55.130**	**61.906**	**-10,94**	**62,31**

Tabela 37 Bens Móveis - Composição - Fonte: SIAFI

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis, em 31/12/2018, totalizavam R$ 484,15 milhões e estão distribuídos conforme detalhado na tabela a seguir.

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH (%)	AV(%)
Departamento de Administração Interna - MD	175.951	182.073	-3,36	36,34
Hospital das Forças Armadas	165.154	161.432	2,31	34,11
Centro Regional de Manaus	51.746	51.746	0,00	10,69
Centro Regional de Belém	39.535	39.535	0,00	8,17
Centro Regional de Porto Velho	36.926	36.926	0,00	7,63
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	14.841	14.809	0,22	3,07
TOTAL	**484.152**	**486.519**	**-0,49**	**100,00**

Tabela 38 Bens Imóveis por UG - Fonte: SIAFI

O Departamento de Administração Interna do MD é a Unidade Gestora que apresenta maior valor registrado na rubrica de bens imóveis, seguido do Hospital das Forças Armadas. Ao detalhar, depreende-se que a rubrica Bens de Uso Especial apresenta maior valor contábil registrado, conforme a seguir:

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AV(%)
Bens de Uso Especial	501.901	501.763	98,48
Bens Imóveis em Andamento	7.630	2.422	1,50
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	111	111	0,02
Bens Dominicais Não Registrados no SIAPA	0	4	0,00
Total antes da Depreciação Acumulada	509.642	504.30	100,00
Depreciação Acumulada Bens Imóveis	-25.490	-17.781	-5,00
TOTAL	**484.152**	**486.519**	**95,00**

Tabela 39 Bens Imóveis - Composição - Fonte: SIAFI

Segue abaixo o detalhamento dos Bens de Uso Especial:

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH (%)	AV(%)
Imóveis Residenciais e Comerciais	217.516	217.516	0,00	43,34
Edifícios	185.877	185.739	0,07	37,03
Hospitais	95.655	95.655	0,00	19,06
Fazendas, Parques e Reservas	2.038	2.038	0,00	0,41
Terrenos, Glebas	815	815	0,00	0,16
TOTAL	**501.901**	**501.763**	**0,03**	**100,00**

Tabela 40 Bens Imóveis de Uso Especial - Composição - Fonte: SIAFI

No item Bens de Uso Especial, o saldo mais relevante é o relativo a Imóveis Residenciais e Comerciais, representando no período o montante equivalente a 43,34% dos Bens Imóveis de Uso Especial.

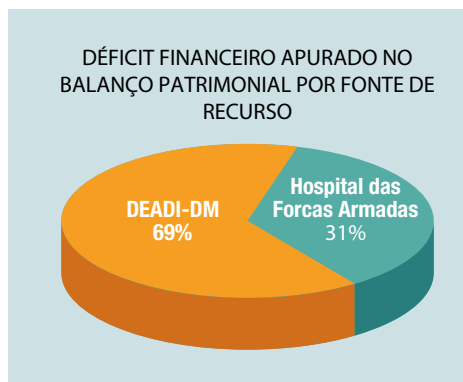



Gráfico 38 Imóveis Residenciais e Comerciais - Fonte: SIAF

Conforme demonstrado no gráfico ao lado, o registro dos Imóveis Residenciais e Comerciais está distribuído entre o DEADI-MD e o HFA, com 69 % e 31 % alocados a cada um, respectivamente.

Nota 5 – Intangível

O Ativo Intangível, em 31/12/2018, totalizava R$ 501,77 milhões, distribuído conforme composição detalhada na tabela a seguir:

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH (%)	AV(%)
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	547.209	547.209	0,00	96,87
Software com Vida Útil Definida	15.090	13.851	8,95	2,67
Software com Vida Útil Indefinida	2.588	2.588	0,00	0,46
Subtotal	564.887	563.648	0,22	100,00
Amortização Acumulada	63.115	25.566	146,87	11,17
TOTAL	**501.773**	**538.082**	**-6,75**	**88,83**

Tabela 41 Intangível - Composição - Fonte: SIAFI

No Intangível, destaca-se o título "Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Definida", que representa cerca de 96,87% do Grupo, ou seja, aproximadamente R$ 547,20 milhões.

O valor é proveniente da apropriação do contrato de uso da banda militar X do Sistema SGDC – Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicações Estratégicas, que iniciou a fase de teste em 2017 e encontra-se registrado no Departamento de Administração Interna – MD. A amortização acumulada, até o exercício de 2018, alcançou o valor de R$ 63,11 milhões.

Nota 6 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – CP

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH (%)	AV(%)
Departamento de Administração Interna - MD	5.638	80	6.986,13	36,58
Hospital das Forças Armadas	9.774	0	-	63,42
TOTAL	**15.412**	**80**	**19.271,81**	**100,00**

Tabela 42 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar por UG - Fonte:

A rubrica de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar tem como função registrar as obrigações referentes a salários, aposentadorias, pensões e reformas, bem como encargos e benefícios assistenciais. Da tabela acima, depreende-se que em 2018 ocorreram apropriações significativas, cujo detalhamento se encontra na tabela a seguir:

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH (%)	AV(%)
Pessoal a Pagar	15.313	-	-	99,36
Benefícios Previdenciários a Pagar	4	-	-	0,03
Encargos Sociais a Pagar	94	80	18,76	0,61
TOTAL	**15.412**	**80**	**19.271,81**	**100,00**

Tabela 43 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar CP - Fonte:

Conforme demonstrado na tabela anterior, pode-se observar que, no comparativo entre os anos de 2017 e 2018, houve uma alteração na rotina de registro de pagamento de pessoal, onde ficou definido que a apropriação da folha de pagamento do pessoal efetivo do HFA passaria a ser realizada pela própria Unidade Gestora, a partir de 2018.

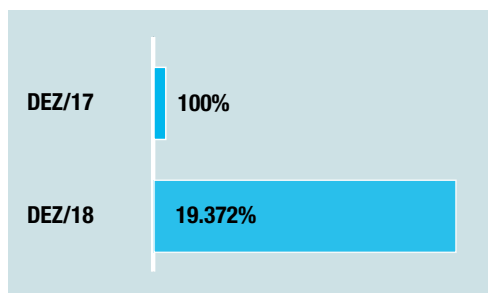



Gráfico 39 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - Fonte: SIAFI

Além da alteração na rotina do MD, o gráfico ao lado evidencia o aumento do item Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, da ordem de 19 mil por cento, decorrente da alteração da rotina de apropriação e emissão de OB, relativo à Folha de Pagamento por competência, conforme orientação da STN.

Nota 7 – Demais Obrigações a Curto Prazo

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH (%)	AV(%)
Escola Superior de Guerra	48	-	-	0,03
Departamento de Administração Interna- MD	488	7	6.604,54	0,34
Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa	0	8	-100,00	0,00
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	74	-	-	0,05
Departamento do Programa Calha Norte	139.553	87.440	59,60	98,51
Hospital das Forças Armadas	1.502	0	319.816,73	11,17
TOTAL	**141.665**	**87.455**	**61,99**	**100,00**

Tabela 44 Demais Obrigações a Curto Prazo - Fonte: SIAFI

Em 31/12/2018, o Órgão 52000 – Ministério da Defesa apresentou um saldo de R$ 141,66 milhões relacionado a Demais Obrigações a Curto Prazo, com acréscimo de 61,99%, sendo proveniente, quase que na sua totalidade, dos registros efetuados pelo Departamento do Programa Calha Norte (DPCN), com 98,51% do total ao final de 2018.

As Demais Obrigações a Curto Prazo registradas no DPCN referem-se aos *Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar*, no valor de R$ 139,55 milhões.

Fonte: SIAFI

Nota 8 – Patrimônio Líquido

A tabela a seguir evidencia as variações dos elementos do patrimônio líquido ao longo do exercício e permite demonstrar a sua evolução no exercício de 2018.

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH(%)
Déficits do Exercício	-25.081	-509.839	-95,08
Superávits Exercícios Anteriores	1.406.573	2.620.893	-46,33
Ajustes de Exercícios Anteriores	-25.463	-704.618	-96,39
Superávits de Exercícios Anteriores-Intra	52.338	52.338	0,00
TOTAL	**1.408.367**	**1.458.775**	**-3,46**

Tabela 45 Patrimônio Líquido - Composição - Fonte: SIAFI

Conforme evidenciado na tabela abaixo, durante o exercício de 2018, foram feitos lançamentos a conta de ajustes de exercícios anteriores da ordem de R$ 25,46 milhões, representando uma redução de 96,39% em relação à 2017, sendo as variações mais representativas a baixa de créditos a receber decorrentes da falta ou irregularidades nas comprovações de Tomadas de Contas Especiais antes do julgamento no Tribunal de Contas da União, ocorridas no ano de 2017, em função do Acórdão 1.320/2017-TCU, que deixaram de ocorrer no ano de 2018.

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH(%)
Departamento do Programa Calha Norte	-6	-663.849	-100,00
Departamento de Administração Interna - MD	-893	-22.077	-95,95
Hospital das Forças Armadas	-23.749	-17.375	36,68
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	-814	-859	-5,25
Escola Superior de Guerra		-338	-100,00
Centro Regional de Belém		-61	-100,00
Centro Regional de Manaus		-55	-100,00
Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa		-4	-100,00
TOTAL	**-25.463**	**-704.618**	**-96,39**

Tabela 46 Ajustes de Exercícios Anteriores por UG - Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 9 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Na parte das receitas e despesas reconhecidas pelo regime de competência, merece destaque o ganho de resultado em relação a 2017, com uma variação de 95,08% no período, apresentando o Resultado Patrimonial negativo de R$ 25,08 milhões, em 2018. As Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA apresentaram um acréscimo de 11,56%, ao final de 2018, comparativamente a 2017. No caso das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, a variação positiva foi de 10,93%, no comparativo entre os respectivos anos de 2018 e 2017, conforme apresentado na tabela abaixo.

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH (%)	AV(%)
(+) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	96.636.127	86.624.875	11,56	100,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.302	6.006	88,19	0,01
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	28.439	14.804	92,10	0,03
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	54.882	5.526	893,11	0,06
Transferências e Delegações Recebidas	96.496.110	86.545.051	11,50	99,86
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	2.100	1.877	11,88	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	43.295	51.611	-16,11	0,04
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	96.661.209	87.134.714	10,93	100,00
Pessoal e Encargos Sociais	228.301	232.856	-1,96	0,24
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	47.049	43.227	8,84	0,05
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	268.963	242.069	11,11	0,28
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.213	667	81,89	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos	4.821	9.053	-46,74	0,00
Tributárias	155	43	261,37	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.831	4.282	-10,52	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	96.106.876	86.602.517	10,97	99,43
(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-25.081**	**-509.839**	**-95,08**	

Tabela 47 Demonstração das Variações Patrimoniais - Fonte: SIAFI

As duas próximas tabelas apresentam a composição das VPA e das VPD por UG.

R$ milhares

UG Executora	Dez/18	Dez/17	AH (%)	AV(%)
Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (MD)	95.701.75	85.766.889	11,58	99,03
Departamento do Programa Calha Norte	365.106	220.431	65,63	0,38
Hospital das Forças Armadas	289.850	97.108	198,48	0,30
Departamento de Administração Interna - MD	194.846	416.873	-53,26	0,20
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	39.596	85.036	-53,44	0,04
Fundo do Serviço Militar	21.529	16.353	31,65	0,02
Escola Superior de Guerra	10.431	10.011	4,19	0,01
Fundo do Ministério da Defesa	3.561	4.203	-15,28	0,00
Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa	3.325	2.272	46,31	0,00
Centro Regional de Manaus	2.673	1.163	129,83	0,00
DEORF - Diferença Cambial	1.435	709	102,47	0,00
Centro Regional de Porto Velho	1.050	1.962	-46,50	0,00
Centro Regional de Belém	974	1.866	-47,81	0,00
Total	**96.636.127**	**86.624.875**	**11,56**	**100,00**

Tabela 48 Variações Patrimoniais Aumentativas – Por UG - Fonte: SIAFI

R$ milhares

UG Executora	Dez/18	Dez/17	AH (%)	AV(%)
Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (MD)	95.723.344	86.132.787	11,13	99,03
Departamento do Programa Calha Norte	348.852	221.987	57,15	0,36
Hospital das Forças Armadas	261.599	90.683	188,48	0,27
Departamento de Administração Interna - MD	238.817	553.287	-56,84	0,25
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	34.931	87.083	-59,89	0,04
Fundo do Serviço Militar	21.422	17.124	25,11	0,02
Escola Superior de Guerra	9.705	8.983	8,03	0,01
Centro Regional de Manaus	5.912	4.823	22,60	0,01
Centro Regional de Belém	4.193	5.992	-30,02	0,00
Centro Regional de Porto Velho	4.092	5.767	-29,05	0,00
Fundo do Ministério da Defesa	3.860	2.850	35,43	0,00
Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa	3.044	2.640	15,27	0,00
DEORF - Diferença Cambial	1.435	709	102,47	0,00
Total	**96.661.209**	**87.134.714**	**10,93**	**100,00**

Tabela 49 Variações Patrimoniais Diminutivas – Por UG - Fonte: SIAFI

Conforme evidenciado nas tabelas acima, o resultado patrimonial do MD deve-se, em sua maioria, à execução da programação financeira pelo Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF), em função das transferências financeiras recebidas e concedidas para pagamentos do exercício e de restos a pagar, as quais sofrem variações de um ano para outro, em decorrência das dotações orçamentárias aprovadas pela Lei Orçamentária Anual e dos limites definidos no Decreto de Programação Financeira.

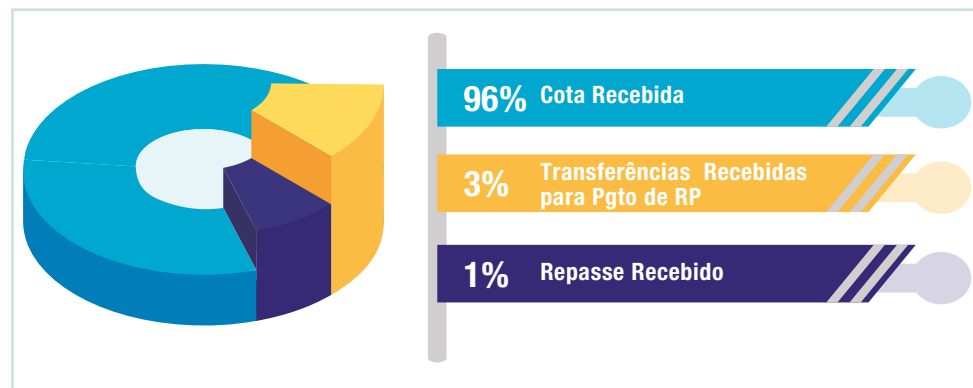



Gráfico 40 VPA - DEORF - Fonte: SIAFI

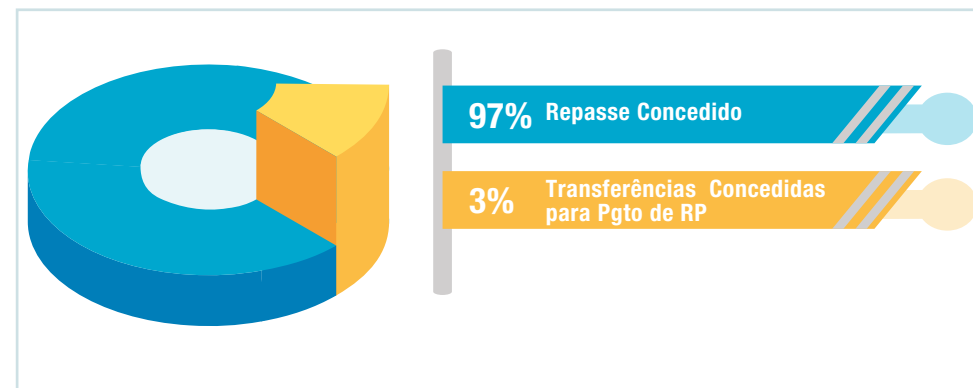



Gráfico 41 VPD - DEORF - Fonte: SIAFI

Nota 10 – Execução da Receita Orçamentária

As receitas previstas na Lei Orçamentária Anual de 2018 para o Ministério da Defesa são da ordem de R$ 2,39 bilhões. O valor arrecadado, até o fechamento do exercício, foi cerca de R$ 2,35 bilhões, que correspondem a, aproximadamente, 98,47% do total da receita prevista, sendo que não houve arrecadação de Receitas de Capital. Os seguintes grupos alcançaram mais de 100% de realização: Receitas Tributárias (211,64%), Receita de Serviços (150,46%) e Receitas de Contribuições (108,49%). Em termos de valores absolutos, a maior participação foi a Receita de Contribuições (R$ 2,32 bilhões), representando 98,87% do total.

R$ milhares

RECEITAS	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Realização (%)	AV(%)
RECEITAS CORRENTES	2.175.87	2.355.72	108,27	100
Receitas de Contribuições	2.146.837	2.329.179	108,49	98,87
Receitas de Serviços	5.461	8.217	150,46	0,35
Receitas Tributárias	3.738	7.911	211,64	0,34
Receita Patrimonial	6.589	5.987	90,87	0,25
Outras Receitas Correntes	6.243	4.398	70,45	0,19
Transferências Correntes	7.007	30	0,43	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	216.567	0	0,00	0,00
Operações de Crédito	200.855	0	0,00	0,00
Transferências de Capital	15.711	0	0,00	0,00
Total	**2.392.442**	**2.355.723**	**98,47**	

Tabela 50 Execução da Receita Orçamentária - Fonte: SIAFI

Nota 11 – Receita de Contribuições

A Receita de Contribuições refere-se às contribuições para custeio das pensões militares, que são um recurso proveniente da remuneração de militares ativos e inativos recolhidos nas Unidades de Pagamento de Pessoal das Forças Singulares e transferidos diretamente para a Secretaria do Tesouro Nacional. O registro contábil da realização da receita é efetuado no Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF).

Gráfico 42 Previsão da Receita x Receita Realizada - Fonte: SIAFI

Comparando-se o valor arrecadado nos anos de 2018 e 2017 com 2016, percebe-se que houve incrementos de 2,48% e 8,01%, respectivamente. Outrossim, confrontando-se os valores de Previsão da Receita com a Receita Realizada entre os anos de 2016 e 2018, chegamos aos seguintes percentuais de execução: 105,77%, 105,39% e 95,22% nessa ordem.

Nota 12 –Despesa Orçamentária

Em relação ao total da despesa orçamentária do Ministério da Defesa no ano de 2018 em comparação com 2017, houve um acréscimo de 5,77%, correspondendo a cerca de R$ 48,28 milhões, sendo as variações mais representativas, em valores absolutos, nas Unidades Gestoras Hospital das Forças Armadas com acréscimo de R$ 176,66 milhões e Departamento de Administração Interna – MD com redução de R$ 191,09 milhões, conforme demonstrado nos próximos quadros:

R$ milhares

	Dez/18	Dez/17	AH (%)	AV(%)
Departamento do Programa Calha Norte	347.286	310.644	11,80	39,26
Hospital das Forças Armadas	266.855	90.193	195,87	30,17
Departamento de Administração Interna - MD	202.763	393.860	-48,52	22,92
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	52.538	30.775	70,71	5,94
Escola Superior de Guerra	11.746	8.663	35,59	1,33
Representação do Brasil na Junta Interamericana Defesa	3.324	2.095	58,69	0,38
Total	**884.511**	**836.230**	**5,77**	**100,00**

Tabela 51 Despesa Orçamentária por UG - Fonte: SIAFI

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais, do pessoal civil efetivo da Unidade, representou 79,67% do acréscimo de despesas no HFA, em decorrência da transferência da rotina de pagamento realizada a partir do mês de março de 2018. Até o mês de fevereiro, o pagamento foi realizado pelo Departamento de Administração Interna do MD.

Por conseguinte, o grupo de despesa que teve o maior impacto na redução da despesa orçamentária do Departamento de Administração Interna do MD foi o de Pessoal e Encargos Sociais com 73,59% do total. A segunda maior redução ocorreu com as Inversões Financeiras, 20,28% do total, tendo em vista o encerramento da fase de empenho relacionada ao projeto do Sistema SGDC – Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicações Estratégicas, no transcorrer do ano de 2017.

R$ milhares

RECEITAS		Grupo da Despesa	Dez/18	Dez/17	Diferença
Hospital das Forças Armadas	Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	140.754	0	100
	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes	114.607	80.191	98,87
	Despesas de Capital	Investimentos	11.494	10.003	0,35
Total			**266.855**	**90.193**	**0,34**
Departamento de Administração Interna - MD	Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	110.533	251.176	0,25
	Despesas de Capital	Inversões Financeiras	0	38.764	0,19
	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes	84.184	100.072	0,00
	Despesas de Capital	Investimentos	8.046	3.849	0,00
Total			**202.763**	**393.860**	**0,00**

Tabela 52 Despesa Orçamentária – Grupo da Despesa - Fonte: SIAFI

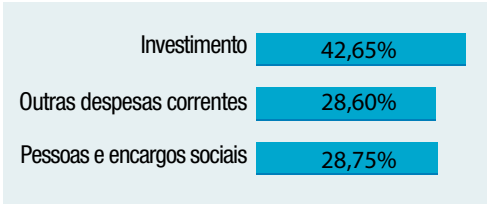



Gráfico 43 Grupos de Despesas Empenhadas - Fonte: SIAFI

O valor empenhado no grupo de despesas Investimentos correspondeu a 42,65%, seguido de Pessoal e Encargos Sociais e de Outras Despesas Correntes, com 28,75% e 28,60% respectivamente.

Nota 13 – Superávit do Exercício

O Resultado Orçamentário é o confronto da receita arrecadada versus a despesa empenhada. Conforme evidenciado no Quadro da Despesa do Balanço Orçamentário, houve superávit no exercício da ordem de R$ 1,47 bilhões, considerando-se somente a confrontação entre as dotações orçamentárias distribuídas às Unidades Orçamentárias do MD e as despesas empenhadas no Órgão.

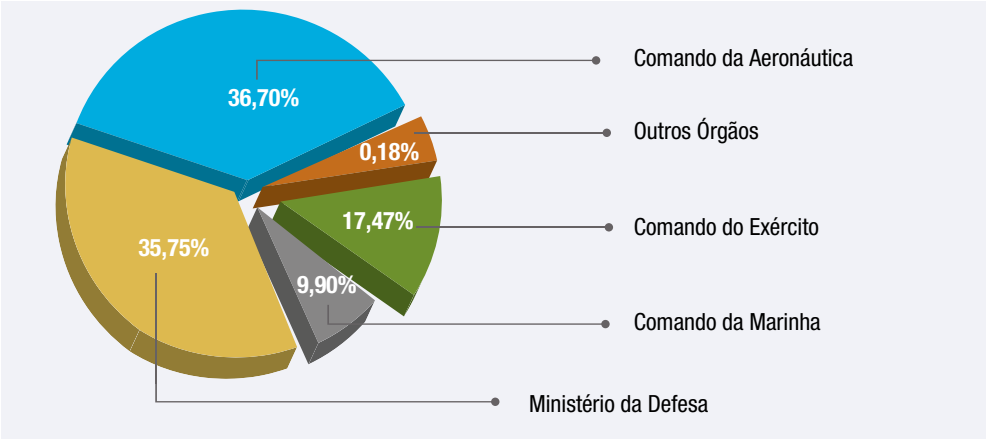



Gráfico 44 Despesas Empenhadas – Dotação MD Fonte: SIAFI

Entretanto, cabe esclarecer que, do total das dotações alocadas ao Órgão na LOA, 35,75% são empenhadas nas Unidades do Ministério da Defesa, sendo que o restante é descentralizado, por meio de destaque, para outras Unidades Jurisdicionadas, em especial os Comandos Militares, assim distribuídos: Comando da Aeronáutica responde por 36,70% do valor empenhado, seguido do Comando do Exército (17,47%) e Comando da Marinha (9,90%), conforme demonstrado no gráfico acima.

Nota 14 - Restos a Pagar Não Processados

Foi realizada uma análise comparativa da inscrição dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) levando-se em consideração os saldos das inscrições entre os exercícios de 2018 e 2017. Para tanto, foi necessário realizar o ajuste da diferença da variação cambial no demonstrativo de 2018, no montante de R$ 61.065,58, utilizando como comparação o mês de inscrição, ou seja, o mês zero dos respectivos anos.

Conforme demonstrado nas tabelas a seguir percebe-se que houve uma redução 4,75% nas inscrições dos RPNP, no valor de R$35,53 milhões, tendo as Despesas de Capital respondido com 91,76% das inscrições e as Despesas Correntes, com 8,24% do total.

R$ milhares

Categoria Econômica Despesa	Restos a Pagar Não Processados Inscritos -	Restos a Pagar Não Processados Inscritos -	AH (%)	AV(%)
DESPESAS CORRENTES	58.733	43.491	35,05	8,24
DESPESAS DE CAPITAL	654.308	43.491	-7,20	91,76
Total	**713.041**	**748.567**	**-4,75**	**100,00**

Tabela 53 Inscrição e Reinscrição de Restos a Pagar Não Processados - Fonte:

R$ milhares

UG Executora	RPNP Insc/Reinsc - 2017	RPNP Liquidados	RPNP Pagos	RPNP Cancelados	(%) RPNP Liquidado	(%) RPNP Pago	(%) RPNP Cancelado
Departamento do Programa Calha Norte	691.651	327.827	224.953	75.913	47,40%	32,52%	10,98%
Departamento de Administração Interna - MD	27.356	18.658	18.658	6.298	68,20%	68,20%	23,02%
Hospital das Forças Armadas	15.767	14.485	14.485	634	91,87%	91,87%	4,02%
Centro Gestor Op. Sistema Proteção Amazônia	10.662	4.828	4.828	4.246	45,28%	45,28%	39,82%
Escola Superior de Guerra	2.774	2.627	2.627	140	94,70%	94,70%	0,00%
Represent. do Brasil na Junta Interam. Defesa	417	415	415	0	99,51%	99,51%	0,00%
Total	**748.628**	**368.840**	**265.966**	**87.231**	**49,27%**	**35,53%**	**11,65%**

Tabela 54 Execução de Restos a Pagar Não Processados Insc/Reinsc - Exercício de 2018 - Fonte: SIAFI

Em relação à execução dos RPNP, foi verificado que 35,53%, do total inscrito ou reinscrito ao final do exercício de 2017, foi pago durante o ano de 2018, correspondendo, em valores absolutos, à aproximadamente R$ 265,96 milhões, contribuindo o Departamento do Programa Calha Norte com R$ 224,95 milhões, em razão da época em que os créditos das emendas parlamentares foram disponibilizados, seguido das demais Unidades Gestoras com R$ 41,01 milhões.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

CAPÍTULO 5

DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

O presente relatório de gestão busca atender aos princípios fundamentais de um relato integrado. Neste sentido, o presente item apresenta um resumo do processo de determinação da materialidade das informações que integram o relatório.

Este relatório de gestão abrange todos os órgãos que integram o Ministério da Defesa (a administração central - ACMD, a Escola Superior de Guerra - ESG e o Hospital das Forças Armadas - HFA), exceto as Forças Armadas, uma vez que estas apresentarão seus próprios relatórios de gestão.

Integram a administração central do Ministério da Defesa: os órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa; o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; o órgão central de direção (Secretaria-Geral - SG); a Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI); a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD); a Secretaria de Pessoal; Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD); o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam); e as unidades que a eles estejam diretamente subordinados ou que deles dependam administrativamente.

Estruturado em quatro capítulos, "Governança do MD", "Principais Resultados", "Gestão de Recursos" e "Demonstrações contábeis", o relatório busca demonstrar a relação entre planejamento, organização (governança), recursos, resultados e conformidade contábil.
Segue um resumo do conteúdo de cada um dos capítulos:

O Capítulo "Governança do MD" apresenta a organização da Pasta, estrutura e competências, bem como seus principais macroprocessos, considerando o Decreto de Estrutura Regimental vigente (Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018), mostrando que a estrutura organizacional do MD é bastante peculiar e diferente dos demais ministérios, uma vez que a SG, o EMCFA, a ESG e as Forças Armadas estão diretamente subordinadas ao Ministro de Estado da Defesa.

O planejamento estratégico apresentado tem como referências normativas a Política Setorial de Defesa (PSD) (aprovada pela Portaria Normativa nº 2.624/MD, de 7 de dezembro de 2015) e a Estratégia Setorial de Defesa (ESD) (aprovada pela Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 7 de dezembro de 2015). Cada um dos órgãos, Secretaria-Geral, ESG, EMCFA e HFA, tem o seu planejamento estratégico próprio, orientado pelas referências normativas e pelas orientações da alta administração.

A identidade estratégica do MD apresentada (missão, visão e valores) está referenciada na Portaria Normativa nº 1.797, de 25 de novembro de 2010, vigente no exercício de 2018.

No Capítulo "Principais Resultados", os objetivos estratégicos finalísticos dos diversos órgãos que integram o MD, exceto as Forças Armadas, apresentados no Capítulo "Governança do MD", foram agrupados por eixos temáticos, de forma a facilitar a apresentação dos resultados. Para isso, foram definidos 5 Eixos Temáticos finalísticos, alinhados com os principais macroprocessos, e 1 Eixo Temático específico que agrupa os resultados das ações de governança, gestão e infraestrutura, conforme a seguir exposto: Eixos Temáticos Finalísticos: 1 - Capacidades de Defesa; 2 - Diplomacia de Defesa; 3 - Suporte Operacional; 4 - Indústria de Defesa, Ciência, Tecnologia e Inovação; e 5 - Apoio a Políticas Públicas; e Eixo Temático 6 - Governança, Gestão e Infraestrutura. Os resultados do Eixo Temático 6, Governança, Gestão e Infraestrutura da ACMD, estão contemplados no Capítulo 3, que trata das áreas especiais da gestão (Gestão de Recursos).

A Portaria Normativa nº 99/GM-MD, de 21 de dezembro de 2018, que "Aprova a diretriz de implantação e funcionamento do processo decisório para novos projetos estratégicos de interesse do Ministério da Defesa e cria a Comissão Permanente para Projetos Estratégicos no Ministério da Defesa" definiu que será considerado como Portfólio Estratégico de Interesse do Ministério da Defesa o atual conjunto de projetos de defesa que compõem o Programa Avançar do Governo Federal. Vale destacar que os Projetos Estratégicos estão diretamente relacionados à construção de capacidades de defesa.

Assim, os projetos estratégicos tratados no presente relatório são aqueles contemplados no Programa AVANÇAR, instituído pela Portaria nº 442, de 13/12/2017, do então Ministério do

Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, destinados a orientar as ações governamentais e comunicar à sociedade os investimentos públicos de infraestrutura estratégicos e prioritários do Poder Executivo federal, além do Projeto "Navios Classe Tamandaré", de responsabilidade da Marinha do Brasil, em razão de sua dimensão estratégica para a Defesa Nacional e dos valores aportados no empreendimento.

Conforme anteriormente sinalizado, os referidos projetos estratégicos são gerenciados e conduzidos pelos Comandos das Forças Armadas; assim, este relatório apresenta apenas uma visão resumida e de natureza mais estratégica do andamento e dos principais resultados relacionados a esses projetos, observando o contido no Acórdão nº 1519/2017-TCU-Plenário. Informações detalhadas sobre cada um dos projetos que integram o Programa Avançar serão apresentadas nos Relatórios de Gestão das respectivas Forças.

Outros resultados das Forças Armadas são apresentados, sem um grande detalhamento, em especial aqueles relacionados ao cumprimento das atribuições subsidiárias de cooperação com o desenvolvimento social e defesa civil.

Os resultados apresentados no presente relatório foram extraídos, principalmente, dos acompanhamentos dos planejamentos estratégicos e dos balanços feitos, sempre focando os resultados mais relevantes e de maior impacto para a sociedade e para a construção das capacidades de defesa.

O Capítulo "Gestão de Recursos" trata da gestão de recursos e procura apresentar, de forma resumida e amigável, os principais resultados de cada uma das dimensões, sempre com base em informações extraídas dos sistemas estruturantes e demais instrumentos de gestão e controle pelas respectivas áreas especializadas.

Por fim, no capítulo "Demonstrações Contábeis", a demonstrações contábeis do Ministério da Defesa foram emitidas a nível de Órgão e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UG) SG, EMCFA, ESG, Censipam e HFA, no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU PELA SG

As deliberações emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU) são tratadas pela Assessoria de Gestão da Secretaria-Geral, área específica do órgão para planejamento, coordenação e monitoramento da gestão estratégica e assuntos relacionados a governança, riscos e controles, utilizando uma estrutura de controle que envolve a tabulação em planilha própria, alimentada a partir das informações obtidas das bases de acesso público disponibilizadas pelo TCU e do Diário Oficial da União, cujo status é monitorado periodicamente pelo acompanhamento dos respectivos processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e em reuniões específicas.

As determinações e recomendações emitidas pelo TCU, decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que persistem com pendência de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente) no momento da finalização deste relatório, foram as seguintes:

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	**ACÓRDÃO**	**ITEM**	**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA**	**DATA DA CIÊNCIA**
027.943/2010-0	2037/2017-Plenário	9.2 e 9.3	Ofício nº 0384/2018-TCU/SecexDefesa	04/06/2018
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
O Acórdão nº 2037/2017-Plenário, com ciência do Ministro de Estado da Defesa em 09 de outubro de 2017, foi classificado como SECRETO, pelo TCU. O prazo de atendimento foi prorrogado, por meio dos Acórdãos nº 256 e 1130/2018-Plenário (NUP 60000.004041/2018-34).				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
Em atendimento aos Acórdãos nº 2037/2017 e 256 e 1130/2018-Plenário, o MD se manifestou por meio do Ofício nº 30-84 (RESERVADO) do Centro de Controle Interno da Marinha, de 30 de maio de 2018, encaminhado à Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública.				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	**ACÓRDÃO**	**ITEM**	**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA**	**DATA DA CIÊNCIA**
016.161/2015-7	2893/2018-Plenário	9.2 e 9.3	Ofício nº 0025/2019-TCU/SecexDefesa	01/02/2019
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de Representação sobre os indícios de irregularidade no contrato entre o Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército e o Consórcio Tepro para a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras. O TCU determinou ao MD que, em conjunto com os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica: a) no prazo de 180 dias, avalie, à luz da Lei nº 12.598, de 2012, e da legislação aplicação, a regularidade e a economicidade dos contratos celebrados com as empresas beneficiárias do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid) com vistas a identificar e a sanear as eventuais irregularidades pela indevida inclusão de tributos com exigibilidade suspensa nos itens de preço em cada ajuste, entre outras falhas porventura detectadas; e b) informe o TCU, no prazo de 180 dias, sobre o resultado das providências adotadas em cumprimento às determinações prolatadas pelo item 9.2 deste Acórdão				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
A Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, por meio do Ofício n° 14260/ASTEC CISET/CISET-MD, de 3 de junho de 2019, solicitou prorrogação do prazo.				

<table>
<tr><th colspan="5">CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU</th></tr>
<tr><th>PROCESSO</th><th>ACÓRDÃO</th><th>ITEM</th><th>COMUNICAÇÃO EXPEDIDA</th><th>DATA DA CIÊNCIA</th></tr>
<tr><td>005.066/2016-6</td><td>1519/2017-Plenário</td><td>9.1, 9.2 e 9.8</td><td>Aviso nº 525/2017-Seses-TCU-Plenário</td><td>02/08/2017</td></tr>
<tr><th colspan="5">ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO</th></tr>
<tr><td colspan="5">Ministério da Defesa (MD)</td></tr>
<tr><th colspan="5">DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO</th></tr>
<tr><td colspan="5">Trata-se de acompanhamento para identificar os impactos dos contingenciamentos promovidos nos exercícios de 2008 a 2016 sobre os projetos estratégicos de defesa conduzidos, em geral, pelos Comandos Militares e, em especial, sobre o Programa de Desenvolvimento de Submarinos, além das estratégias adotadas para a efetiva continuidade desses projetos, diante das restrições orçamentário-financeiras impostas pelo governo federal.</td></tr>
<tr><th colspan="5">JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS</th></tr>
<tr><td colspan="5">Em atendimento à diligência da Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública, no âmbito do monitoramento para verificar o cumprimento do Acórdão nº 1519/2017-TCU-Plenário (processo TC 036.315/2018-4), a SG encaminhou o Ofício n° 2108/SG-MD, de 31 de janeiro de 2019.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><th colspan="5">CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU</th></tr>
<tr><th>PROCESSO</th><th>ACÓRDÃO</th><th>ITEM</th><th>COMUNICAÇÃO EXPEDIDA</th><th>DATA DA CIÊNCIA</th></tr>
<tr><td>014.336/2016-2</td><td>8338/2016-2ªCâmara</td><td>1.7.1</td><td>Ofício nº 0545/2016-TCU/SECEX-RR</td><td>25/07/2016</td></tr>
<tr><th colspan="5">ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO</th></tr>
<tr><td colspan="5">Ministério da Defesa (MD)</td></tr>
<tr><th colspan="5">DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO</th></tr>
<tr><td colspan="5">Trata-se de Representação formulada pelo Ministério Público Militar referente a irregularidades no Comando de Fronteira/7º Batalhão de Infantaria de Selva. O TCU determinou ao MD, por meio de seu órgão setorial de controle interno, que promova a apuração das irregularidades objeto da representação, comunicando suas conclusões àquele Tribunal, e, caso constatado dano ao erário federal e não logrado seu ressarcimento, que instaure tomada de contas especial.</td></tr>
<tr><th colspan="5">JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS</th></tr>
<tr><td colspan="5">O prazo de atendimento foi prorrogado, por meio dos Acórdãos nº 5490 e 10314/2017 e 4052/2018-2ªCâmara.
Em 5 de junho de 2018, por meio do Ofício n° 12064/CISET-MD, a Secretaria de Controle Interno do MD encaminhou as informações do Comando do Exército.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><th colspan="5">CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU</th></tr>
<tr><th>PROCESSO</th><th>ACÓRDÃO</th><th>ITEM</th><th>COMUNICAÇÃO EXPEDIDA</th><th>DATA DA CIÊNCIA</th></tr>
<tr><td>017.757/2016-9</td><td>71/2018-Plenário</td><td>Caput</td><td>Ofício nº 0013/2018-TCU/SECEX-RR</td><td>05/03/2018</td></tr>
<tr><th colspan="5">ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO</th></tr>
<tr><td colspan="5">Ministério da Defesa (MD)</td></tr>
<tr><th colspan="5">DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO</th></tr>
<tr><td colspan="5">Trata-se de deliberação sobre denúncia de irregularidades ocorridas em Convênio do Departamento do Programa Calha Norte com a Prefeitura Municipal de São João da Baliza - RR. O TCU determinou ao MD que, no prazo de 90 dias, informe sobre o resultado das medidas adotadas em relação ao Convênio nº 671/PCN/2013 (Siconv 798057), instaurando, se for o caso, a devida tomada de contas especial.</td></tr>
<tr><th colspan="5">JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS</th></tr>
<tr><td colspan="5">Em resposta ao Ofício nº 0013/2018-TCU/SECEX-RR, a Secretaria de Controle Interno do MD encaminhou o processo de Tomada de Conta Especial n° 60414.000063/2018-63, por meio do Ofício n° 5867/CISET-MD, de 19 de março de 2018.</td></tr>
</table>

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	**ACÓRDÃO**	**ITEM**	**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA**	**DATA DA CIÊNCIA**
001.040/2017-0	1295/2017-Plenário	9.4	Aviso n° 431-Seses-TCU/Plenário	27/06/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de levantamento de auditoria destinado a apurar informações destinadas a qualificar o debate acerca do financiamento da previdência, em especial o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), o Regime Previdenciário Próprio de Previdência Social da União (RPPS) e Encargos da União com militares e seus pensionistas. Em que pese não haja deliberações diretas ao MD, o Acórdão recomendação ao Ministério da Fazenda que pode impactar em ações do MD: “que promova estudos com vistas a verificar a viabilidade de contabilizar, como despesa do RPPS, os gastos decorrentes dos afastamentos para tratamento de saúde, licença maternidade e paternidade e outros, bem como os relativos ao auxilio-natalidade, auxílio-reclusão e demais de natureza previdenciária previstos na Lei 8.112/1990 e na legislação relativa aos militares.” (grifo nosso).				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
Em 2017, a Secretaria-Geral impetrou pedido de reexame para excluir do Item 9.4 do Acórdão nº 1295/2017 o estudo proposto ao então Ministério da Fazenda sobre a análise de viabilidade de contabilização das despesas com militares inativos e pensionistas de militares na contabilidade do RPPS. Para subsidiar a análise do pedido de reexame, ainda em 2017, a Secretaria-Geral encaminhou para o TCU o Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela Portaria Conjunta n° 55/2017 (alterada pela Portaria Conjunta n° 68/2017). Por meio do Acórdão nº 1361/2018-Plenário, o TCU suspendeu a eficácia da parte final do subitem 9.4 do Acórdão 1.295/2017-TCU-Plenário, até apreciação de mérito do recurso, determinando à Serur a análise de mérito do pedido de reexame apenas após o trânsito em julgado do TC 034.660/2014-3.				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	**ACÓRDÃO**	**ITEM**	**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA**	**DATA DA CIÊNCIA**
003.043/2017-7	1843/2018-Plenário	9.2.1	Aviso nº 448-Seses-TCU-Plenário	20/08/2018
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de acompanhamento do 1º estágio do processo de licitação e contratação da Parceria Público-Privada (PPP) para a Gestão de Rede de Comunicações Integrada do Comando da Aeronáutica (GRCIC), cujo Acórdão trouxe a seguinte determinação para o MD: estabelecer, dentro dos limites de suas competências, mecanismos de monitoramento a fim de detectar, no âmbito da Parceria Público-Privada para a Gestão da Rede de Comunicação Integrada do Comando da Aeronáutica, desvios significativos nos valores da contraprestação paga pelo poder concedente que resultem em indicação de novo espaço orçamentário ou eventual concentração de investimentos que enseje enquadramento como dívida consolidada e operação de crédito.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
A Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, Órgão competente do Ministério, está mantendo tratativas com o Comando da Aeronáutica para atendimento da determinação.				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	**ACÓRDÃO**	**ITEM**	**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA**	**DATA DA CIÊNCIA**
003.306/2017-8	1345/2017-Plenário	9.1	Aviso nº 586-GP/TCU	17/07/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de monitoramento de determinações e recomendações contidas nos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.712/2015-TCU-Plenário (TC 014.846/2014-4) e no subitem 1.8 do Acórdão nº 1.834/2016-TCU-Plenário (TC 006.121/2016-0), referentes à apresentação de plano de ação com a descrição e a atualização de todos os procedimentos para a aquisição, pelas administrações militares, de materiais, produtos ou equipamentos controlados. O TCU determinou ao MD que apresentasse, no prazo de 30 dias, o plano de ação de que trata o subitem 9.2 do Acórdão 2.712/2015-Plenário, com os acréscimos requeridos no subitem 1.8 do Acórdão 1.834/2016-Plenário, e, no prazo de 180 dias, a comprovação de que as referidas ações foram implementadas.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
Em 18 de junho de 2018, por meio do Ofício n° 12993/SG-MD, o Ministério respondeu diligência do TCU sobre o cumprimento das determinações e recomendações contidas nos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.712/2015 e no subitem 1.8 do Acórdão 1.834/2016. Ações implementadas: Portaria Normativa nº 14/MD, de 23 de março de 2018; Portaria Normativa nº 15/MD, de 4 de abril de 2018; Decreto nº 9.493, de 5 de setembro de 2018; Portaria Normativa nº 61/GM-MD, de 22 de outubro de 2018; e Decreto nº 9.607, de 12 de dezembro de 2018.				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	**ACÓRDÃO**	**ITEM**	**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA**	**DATA DA CIÊNCIA**
020.474/2017-2	2603/2018-Plenário	9.1.1	Oficio nº 1036/2018-TCU/SecexDefesa	28/11/2018
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de Auditoria Operacional no Projeto Guarani do Exército. Item 9.8 do Acórdão classifica a deliberação com o grau de sigilo “reservado”, nos termos do art. 23, inciso VIII, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), c/c o art. 4º, parágrafo único, art. 8º, § 3º, inciso I, art. 9º, inciso VIII, e § 2º, inciso I, da Resolução-TCU 294, de 2018, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com acesso somente aos servidores que irão desenvolver atividades relacionadas ao desenvolvimento dos autos.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
Em atendimento ao Acórdão nº 2603/2018-Plenário, foi encaminhado o Ofício n° 11711/SG-MD, de 15 de maio de 2019, e anexo.				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	**ACÓRDÃO**	**ITEM**	**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA**	**DATA DA CIÊNCIA**
021.320/2017-9	1001/2018-Plenário	Caput	Ofício nº 1054/2018-TCU/SECEX-RJ	16/05/2018
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de deliberação no âmbito do processo de acompanhamento sobre pregões do Comprasnet, em continuidade ao deliberado no Acórdão nº 1.875/2015-TCU-Plenário.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
O MD atendeu a determinação do Acórdão por meio do Ofício Circular n° 316/GM-MD (SECRETO), de 14 de junho de 2018, classificado como "secreto" nos termos da alínea c) do Acórdão nº 1001/2018-TCU-Plenário.				

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU PELO EMCFA

As determinações e recomendações emitidas pelo TCU, decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que persistem com pendência de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente) no momento da finalização deste relatório, foram as seguintes:

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	**ACÓRDÃO**	**ITEM**	**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA**	**DATA DA CIÊNCIA**
023.458/2013-5	8465/2015-2ªCâmara	1.8.3	Ofício nº 1470/2015-TCU/SecexDefesa	26/10/2015
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de julgamento das contas do exercício de 2012 da SEORI/MD, agregando as informações sobre a gestão do EMCFA, da SEPROD e da SEPESD, consideradas regulares e dando-lhes quitação plena, cujo Acórdão trouxe a seguinte recomendação para o EMCFA: que aprimore seu planejamento estratégico para que contenha, bem delineados, objetivos, estratégias, metas, indicadores e ações que lhe permita alcançar sua visão de futuro.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
Foram definidos, no exercício de 2018, os objetivos estratégicos do EMCFA (OEE). Em maio de 2019, o MD aprovou o Método de Planejamento Estratégico Setorial 2020-2031, que será implementado em sete fases e ocasionará a elaboração do Plano Estratégico de Defesa (PED). Por conseguinte, o EMCFA terá o suporte documental necessário para elaborar o seu planejamento estratégico – subsetorial – e as demais ferramentas estratégicas. Quanto aos indicadores de desempenho, foi realizada uma revisão geral, com a exclusão daqueles de baixa representatividade, ajuste de alguns dos já existentes e criação de novos.				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	**ACÓRDÃO**	**ITEM**	**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA**	**DATA DA CIÊNCIA**
024.055/2014-0	11201/2016-2ªCâmara	1.8	Ofício nº 0886/2016-TCU/SecexDefesa	22/11/2016
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de julgamento das contas do exercício de 2013 da Secretaria-Geral do MD, agregando as informações sobre a gestão da SEORI, do EMCFA, da SEPROD, da SEPESD e do DPCN, consideradas regulares com ressalvas e dando-lhes quitação, cujo Acórdão trouxe a seguinte recomendação para o EMCFA: que aprimore seu planejamento estratégico para que os planos decorrentes contenham, bem delineados, os objetivos, estratégias, metas, indicadores e ações que lhe permita alcançar sua visão de futuro, além de se basear em mapeamento de riscos, em atendimento aos princípios da eficiência e da publicidade, do interesse público e ao que prescreve o inciso IV do artigo 14 da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 1, de 10 de maio de 2016.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
Em relação ao mapeamento de riscos, desde 2015, o EMCFA utiliza as boas práticas do PMBOK – Project Management Body of Knowledge, principalmente, nos projetos prioritários em que gerencia. Nesse contexto, foram identificados e analisados os riscos, quantitativamente e qualitativamente, bem como listadas as ações para tratamento. O monitoramento desses riscos é feito durante as Reuniões de Acompanhamento de Projetos. Além disso, em 2017, o EMCFA providenciou a participação de militares e servidores civis em cursos e seminários de gestão de riscos, tais como o Curso de Gestão de Riscos ministrado na ESAF, e o curso Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público, ministrado na ENAP. A partir de outubro de 2017, em atendimento à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1/2016, o EMCFA passou a ser abrangido pela Política de Gestão de Riscos da Administração Central do MD, nos termos da Portaria Normativa Nº 40/MD e da Portaria Nº 3.976/SG/MD. A partir de maio de 2018, o EMCFA foi inserido no âmbito das instâncias de supervisão da gestão da Integridade, Governança, Riscos, Controles Internos da Gestão e Desburocratização da administração central do MD, nos termos da Portaria Normativa Nº 29/GM-MD. Foram definidos, no exercício de 2018, os objetivos estratégicos do EMCFA (OEE). Em maio de 2019, o MD aprovou o Método de Planejamento Estratégico Setorial 2020-2031, que será implementado em sete fases e ocasionará a elaboração do Plano Estratégico de Defesa (PED). Por conseguinte, o EMCFA terá o suporte documental necessário para elaborar o seu planejamento estratégico – subsetorial – e as demais ferramentas estratégicas. Quanto aos indicadores de desempenho, foi realizada uma revisão geral, com a exclusão daqueles de baixa representatividade, ajuste de alguns dos já existentes e criação de novos.				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	**ACÓRDÃO**	**ITEM**	**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA**	**DATA DA CIÊNCIA**
027.582/2015-9	3107/2016-Plenário	1.9.1 e 1.10.2	Ofício nº 1027/2016-TCU/SecexDefesa	24/02/2017

ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Trata-se de julgamento das contas do exercício de 2014 da Secretaria-Geral do MD, contemplando as contas apresentadas de forma individual sobre a gestão da SEORI, do EMCFA, da SEPROD, da SEPESD e do DPCN, consideradas regulares com ressalvas e dando-lhes quitação, cujo Acórdão trouxe as seguintes recomendações para o EMCFA: (i) elabore tempestivamente seu planejamento estratégico contendo, minimamente, o estabelecimento de objetivos e metas institucionais, a programação das atividades, os meios de realização das atividades (recursos), a avaliação de riscos associados aos objetivos estratégicos da instituição, a definição dos meios de controle e de avaliação, assim como a formulação de indicadores de desempenho da gestão, de modo que seus planos estratégicos e operacional orientem a atuação da unidade ao longo do exercício financeiro, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público; (ii) institua e aperfeiçoe seus indicadores de desempenho de gestão para que sejam claramente definidos, associados aos objetivos estratégicos da organização e aptos a monitorar processos-chave da unidade, para que possam servir como ferramenta de apoio à tomada de decisão e úteis para a avaliação do desempenho da entidade, com base no acórdão 4239/2014–TCU–2ª Câmara; (iii) aprimore seus controles internos para suprimir lhes deficiências, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público.

JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS

Em relação ao mapeamento de riscos, desde 2015, o EMCFA utiliza as boas práticas do PMBOK – Project Management Body of Knowledge, principalmente, nos projetos prioritários em que gerencia. Nesse contexto, foram identificados e analisados os riscos, quantitativamente e qualitativamente, bem como listadas as ações para tratamento. O monitoramento desses riscos é feito durante as Reuniões de Acompanhamento de Projetos.
Além disso, em 2017, o EMCFA providenciou a participação de militares e servidores civis em cursos e seminários de gestão de riscos, tais como o Curso de Gestão de Riscos ministrado na ESAF, e o curso Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público, ministrado na ENAP.
A partir de outubro de 2017, em atendimento à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1/2016, o EMCFA passou a ser abrangido pela Política de Gestão de Riscos da Administração Central do MD, nos termos da Portaria Normativa Nº 40/MD e da Portaria Nº 3.976/SG/MD.
A partir de maio de 2018, o EMCFA foi inserido no âmbito das instâncias de supervisão da gestão da Integridade, Governança, Riscos, Controles Internos da Gestão e Desburocratização da administração central do MD, nos termos da Portaria Normativa Nº 29/GM-MD.
Foram definidos, no exercício de 2018, os objetivos estratégicos do EMCFA (OEE). Em maio de 2019, o MD aprovou o Método de Planejamento Estratégico Setorial 2020-2031, que será implementado em sete fases e ocasionará a elaboração do Plano Estratégico de Defesa (PED). Por conseguinte, o EMCFA terá o suporte documental necessário para elaborar o seu planejamento estratégico – subsetorial – e as demais ferramentas estratégicas.
Quanto aos indicadores de desempenho, foi realizada uma revisão geral, com a exclusão daqueles de baixa representatividade, ajuste de alguns dos já existentes e criação de novos.
Quanto aos controle internos no âmbito do EMCFA, compete à Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão realizar o controle interno administrativo nos processos referentes à descentralização de recursos orçamentários sob a responsabilidade do EMCFA, conforme estabelecido no inciso XI, do Art 7º, do Anexo VI da Portaria Normativa Nº 564/MD, de 12 de março de 2014. Não obstante, em 2016, a Secretaria de Controle Interno do MD (CISET-MD) realizou auditoria, cujos trabalhos foram procedidos por amostragem, mediante a aplicação de testes nos mecanismos de controles internos mantidos pela unidade, nas análises nos documentos de suporte aos atos praticados por seus dirigentes, assim como na avaliação das informações coletadas, que afetaram a gestão do EMCFA no exercício em referência.

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	**ACÓRDÃO**	**ITEM**	**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA**	**DATA DA CIÊNCIA**
028.870/2016-6	10329/2017-1ªCâmara	9.3	Ofício nº 1017/2017-TCU/SecexDefesa	29/11/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de julgamento das contas do exercício de 2015 do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, consideradas regulares, com ressalvas, e dando-lhes quitação, cujo Acórdão trouxe as seguintes recomendações: "- ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que: (i) elabore tempestivamente seu planejamento estratégico contendo, minimamente, o estabelecimento de objetivos e metas institucionais, a programação das atividades, os meios de realização das atividades (recursos), a avaliação de riscos associados aos objetivos estratégicos da instituição, a definição dos meios de controle e de avaliação, assim como a formulação de indicadores de desempenho da gestão, de modo que seus planos estratégico e operacional orientem a atuação da unidade ao longo do exercício financeiro, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público; (ii) institua e aperfeiçoe seus indicadores de desempenho de gestão para que sejam claramente definidos, associados aos objetivos estratégicos da organização e aptos a monitorar processos-chave da unidade, para que possam servir como ferramenta de apoio à tomada de decisão e úteis para a avaliação do desempenho da entidade, com base no acórdão 4239/2014–TCU–2ª Câmara; (iii) aprimore seus controles internos para suprimir lhes deficiências, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público."				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
Em relação ao mapeamento de riscos, desde 2015, o EMCFA utiliza as boas práticas do PMBOK – Project Management Body of Knowledge, principalmente, nos projetos prioritários em que gerencia. Nesse contexto, foram identificados e analisados os riscos, quantitativamente e qualitativamente, bem como listadas as ações para tratamento. O monitoramento desses riscos é feito durante as Reuniões de Acompanhamento de Projetos. Além disso, em 2017, o EMCFA providenciou a participação de militares e servidores civis em cursos e seminários de gestão de riscos, tais como o Curso de Gestão de Riscos ministrado na ESAF, e o curso Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público, ministrado na ENAP. A partir de outubro de 2017, em atendimento à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1/2016, o EMCFA passou a ser abrangido pela Política de Gestão de Riscos da Administração Central do MD, nos termos da Portaria Normativa Nº 40/MD e da Portaria Nº 3.976/SG/MD. A partir de maio de 2018, o EMCFA foi inserido no âmbito das instâncias de supervisão da gestão da Integridade, Governança, Riscos, Controles Internos da Gestão e Desburocratização da administração central do MD, nos termos da Portaria Normativa Nº 29/GM-MD. Foram definidos, no exercício de 2018, os objetivos estratégicos do EMCFA (OEE). Em maio de 2019, o MD aprovou o Método de Planejamento Estratégico Setorial 2020-2031, que será implementado em sete fases e ocasionará a elaboração do Plano Estratégico de Defesa (PED). Por conseguinte, o EMCFA terá o suporte documental necessário para elaborar o seu planejamento estratégico – subsetorial – e as demais ferramentas estratégicas. Quanto aos indicadores de desempenho, foi realizada uma revisão geral, com a exclusão daqueles de baixa representatividade, ajuste de alguns dos já existentes e criação de novos. Quanto aos controle internos no âmbito do EMCFA, compete à Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão realizar o controle interno administrativo nos processos referentes à descentralização de recursos orçamentários sob a responsabilidade do EMCFA, conforme estabelecido no inciso XI, do Art 7º, do Anexo VI da Portaria Normativa Nº 564/MD, de 12 de março de 2014. Não obstante, em 2016, a Secretaria de Controle Interno do MD (CISET-MD) realizou auditoria, cujos trabalhos foram procedidos por amostragem, mediante a aplicação de testes nos mecanismos de controles internos mantidos pela unidade, nas análises nos documentos de suporte aos atos praticados por seus dirigentes, assim como na avaliação das informações coletadas, que afetaram a gestão do EMCFA no exercício em referência.				

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU PELO CENSIPAM

No exercício de referência só houve uma determinação emanada do TCU, ainda não sanada:

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	**ACÓRDÃO**	**ITEM**	**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA**	**DATA DA CIÊNCIA**
001.874/2017-9	8994/2017-1ªCâmara	1.7	Ofício n° 0828/2017-TCU/SECEXDefesa	02/10/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Centro Gestor e Operacional do Sistema de proteção da Amazônia (Censipam) - Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de julgamento das contas do exercício de 2015 do Censipam, cujo acórdão traz determinação para que o Órgão informe, no prazo de trinta dias, o resultado do acerto de contas da rescisão do Contrato 24/2015, celebrado com a AMS Kepler Engenharia de Sistemas Ltda., e as medidas adotadas com vistas ao ressarcimento de valores indevidos eventualmente pagos.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
Em maio de 2017, o Censipam solicitou à Secretaria de Controle Interno (SEI 0546291) intercessão junto à Procuradoria da União, para que entrasse com pedido judicial para abertura da planilha de custos da empresa AMS Kepler, a fim de se proceder ao "encontro de contas" determinado pelo TCU. A setorial da AGU emitiu, então, a Nota nº 00262/2017/CONJUR-MD/CGU/AGU (SEI 0568056). Em 2019, por meio do Ofício de nº 00002/2019/GAB/PSUSJC/PGU/AGU (SEI 1433425), Advogado da União solicitou ratificação da necessidade do pedido judicial. Em resposta ao questionamento, o Censipam reiterou à CONJUR/MD a necessidade de propositura da ação judicial, no intuito de proceder ao acerto de contas pretendido, tendo em vista que se faz necessária a abertura da planilha de custos para se mensurar os valores devidos para compensá-los (NUP 60100.000050/2016-66).				

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU PELA ESG

O acompanhamento das recomendações da Ciset-MD, no âmbito da Escola Superior de Guerra, é realizado pela Assessoria de Controle Interno (ACI). O monitoramento do atendimento dessas recomendações é realizado tempestivamente pela ACI que, durante as reuniões mensais do Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos (CGRC), apresenta a situação das medidas administrativas adotadas a fim de cumprir as referidas recomendações. Não há determinações e recomendações do TCU, em aberto, referente à ESG.

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU PELO HFA

No exercício de referência só houve uma determinação emanada do TCU, ainda não sanada:

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	**ACÓRDÃO**	**ITEM**	**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA**	**DATA DA CIÊNCIA**
001.874/2017-9	8994/2017-1ªCâmara	1.7	Ofício n° 0828/2017-TCU/SECEXDefesa	02/10/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS (HFA)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de julgamento das contas do exercício de 2013 do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas (FHFA), consolidando as informações sobre a gestão do Hospital das Forças Armadas (HFA). O acórdão trouxe recomendação para que o HFA aprimore seu sistema de controles internos para lhes suprimir deficiências, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização (princípios da eficiência e legalidade, Constituição Federal, art. 37, caput, e do interesse público, Lei 9.784/1999, art. 2º).				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
O HFA tem adotado medidas de aprimoramento nos controles internos, sendo consideradas as mais relevantes, a saber: criação da Assessoria de Controle Interno, em 06/10/2016; publicação das Normas Internas para Pesquisas de Preços no âmbito do HFA; publicação de Ordem de Serviço que trata do planejamento da atividade de compras e contratos no âmbito do HFA, para os anos de 2018/2019; instituição da Comissão de Padronização de Medicamentos do HFA; aplicação de questionário de autoavaliação da Governança, Riscos e Controles; instituição da política da gestão de riscos do HFA; realização de visitas técnicas às Diretorias e Divisões do HFA, no decorrer do ano de 2018; Orientação Normativa nº 03/2017/HFA, que estabelece normas para capacitação de servidores civis, empregados públicos e militares do HFA em eventos de capacitação e aprimoramento, incluindo o Plano Anual de Capacitação; publicação dos Planos Anuais de Capacitação referentes aos anos de 2017/2018; publicação da Orientação Normativa que disciplina a gestão de riscos no âmbito do HFA; aprovação do Regimento Interno do HFA, em março de 2018; instituição do funcionamento de Comissões e Comitês, tais como, o Comitê de Gestão de Pessoas, o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação, o Comitê de Governança, Riscos e Controles e a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos; publicação do Plano de Integridade do HFA, em dezembro de 2018; e adoção de uma nova sistemática no tocante à elaboração e implantação do Plano Estratégico do HFA para o quadriênio 2019/2022, estando incluso o Contrato de Objetivo concernente à aquisição de materiais permanentes sendo que as aquisições, anualmente, estarão alinhadas com os objetivos estratégicos do Hospital. (SEI 1409088, NUP 60550.000073/2019-15).				